

Este trabalho tem como objetivo ampliar a visão sobre as práticas concretas dos movimentos populares no campo da autogestão habitacional. O tema da pesquisa é a articulação moradia-trabalho nos empreendimentos habitacionais populares. As análises foram realizadas, em primeiro plano, a partir dos processos acumulados na Ocupação Solano Trindade, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) no município de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A atuação na Ocupação, através da extensão universitária da UFRJ e de um coletivo de assessoria técnica, revelou que a produção dos espaços comuns é orientada, principalmente, pela ação coletiva engajada na organização do trabalho autogestionário que visa a sustentabilidade econômica das famílias envolvidas. As noções de “comum” e de “economia solidária” foram utilizadas como categorias analíticas para associar o direito à cidade ao direito ao trabalho digno no caminho para a construção de uma outra cidade orientada pelo bem-estar de todos. Assim, o objeto da pesquisa se desdobra, em segundo plano, em uma análise de outras iniciativas de trabalho coletivo organizadas pelos trabalhadores em empreendimentos habitacionais no Brasil. As experiências concretas de produção do espaço urbano por autogestão são entendidas como insumos para pensar a atualização da agenda da reforma urbana. Nessa atualização a dependência recíproca entre o direito ao trabalho e o direito à cidade se estabelece como tema estratégico para lutas futuras.



Ocupação Solano Trindade

Fernanda Petrus

Ocupação Solano Trindade

O espaço comum e o trabalho coletivo: das práticas concretas a uma agenda atualizada para a reforma urbana

Fernanda Petrus



LUTAS ANTICAPITAL

Fernanda Petrus é arquiteta e urbanista, mestre pelo Programa de Pós Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb/UFRJ). É pesquisadora-extensionista do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/NIDES) e integrante do grupo de pesquisa Habitação e Cidade do Observatório das Metrópoles. Atua, desde 2014, na Ocupação Solano Trindade, realizando atividades de extensão universitária e assessoria técnica. Este livro é resultado da vinculação de reflexões teóricas com sua prática concreta ao longo dos últimos anos.

Ocupação Solano Trindade
O espaço comum e o trabalho coletivo:
das práticas concretas a uma agenda
atualizada para a Reforma Urbana

Fernanda Petrus

Ocupação Solano Trindade
O espaço comum e o trabalho coletivo:
das práticas concretas a uma agenda
atualizada para a Reforma Urbana

Fernanda Petrus

1ª edição
Lutas Anticapital
Marília (SP)- 2021

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Fernanda Petrus

Impressão: Renovagraf

Petrus, Fernanda.
P498o Ocupação Solano Trindade – O espaço comum e o trabalho coletivo: das práticas concretas a uma agenda atualizada para a Reforma Urbana / Fernanda Petrus. – Marília : Lutas Anticapital, 2021.

212 p. – Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86620-42-9

1. Cooperativas de habitação. 2. Sustentabilidade. 3. Cidades e vilas. 4. Desenvolvimento urbano. 5. Socialismo. I. Título.

CDD 301.36

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: fevereiro 2021

Editora Lutas anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Facebook: @edlutasanticapital

Instagram: @editora_lutas_anticapital

Agradecimentos

Este livro é resultado do meu curso de mestrado em urbanismo, realizado no PROURB/FAU/UFRJ e concluído em 2019. A motivação para a realização desta pesquisa surgiu a partir da prática na Ocupação Solano Trindade, através da assessoria técnica e da extensão universitária, ao longo dos últimos seis anos. Assim, agradeço aos companheiros da Ocupação e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia por todas as trocas e pelo processo de aprendizagem que estabelecemos ao longo desse período. As experiências compartilhadas foram fundamentais não só para a realização da pesquisa, mas também para minha formação profissional e política.

Agradeço também aos meus grandes mestres e amigos Luciana Lago e Luiz Carlos Toledo, que generosamente me acolheram em suas brilhantes trajetórias nos últimos dez anos. Especialmente à Luciana Lago, por mais uma orientação, pelas trocas sempre animadas e inspiradoras e por viabilizar a editoração deste livro.

À professora Luciana Andrade, agradeço por ter orientado este trabalho e por abrir espaço para as demandas concretas das classes populares nas suas disciplinas na FAU-UFRJ.

Aos companheiros do SOLTEC, agradeço pelo compromisso com a extensão universitária e com o conhecimento acadêmico que atravessa os muros da universidade e se deixa transformar na luta cotidiana por uma sociedade justa e igualitária. Em especial ao Flávio Chedid, pelo apoio na realização das atividades de campo e pelas discussões que enriqueceram a pesquisa apresentada neste livro.

À Regina Petrus, primeira grande professora que cruzou meu caminho, agradeço pela leitura atenta e sensível que tanto acrescentou à etapa final deste trabalho.

Aos amigos do MUTA, do Catálise, do MUDA, do Abricó e do OTA, agradeço por cada construção compartilhada em Solano Trindade, do telhado às refeições agroecológicas.

Finalmente, agradeço à Bia, ao Marcelo, à Bruna e à Gabriela por todo o afeto. Ao Manuel, meu companheiro de militância e de vida, por se jogar de peito aberto nessa empreitada.

Sumário

Nota <i>Flávio Chedid Henriques</i>	9
Prefácio <i>Cláudio Rezende Ribeiro</i>	11
Introdução.....	15

1. A produção do espaço comum e a luta pela desmercantilização da cidade.....45

- 1.1 O “comum” e as ocupações urbanas de moradia
- 1.2 Usos históricos do termo “comum”
- 1.3 “Loteamento x Condomínio”: o “comum” como categoria analítica em Solano Trindade
- 1.4 Autogestão, extensão universitária e o confronto de saberes e valores: a produção do “espaço comum” em Solano Trindade
 - 1.4.1 A conquista da terra e os primeiros mutirões
 - 1.4.2 O plano participativo de ocupação do terreno e o projeto das novas moradias
 - 1.4.3 Os edifícios de uso coletivo
 - 1.4.4 A frente agroecológica
- 1.5. O comum e o trabalho coletivo

2. A economia solidária e a reforma urbana: dois campos de luta e um princípio comum.....111

- 2.1 O “comum” e a Economia Solidária
- 2.2 A organização do trabalho coletivo na Ocupação Solano Trindade
 - 2.2.1 O trabalho reprodutivo comunitário: a cozinha coletiva e o quintal produtivo
 - 2.2.2 O trabalho mercantil autogestionário: a cozinha geradora de renda
 - 2.2.3 A sustentabilidade socioeconômica dos empreendimentos populares e o papel do Estado

3. A cooperação nos espaços comuns dos empreendimentos habitacionais populares: caminhos para a ampliação da agenda da reforma urbana.....143

3.1 Rio Grande do Sul

3.1.1 Comunidade Autônoma Orquídea Libertária

3.1.2 COOTRAHAB São Leopoldo

3.2 São Paulo

3.2.1 União da Juta

3.2.2 Paulo Freire

Considerações finais.....187

Referências.....203

Nota

A Biblioteca Básica de Tecnologia Social tem por objetivo difundir os principais debates teóricos e práticos que nos ajudam a problematizar e desenvolver um pensamento crítico sobre a relação entre ciência, tecnologia e sociedade.

Nesta pesquisa, Fernanda Petrus descreve um trabalho de campo de seis anos em uma ocupação urbana, onde foram experimentadas inúmeras soluções tecnológicas para garantir acesso à moradia digna, alimentação e trabalho para as famílias que ali residem.

Sua práxis é uma contribuição relevante para pensar a relação da universidade com os movimentos sociais e a importância de uma reflexão crítica sobre o papel da tecnologia no campo da reforma urbana. Ao dialogar com outras experiências de cooperação em empreendimentos habitacionais populares, propõe a ampliação da agenda da reforma urbana ao constatar que o direito à cidade e o direito ao trabalho são indissociáveis.

Flávio Chedid Henriques

NIDES/UFRJ

Coordenador da Biblioteca Básica de Tecnologia Social

Prefácio

Cláudio Rezende Ribeiro

“Ocupação Solano Trindade. O espaço comum e o trabalho coletivo: das práticas concretas a uma agenda atualizada para a Reforma Urbana” carrega a marca do trabalho de uma nova geração de profissionais de arquitetura e urbanismo que se encontrou em uma encruzilhada conjuntural, mas decidiu enfrentá-la de forma criativa e corajosa. Estas pesquisadoras, pois são sobretudo as mulheres que têm feito esta opção, graduaram-se em um período em que já havia um nítido esgarçamento das reivindicações originais da Reforma Urbana; as esperanças depositadas na aprovação do Estatuto da Cidade e na criação do Ministério das Cidades desmanchavam-se na esteira dos grandes projetos urbanos ligados aos megaeventos, e todos os problemas oriundos da implementação do programa Minha Casa, Minha Vida tornaram-se cada vez mais evidentes.

Diante dos espantos produzidos pelo urbanismo resultante da política de conciliação de classes, da consequente aceleração de uma urbanização especulativa de alto impacto alimentada pela financeirização global e por uma precarização do trabalho cada vez mais aguda, muitas pesquisas têm adotado saídas de adaptação tática a temas da moda, aperfeiçoando a crise pelo viés estético pós-moderno e persistindo em negar o estabelecimento de um profundo diálogo com a classe trabalhadora. Ao contrário, a opção de Fernanda Petrus em sua dissertação de mestrado, foi

mergulhar em um diálogo permanente com movimentos sociais de luta pela habitação e pelo direito à cidade.

Defendida em uma concorrida banca que encheu a sala do Programa de Pós Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ em 2019, enquanto a universidade pública recebia mais e mais ataques, esta pesquisa resgata o que de melhor existe na construção latinoamericana oriunda da Reforma Universitária de Córdoba de 1918, isto é, uma busca constante por uma relação extensionista dedicada ao cumprimento da função social da academia. Como resultado, temos em mãos um texto que aborda, de maneira articulada, dois temas determinantes para uma necessária ampliação da agenda da reforma urbana: o direito à cidade e o direito ao trabalho. Originalmente no texto lefebvriano, a relação entre estes campos está na gênese do direito à cidade, mas é faceta pouco explorada de um conceito que se disseminou e acabou sendo apropriado, inclusive, por grupos que reivindicam o desaparecimento da própria classe trabalhadora enquanto categoria analítica e sujeito social.

No texto de Petrus, esta relação nasce de sua participação na construção e no amadurecimento da Ocupação Solano Trindade, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, localizada em Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir da manutenção de um cotidiano de luta, que consiste em uma invenção constante de auto-organização conjugada com um esforço imaginativo para dar conta de enfrentamentos políticos sem fim, a espacialidade da ocupação conformou-se, como indica a pesquisa, em uma maneira de invenção de espaços “comuns” que acabam por dialogar com a noção de economia solidária.

Esta prática de autogestão habitacional encontra nos desafios do trabalho reprodutivo um campo de

conflitos, sínteses, disputas e consolidação de novas formas de poder coletivo que brotam em torno da alimentação, do trabalho com a terra, da reinvenção de uma cidade possível na qual os conflitos se dão a partir de seu uso. A luta contra a desmobilização burocrática encontra na força do trabalho coletivo um lugar de resistência, como aponta Petrus: “O trabalho associado teve um papel central nos processos de formação e para evitar a desmobilização das famílias durante os longos tempos de espera.”

Sem negar a existência do Estado, fugindo das facilidades retóricas do ainda persistente “terceiro setor”, atualizado pelo empreendedorismo, Petrus expõe as possibilidades e limites da agenda pela Reforma Urbana quando conduzida de forma cada vez mais isolada e dependente da perversa política de editais, que acaba por hegemonizar o *modus operandi* das ONG como única solução viável a movimentos de luta por moradia. Além dos problemas diretamente relacionados à permanência da propriedade privada como horizonte de reivindicação individual e do difícil estabelecimento de diálogo com um tecido urbano imediato que, como toda cidade, organiza-se de maneira cada vez mais mercantilizada e mercantilizável.

Engels, que completaria 200 anos neste novembro de 2020 e que tanto influenciou o pensamento marxista relacionado à produção do espaço, dizia que a história das ideias é injustamente atribuída apenas ao exercício cerebral, quando, de fato, é uma síntese da cooperação entre mão e cérebro. Sua defesa da práxis como articuladora da reflexão, e vice-versa, indica o tom da obra que o leitor encontra em suas mãos. A Lutas Anticapital acerta ao editar este livro propiciando que sua disseminação ajude novas e antigas gerações de

lutadoras e lutadores pelo direito à cidade e ao trabalho a refletir e avaliar as práticas e teorias necessárias para enfrentar o problema da construção coletiva da cidade contemporânea.

*Rio de Janeiro,
Dezembro de 2020.*

Introdução

No Brasil, os movimentos populares de luta pela moradia vêm, desde os anos 1980, atuando politicamente em todas as esferas de governo em uma luta permanente pelo direito à cidade, ou seja, o direito de se apropriar e de produzir o espaço urbano de modo que as necessidades e desejos dos seus usuários se sobreponham à lógica de acumulação capitalista.¹

A partir do último processo constituinte, esses movimentos passaram a se articular nacionalmente com entidades de classe, ONGs, instituições de pesquisa e outros grupos, no Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)². Desde então, alguns avanços importantes foram conquistados, especialmente na esfera institucional, o que contribuiu para a construção de um marco regulatório para a habitação de interesse social no país. A principal reivindicação no campo das políticas públicas durante as décadas recentes de luta foi, e ainda é, a produção de moradia em regime de autogestão, entendida no âmbito do Movimento Nacional de Reforma Urbana

¹ Partimos da compreensão lefebvriana de cidade como produtora e resultado do conflito entre diferentes modos de vida e interesses de classe. Entendemos por “direito à cidade” não só o que diz respeito a sua materialidade (acesso a serviços de qualidade) mas, principalmente, o direito de disputar uma outra forma de apropriação e produção do espaço urbano que submeta à lógica mercantil às necessidades de todos os seus usuários. Ou seja, a cidade como bem comum. (LAGO, 2016)

² O Fórum Nacional de Reforma Urbana foi criado em 1987 com o objetivo de articular a luta pela gestão democrática das cidades e por condições de vida dignas para todos. Buscou-se a criação de uma agenda unificada para além das reivindicações pontuais. (MARICATO, 2011)

(MNRU), como condição primeira para a produção democrática da cidade.

Mesmo antes da organização dos movimentos sociais urbanos³ a nível nacional, acumulamos no Brasil práticas contra-hegemônicas de produção de moradia e do espaço urbano protagonizadas pela classe trabalhadora organizada de forma associativa. Dentre as realizações que buscaram estabelecer lógica oposta à racionalidade capitalista de produção da cidade⁴, destacam-se as experiências paulistas dos anos 1980 que contribuíram na formação do modelo conhecido como “mutirão autogerido”. Essa década teve um papel importante na criação de políticas municipais orientadas para essa forma de produção, primeiramente em São Paulo, mas também em outras cidades do Brasil.

Nos primeiros anos do governo Lula, os movimentos populares conquistaram algum espaço de negociação e, a partir de 2005, as experiências de autogestão habitacional se multiplicaram consideravelmente devido à criação de programas federais⁵ de habitação que previam, pela primeira vez na história do

³ Usa-se, na pesquisa, o termo “movimento social” conforme definido por Souza (2009) para designar ações coletivas organizadas, de senso crítico elevado sobre o status quo, com capacidade de considerar “fatores estruturais” articulados com análises de conjuntura e denúncia de problemas profundos como “*exploração de classe, racismo, opressão de gênero*”. Tais ações devem conter caráter público, duradouro e serem particularmente ambiciosas. (SOUZA, 2009, p.10)

⁴ Dentre as realizações podemos citar em São Paulo: Vila Nova Cachoeirinha (1982), Recanto da Alegria (1983) e Vila Comunitária de São Bernardo (1985); em Goiás: Vila Mutirão (1983), programa Mutirão da Moradia (1983-1986), que promoveu a construção de cerca de 5.000 unidades habitacionais (BARROS, 2011).

⁵ Nos referimos ao Programa Crédito Solidário (PCS), criado em 2005, substituído pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), em 2009. Ambos destinados à autogestão habitacional.

país, o financiamento direto dos movimentos sociais, associações comunitárias e cooperativas. Entretanto, tais programas podem ser lidos como uma resposta tímida às reivindicações dos movimentos populares, uma vez que representaram uma parcela ínfima do total de recursos destinado à produção empresarial, não alteraram questões fundamentais como o acesso à terra e desconsideraram os mecanismos para gestão democrática dos recursos destinados à habitação. Apesar dessas e outras limitações enfrentadas, cerca de noventa mil unidades produzidas de forma associativa foram financiadas até 2018⁶.

A “autogestão ideal”, como a bandeira de luta no âmbito do projeto político de reforma urbana, e a “autogestão possível” dentro dos programas criados pelo Estado ocasionaram uma distância entre a agenda de reivindicações e as práticas concretas. Não pretendemos com essa afirmação negar as experiências acumuladas, nem mesmo nos valermos de um “ideal de autogestão” como instrumento para julgá-las. Pretendemos contribuir com o debate teórico-conceitual sobre a autogestão habitacional como modelo de produção da cidade a partir de experiências concretas e, especialmente, a partir das práticas cotidianas da Ocupação Solano Trindade.

Outro esclarecimento importante é que não recorreremos à concepção de autogestão que pressupõe o fim da sociedade de classe e da economia de mercado para se realizar, ou seja, às definições “maximalistas”⁷ do

⁶Os empreendimentos realizados com recursos do programa apresentam uma diversidade de arranjos produtivos com diferentes graus de autonomia dos associados na gestão dos empreendimentos.

⁷ Para Daniel Mothé (2009) as “correntes maximalistas” não aceitam qualquer tentativa experimental de autogestão e, assim, ignoram as experiências históricas de democracia direta protagonizada pelos

termo. Buscaremos iluminar a “autogestão real”⁸, situada no tempo e no espaço das experiências concretas que lutam pela solidariedade, gestão coletiva e igualdade nos processos decisórios em um contexto de acumulação capitalista e, portanto, atravessada por inúmeras contradições. Assim, entendemos a autogestão nessa pesquisa como uma construção que tem como base as práticas coletivas cotidianas e a formação político-pedagógica dos sujeitos envolvidos. Recorremos a Nascimento (2004) para ancorar o entendimento de autogestão fundamental à pesquisa: “A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É produto da experiência de vitórias e de derrotas (...) da

trabalhadores em reação ao capitalismo, pois se baseiam em princípios norteadores muito difíceis de serem alcançados, como o fim do sistema capitalista e da propriedade privada. Araújo et al. (2019) entendem que tais correntes que estabelecem um ideal de autogestão e os mecanismos de cooperação *a priori*, tem o efeito de negar a experimentação como espaço de construção do conceito. Para os autores, as experiências históricas de organização autogestionária dos trabalhadores acumulam avanços no campo da desalienação do trabalho e respostas criativas às determinações econômicas impostas no capitalismo.

⁸ Araújo et al. (2019) buscaram alternativas teórico-metodológicas para se aproximar do fazer nos coletivos de trabalhadores que lutam pela autogestão, a fim de “colocar em tensão a teoria diante das experiências vivas”. (ARAÚJO et al. 2019) Nesse sentido, críticos à “produção teórica sobre autogestão que a define de forma prescritiva”, utilizam a noção de “autogestão real” para elaborar um olhar para as práticas desenvolvidas por quem se coloca nessa luta cotidianamente, situada no tempo e no espaço vivido por cada coletivo. (HENRIQUES et al. 2019) De forma análoga, buscaremos categorias analíticas que, assim como a autogestão, serão entendidas na pesquisa como uma construção possível a partir das práticas cotidianas dos trabalhadores, a fim de nos aproximarmos do fazer dos que disputam a produção da cidade como bem comum.

articulação da ideia autogestionária com as experiências concretas” (NASCIMENTO, 2004).

Nesse sentido, práticas com algum potencial de transformação social se revelaram nesse conjunto de experimentações constituído por noventa mil moradias mas, também, nas experiências anteriores. Dentre as diversas realizações, algumas articulam a luta pela moradia com a luta pelo trabalho digno nos espaços comuns dos empreendimentos, mas também no bairro e cidade onde estão inseridas.

A formação de associativismos para além da produção da casa em si foi o que orientou a escolha das experiências analisadas na pesquisa, mas também a escolha do princípio político do “comum” e da Economia Solidária como categorias analíticas que costuram as esferas reprodutiva e produtiva que, historicamente, aparecem dissociadas.

Voltaremos nosso olhar especialmente para **as práticas concretas das classes populares que articulam moradia e trabalho**, tal como se constroem na Ocupação Solano Trindade. Expandiremos nosso olhar para o conhecimento e a análise de outras experiências realizadas no país, com o objetivo de buscar reconhecer possibilidades concretas de lutas que contribuam para formular diretrizes no âmbito do projeto político da Reforma Urbana. Esse olhar expandido e voltado para as práticas concretas, pretende integrar como parte de um mesmo tema o direito ao trabalho e o direito à cidade e, por conseguinte, de uma mesma questão fundamental a desafiar o campo analítico do planejamento urbano que se compromete com um modelo de cidade que se contrapõe ao modelo hegemônico vigente. **O tema** específico da pesquisa é, portanto, a produção do espaço comum e a organização

do trabalho coletivo nos empreendimentos habitacionais produzidos por autogestão. **O objeto** da pesquisa são os espaços comuns e a ação coletiva dos trabalhadores engajada na produção do espaço urbano e na organização do trabalho no âmbito da produção habitacional por autogestão.

Na **Ocupação Solano Trindade** uma análise alimentada pela pesquisa teórica e empírica se volta especificamente para: a *conquista da terra e os primeiros mutirões*; o *plano participativo e a produção de novas moradias*; a *mandala agrícola e compostagem de resíduos*; o *saneamento ecológico*; a *cozinha coletiva*.

Os empreendimentos habitacionais **Orquídea Libertária, COOTRAHAB, União da Juta e Paulo Freire** compõem quatro outras experiências de ações coletivas dos trabalhadores estudadas nesta pesquisa enfocando, de forma específica, respectivamente: o *Núcleo de Produção de Artefatos de Concreto*, a *cooperativa de mestres de obra*, os *equipamentos comunitários em parceria com o Estado* e o *banco comunitário Paulo Freire*, respectivamente.

Justificativa e contextualização

As ocupações urbanas e a produção habitacional por autogestão configuram práticas concretas de resistência e de luta da classe trabalhadora na disputa pela cidade como um bem comum. Acompanhar as experiências organizadas pelos trabalhadores em nosso país “é tarefa importante para as universidades e os coletivos de militantes e de pesquisadores comprometidos com as questões de seu tempo.” (ARAÚJO et al. 2019, p.16). Acreditamos que a produção do espaço urbano

através dos associativismos e de práticas autogestionárias podem contribuir com um projeto de sociedade efetivamente democrático.

Souza (2004) e Lago (2015) problematizam a desconexão entre o trabalho e a cidade no âmbito do projeto político da reforma urbana. Souza identifica que há uma escassez de diálogo entre “nichos temáticos” no campo analítico do planejamento urbano crítico, quais sejam, a economia popular urbana e o ideário da reforma urbana. O autor chama atenção para o fato dos intelectuais envolvidos na construção do ideário da reforma urbana não examinarem a esfera da produção e não estabelecerem conexões com a “economia popular”, cujas práticas que se estabelecem nas margens do sistema econômico capitalista podem representar uma melhoria da qualidade de vida das camadas populares e *“podem desempenhar um papel político-pedagógico, ao colaborarem para o desenvolvimento de atitudes cooperativas e solidárias na base da sociedade.”* (SOUZA, 2004, p. 38)

Da mesma forma, Souza (2004) entende que ao se discutir o emprego e a geração de renda na cidade é preciso incluir a discussão da própria cidade e do seu processo de produção, assim como identificar os elementos que na sua organização e formas espaciais *“facilita ou dificulta certas estratégias de sobrevivência.”*. (SOUZA, 2004, p. 38) Assim, o autor defende que a agenda da reforma urbana pode e deve contemplar uma interface com a economia popular e que *“a ideia de que a reforma urbana tem como escopo exclusivo a melhoria das condições de reprodução da força de trabalho, sem intervir muito na esfera da produção, precisa ser superada.”* (SOUZA, 2004, p. 11)

Lago (2015) problematiza o mesmo tema e chama de “desencontro entre dois movimentos de base popular” aquilo que Souza identificou como falta de diálogo entre os “nichos temáticos”, pois os campos da Reforma urbana e da Economia Solidária⁹ compartilham bandeiras de luta anticapitalista por uma outra cidade e outra economia, ambas orientadas pelo bem-estar comum e com base em práticas autogestionárias. Entretanto, identifica que esses movimentos não articulam ações, “*embora possam se reconhecer enquanto sujeitos de uma mesma luta anticapitalista*”. (LAGO, 2015)

Nesse sentido, o problema pode ser percebido não só no campo analítico do planejamento urbano como nas agendas de luta. Ainda que não sejam reivindicadas no projeto político da reforma urbana, existem experiências protagonizadas pela classe trabalhadora que articulam moradia e trabalho no campo da autogestão habitacional. Acreditamos no potencial de transformação de tais experiências que se organizam associativamente nas esferas reprodutiva e produtiva num mesmo território. Em busca de categorias analíticas que nos auxiliassem a enxergar a relação entre tais esferas nos associativismos urbanos, especificamente nos espaços coletivos dos empreendimentos habitacionais produzidos por

⁹ Henriques (2014) afirma que em 2001, no 1º Fórum Social Mundial (FSM), constitui-se o Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária, do qual participavam organizações não-governamentais, acadêmicos, gestores públicos e várias associações e redes nacionais de caráter produtivo, como por exemplo: Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e redes universitárias de incubadoras de cooperativas populares. Em 2002, com a eleição de Lula, o GT Brasileiro pleiteou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que se estabeleceu em 2003 no Ministério de Trabalho e Emprego. (HENRIQUES, 2014)

autogestão, faremos uma leitura a partir do “Comum” e da “Economia Solidária”¹⁰.

A fim de apresentar o contexto geral da pesquisa introduziremos brevemente o MNRU, a autogestão habitacional no Brasil, o histórico do MNLM e a aproximação com grupos da UFRJ que se estabelece a partir de 2014. No âmbito da relação MNLM-UFRJ, enfocaremos um dos conflitos que se estabelece na prática cotidiana de assessoria técnica e como o mesmo contribui na construção da questão da pesquisa.

O Movimento Nacional de Reforma Urbana e a Autogestão Habitacional

A década de 1980 foi palco de grande mobilização das classes populares. A insatisfação com as práticas governamentais no campo habitacional e urbano motivou as lutas que se iniciam à época e se estendem até os dias atuais. Nesse contexto, a realização de encontros entre lideranças de movimentos locais espalhados pelo Brasil, com apoio financeiro e logístico do grupo progressista da Igreja Católica orientado pela corrente teológica da Libertação, culminou na formação dos quatro principais movimentos sociais de luta pela moradia organizados nacionalmente.

O período de redemocratização pós ditadura militar foi marcado pelo agravamento da crise econômica, aumento do desemprego e falta de investimentos do Estado em uma política habitacional após a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH)¹¹. Houve um

¹⁰ Aprofundaremos a utilização de ambas as categorias analíticas nos próximos itens.

¹¹ A extinção do Banco Nacional de Habitação se deu no governo Sarney, mas não houve substituição ou criação de novos

crescimento acelerado de favelas, palafitas, cortiços, além de diversas ocupações de terra nas capitais e em outras cidades do país. Nesse contexto, surgem com foco central na luta pela moradia, os dois Movimentos que realizaram os empreendimentos estudados nessa pesquisa: a **União Nacional por Moradia Popular (UNMP)**, com vasta atuação nos processos autogestionários vivenciados em São Paulo (e com expansão no território nacional) e o **Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN)** com tradição na organização de ocupações de terra e na luta ampliada por educação, saúde, economia e trabalho.¹² (FERREIRA, 2012)

Também nesse período, especificamente entre os anos 1982 e 1992, ocorreram as primeiras experiências de produção de moradia no modelo que ficou conhecido como “mutirão autogerido”, o qual sofreu grande influência do sistema de provisão habitacional uruguaio¹³ que se consolida a partir da década de 1960

mecanismos de financiamento para a habitação popular. (FERREIRA, 2012)

¹² Além do MNLN e da UNMP, outros dois movimentos organizados nacionalmente surgem na mesma época: Central de Movimentos Populares (CMP) e a confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM).

¹³O sistema de provisão habitacional implementado no Uruguai a partir do final de década de 1960, conformou-se, primeiramente, com o Plan Nacional de Vivienda (Plano Nacional de Habitação) aprovado em 1962 e, finalmente, com a Ley Nacional de Vivienda (Lei Nacional de Habitação), em 1968, que consolidou as recomendações do plano. A aprovação da lei foi resultado de forte mobilização operária e as cooperativas eram vinculadas às organizações sindicais. O modelo uruguaio constituiu a maior referência para o imaginário autogestionário brasileiro. (LOPES e RIZEK, 2006). Entretanto, apesar de ter influenciado as experiências e até mesmo os programas brasileiros, os contextos sócio-políticos dos dois países são profundamente distintos o que acarretou em uma importação que Lopes e Rizek (2006) consideram sem “avaliação de contexto e ajuste dos meios” Aprofundaremos as

baseado no cooperativismo, e que veio a se tornar referência no campo da autogestão habitacional no Brasil. A cooperativa de ajuda-mútua¹⁴ uruguaia norteou as experiências e o modelo de política habitacional em São Paulo, seguida por Fortaleza e Belo Horizonte (LOPES e RIZEK, 2006), mas também se tornou a maior referência de experiências habitacionais autogestionárias na América Latina. Baravelli (2006) considera que esse foi o intervalo formador dos programas de moradia voltados para autogestão no município de São Paulo¹⁵ em que se conformou o que Santo Amore (2004) considera o programa mais acabado para produção de moradia por mutirão autogerido, com uma estrutura institucional não vista em outras cidades brasileiras: o FUNAPS Comunitário¹⁶ (SANTO AMORE, 2004).

diferenças entre o sistema uruguaio e o mutirão autogerido no item “O Movimento Nacional de Reforma Urbana e a Autogestão Habitacional”.

¹⁴ A cooperativa de ajuda-mútua constitui uma das possibilidades de acesso a crédito para cooperativas habitacionais no âmbito da Ley Nacional de Viviendas no Uruguai. Esse modelo, destinado à população de menor renda, prevê que os associados possam trocar parte do financiamento pelo investimento da própria força de trabalho e o crédito é utilizado para a contratação da assessoria, compra dos materiais, etc. A outra possibilidade de acesso a crédito, denominada de ahorro-prévio, prevê como contrapartida uma poupança prévia dos cooperados. (BARAVELLI, 2006)

¹⁵ As experiências paulistas que nortearam as reivindicações do MNRU se desenvolveram com muita dificuldade nesse período, uma vez que o contexto político era de inúmeras incertezas na transição da redemocratização pós ditadura, somado à extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH) e, sobretudo, à generalização da autoconstrução como única alternativa para os trabalhadores na periferia. (LOUREIRO, 2013)

¹⁶ Durante o governo de Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores) foi criado o FUNAPS – Comunitário (ou FUNACOM), que viabilizou 93 convênios com grupos organizados de famílias em associações comunitárias, envolvendo 12.000 unidades habitacionais construídas por mutirão e autogestão. (FERREIRA, 2012).

Arquitetos e outros profissionais comprometidos com as causas populares tiveram um papel importante nesse contexto, com atuação na construção dessas realizações de experimentação do exercício coletivo do poder e de tomadas de decisão e na busca de soluções arquitetônicas e urbanísticas inovadoras em relação e reação àquelas hegemônicas. Esse “período de experimentação” ressignificou o mutirão, que deixou de representar um ato de solidariedade rural e passou a configurar o modelo de “mutirão autogerido” nas áreas urbanas. (BARAVELLI, 2006). Esse modelo constitui uma alternativa possível para a produção de moradia popular a partir do engajamento de comunidades com a gestão coletiva dos recursos e de sua própria força de trabalho.

A partir de 1987 os movimentos populares passam a se articular com acadêmicos, organizações não-governamentais e associações de classe no FNRU no campo do debate sobre a cidade, marcado pelo propósito de ir além de reivindicações pontuais para propor uma agenda unificada para as cidades. (MARICATO, 2011). Para Ferreira (2012) a história dos movimentos populares de moradia organizados em âmbito nacional se mistura com a história do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular¹⁷ para a criação de um fundo nacional de habitação, cuja matriz se baseou nas experiências de mutirão autogerido, no modelo uruguaio de ajuda mútua e no FUNAPS Comunitário. (PAZ, 1996)

A lei de iniciativa popular (1991) teve um papel importante na criação do Sistema, do Fundo e do Conselho Gestor de Habitação de Interesse Social no

¹⁷ O MNLM, junto a outros movimentos populares de moradia, mobilizou a coleta de mais de um milhão de assinaturas de apoio ao projeto de lei para a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. (MELLO, 2015)

Brasil em 2005¹⁸, assim como na aprovação do Estatuto das Cidades em 2001 — duas das maiores conquistas institucionais no âmbito do projeto político de reforma urbana.¹⁹

É inegável, portanto, que os movimentos sociais urbanos tiveram um papel importante na construção da macro-política de habitação no Brasil, na qual a autogestão é, desde então, reivindicada pelas lideranças desses movimentos como condição primeira para a idealização e construção da cidade democrática com foco no controle social do poder decisório. (MELLO, 2015).

Cabe destacar, porém, que o modelo de mutirão autogerido que influenciou as cinco experiências analisadas na pesquisa é tema de muitos debates. Por um lado, há um grupo que entende que o modelo de mutirão autogerido, tal como conformou-se nas experiências brasileiras da década de 1980, possibilitou uma série de avanços no que diz respeito ao controle coletivo do projeto e dos processos decisórios; às melhores soluções tecnológicas; à qualidade das habitações e, por fim, a não orientação pelo lucro. Dentre os autores desse grupo podemos citar os paulistas Ferro (2006), Bonduki (1992), Baravelli (2006). Por outro lado, há um grupo que entende que esse modelo acarreta em sobretrabalho para

¹⁸ Lei 11.124/05

¹⁹As principais conquistas do MNRU estão contidas na Constituição Federal de 1988 com a inserção da função social da propriedade no título de direitos e garantias fundamentais; a incorporação do direito à moradia e do capítulo de política urbana; bem como no Estatuto da Cidade, de 2001, através do estabelecimento de diversos instrumentos de regulação do uso do solo. (MELLO, 2015). Entretanto, em 2019, está em tramitação a proposta de Emenda à Constituição PEC 80/19, que propõe a descaracterização do conceito de função social da propriedade rural e urbana através da alteração dos artigos 182 e 186 da Constituição Federal.

a classe proletária na medida em que retira do Estado a obrigação da provisão de moradia para todos.

Para Ferro (2004), o fato dos projetos serem debatidos por todos os interessados, a interação entre equipes, a diluição de hierarquias, a formação dos envolvidos que se qualificam no processo e a atenuação da divisão entre o trabalho intelectual e manual são fatores que, entre outros, justificam o modelo de mutirão autogerido como uma forma de provisão habitacional com “perspectiva socializante” (FERRO, 2004)

Baravelli (2006) entende que o mutirão autogerido conforma um modelo onde os trabalhadores em conjunto com os técnicos buscam o controle econômico e tecnológico e visam a produção sem a submissão do trabalho ao capital. Ao mesmo tempo, o mutirão autogerido é uma forma de posicionamento político onde se valoriza a participação democrática da sociedade para acesso a serviços públicos sem a submissão ao “clientelismo do Estado”.

Entretanto, como vimos anteriormente, o modelo de ajuda mútua das cooperativas uruguaias foi adotado no Brasil sem que questões importantes fossem consideradas. Para Lopes e Rizek (2006), essa importação sem “avaliação de contexto e ajuste dos meios” causou uma série de limitações para as possibilidades emancipatórias das experiências brasileiras, especialmente quando a prática do mutirão autogerido se estabelece como programa. Dentre as principais diferenças os autores destacam que, no Uruguai, existe um plano e uma lei que regulam a produção autogestionária em todo o país, bem como as cooperativas que permitem a propriedade coletiva e a comercialização regulada, enquanto no Brasil os programas não compõem sequer uma política

habitacional local, e as associações comunitárias (que enfrentam dificuldades para se manter) funcionam como agentes temporários de intermédio entre o agente financeiro e as famílias. (LOPES e RIZEK, 2006)

Francisco de Oliveira (2006) foi responsável pela mais dura crítica a esse modelo. Seu argumento central se baseia no entendimento de que a autoconstrução rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho (e, por consequência, do salário mínimo) e funciona como ferramenta de acumulação primitiva de capital ao retirar do Estado a obrigação de prover moradia digna para todos. A casa construída com o sobretrabalho não cria obstáculos ao capital e passa a ser bem vista pelas classes e poderes dominantes. Oliveira (2006) entende que o modelo não deve ser adotado como estratégia para política pública no Brasil e sua virtude só se afirma quando em caráter de exceção.

Outra limitação do modelo apontada pelo autor está nas possibilidades que o mesmo possui de criar uma “consciência de comunidade”, a qual considera primordial para uma experiência exitosa. Oliveira entende que os agentes promotores do mutirão autogerido (lideranças dos movimentos e assessoria) devem levar as famílias a se compreenderem como comunidade. Entretanto, tal expectativa é considerada por ele ilusória, pois não “resiste um dia depois de concluídas as casas para obrigar cada um a doar o próprio trabalho”. (OLIVEIRA, 2006)

Ferro (2004) e Bonduki (1992) entendem que, há muito, as classes populares já sofrem com os efeitos da autoconstrução e consideram que no período em que o modelo foi adotado no Brasil a mão de obra gratuita proveniente da autoconstrução massiva do habitat popular já estava estabelecida. Ferro pontua a distinção

entre a autoconstrução individual e a autoconstrução coletiva, *“que já por ser coletiva se distancia da autoconstrução individual dominante”*, e considera que a segunda pode remodelar as relações de produção. (FERRO, 2004). Para Bonduki (1992), os movimentos de moradia se propuseram a tirar partido dos aspectos positivos da autoconstrução de forma coletiva no mutirão, que comparado à autoconstrução individual apresenta uma série de aspectos positivos: a contratação da assessoria técnica; as melhorias das tipologias arquitetônicas e o aperfeiçoamento dos processos produtivos; adaptação dos sistemas construtivos; o lucro pode ser revertido em maior qualidade no conjunto e nas unidades habitacionais; processo de politização e desalienação por meio do exercício da autogestão.

O modelo de mutirão autogerido, embora alvo de debates e críticas, seguiu pautando as reivindicações no âmbito do projeto político de reforma urbana. A criação dos Programas Crédito Solidário (PCS) em 2005 e Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) em 2009, ainda que se configurem como respostas distorcidas à luta dos movimentos como dito anteriormente, teve um papel importante ao impulsionar a autogestão habitacional como forma de provisão de habitação popular no país, ou melhor, a gestão partilhada (ou cogestão) entre as entidades e o Estado.

Fato é que argumentos de ambos os grupos que se contrapõe sobre as possibilidades do mutirão autogerido foram, em certo ponto, comprovados por nós, como veremos nas análises dos capítulos 1 e 2. Buscaremos investigar os sentidos das ações que ora se aproximam e ora se afastam de uma prática de fato disruptiva. Atentos às dificuldades que o associativismo popular na produção habitacional apresenta em

construir uma “consciência de comunidade” que perdure após a produção das casas (OLIVEIRA, 2006). E ainda, de suas possibilidades de ultrapassar a “consciência de comunidade” e desenvolver uma “consciência de classe” (HARVEY, 2014). Buscaremos dar luz às contradições da “autogestão real” sem recair na dicotomia “boas práticas” x “sobretrabalho”. (LOPES e RIZEK, 2006)

Finalmente, entendemos que o debate sobre o mutirão autogerido segue em aberto. Olhar para as práticas concretas que se desenvolvem a partir desse modelo nos anos 1980, bem como para as que se iniciaram recentemente com os programas PCS e PMCMV-E, pode contribuir para o debate teórico-conceitual sobre as possibilidades emancipatórias dessa forma de provisão habitacional (com suas adaptações e aplicações diversas nos estados brasileiros), a fim de aglutinar as experiências concretas e apontar caminhos para a atualização das agendas de luta.

A relação MNLM-UFRJ

A Ocupação Solano Trindade foi organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) em 2014, no município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Trata-se da ocupação de um terreno público da União²⁰, com cerca de cinquenta

²⁰O terreno pertencia ao Centro Pan-americano de Febre Aftosa, ainda em funcionamento hoje. Entretanto, a parte onde se encontra Solano Trindade foi abandonada há aproximadamente vinte anos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ficou responsável pela terra. A transferência da mesma à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) é necessária, posto que é uma área urbana, para que a SPU então conceda seu uso ou faça a transferência para o Movimento. Após negociação entre o MNLM e a SPU, com forte apoio da assessoria técnica da UFRJ envolvida com a Ocupação, o órgão público declarou a área como de interesse

mil metros quadrados de área, que estava em estado de abandono há aproximadamente duas décadas. A área localiza-se a cinco quilômetros do centro de Duque de Caxias e seu entorno é servido de precária infraestrutura urbana e serviços públicos.

O lema do MNLM desde sua fundação nos anos 1980 era e continua sendo alcançar a “solidariedade pelo espaço urbano”, ou seja, por meio da luta pelo direito à cidade, à terra urbana e à moradia. A fim de alcançar esses direitos, os integrantes do MNLM entendem que as lutas devem estar centradas na desmercantilização da moradia e em uma política habitacional que inclua as famílias de baixa renda e garanta o cumprimento da função social da propriedade. (MELLO, 2015)

Assim, a ocupação de imóveis ociosos tem sentido estratégico para o Movimento, na medida em que denuncia o descumprimento dessa função e, ao mesmo tempo, viabiliza moradias mais bem-localizadas. Com as ações de ocupação, além das lutas institucionais, o Movimento se contrapõe ao sistema de produção capitalista da cidade, por meio de práticas espaciais e de práticas coletivas autogestionárias. (MELLO, 2015)

No estado do Rio de Janeiro, o MNLM é responsável pela organização de quatro ocupações autogestionárias²¹, dentre estas, a Ocupação Solano

do serviço público para fins de provisão habitacional de interesse social em 2016, o que contribuiu para viabilizar a permanência da ocupação nos últimos anos. Entretanto, a transferência da terra do INCRA para a SPU está em curso desde então sem que seja concluída. A conclusão do processo se torna mais difícil a partir do cenário político que se estabelece em 2016, após o impeachment de Dilma.

²¹ Ocupação Manuel Congo e Ocupação Mariana Crioula na região central do Rio de Janeiro; Ocupação 9 de novembro, na periferia de Volta Redonda e Ocupação Solano Trindade, na periferia de Duque de Caxias.

Trindade, onde estão em curso as experiências analisadas nos capítulos 1 e 2 desse livro. Frente às condições de pobreza em que vivem as famílias, as lideranças entendem que o direito à cidade não pode estar dissociado do direito ao trabalho e à renda para que o projeto garanta condições dignas de vida a longo prazo. Assim, a luta pelo trabalho digno é uma pauta central para o MNLM do Rio de Janeiro. O projeto de cidade democrática ligado à sustentabilidade econômica das famílias foi o que orientou a aproximação dos grupos, motivados pela busca de convergência de projeto político, no que diz respeito à formação para o trabalho.

Para responder aos projetos e frentes de trabalho que se estabeleceram desde 2014 no âmbito da relação Movimento - Universidade, o grupo da UFRJ foi ganhando ao longo do tempo novos adeptos, entre estudantes, professores, técnicos e, até mesmo, profissionais sem vínculo com a UFRJ, mas comprometidos com a luta dos movimentos sociais urbanos. Hoje, o grupo agrega laboratórios e núcleos nas áreas de arquitetura e urbanismo²², saneamento ambiental²³, tecnologia social e economia solidária²⁴ e agroecologia²⁵. Nesse contexto, formou-se também o Catálise - Coletivo de Assessoria Técnica que é composto por alguns integrantes do grupo

²² naMORAR- Núcleo de atividades de pesquisas e extensão sobre o Morar (Prourb), coordenado pela profa. Luciana Andrade.

²³ Laboratório de Estudos de Águas Urbanas (LEAU/Prourb), coordenado pela profa. Ana Lúcia Brito

²⁴ Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (Soltec/NIDES), coordenado então por Flávio Chedid Henriques. A profa. Luciana Lago, responsável pela articulação inicial UFRJ-MNLM em 2014 através do IPPUR, atualmente é professora do NIDES e acompanha os grupos de Economia Solidária e Tecnologias Sociais que atuam em Solano Trindade.

²⁵ Mutirão de Agroecologia da UFRJ (MUDA/NIDES), coordenado pela profa. Heloisa Firmo.

ligado à UFRJ junto a profissionais independentes que atuam na Ocupação desde 2015. As formas institucionais que viabilizam essa cooperação são os projetos de extensão universitária e as disciplinas curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação. Até o momento, já foram realizadas sete disciplinas de graduação e mestrado que tiveram como objeto de estudo teórico e prático a Ocupação Solano Trindade.

Sendo assim, o acordo de cooperação MNLM-UFRJ é voltado para a experimentação em tecnologias alternativas nas áreas da construção civil, de infraestrutura urbana e de agroecologia, por meio da formação técnico-política das famílias e lideranças do movimento, dos estudantes universitários e dos professores e técnicos. As tecnologias que vêm sendo desenvolvidas envolvem o trabalho coletivo autogestionário nas principais frentes de ação que se estabelecem atualmente na Ocupação: requalificação dos edifícios existentes, produção agrícola e compostagem de resíduos orgânicos, saneamento ecológico e cozinha coletiva.

No início da aproximação MNLM-UFRJ, em 2014, o Movimento, no Rio de Janeiro, se posicionava determinantemente contra a adesão ao PMCMV-E, não só porque discordava da forma como os recursos injetados no Programa passaram ao largo do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e de seus mecanismos de gestão democrática, bem como por causa da experiência prévia da Ocupação Manoel Congo, onde as lideranças identificaram uma série de entraves e limitações ocasionados pelas regras do mesmo. A concepção da Ocupação Solano Trindade nasceu nesse contexto de descontentamento com o Programa e em busca de novas alternativas de financiamento para a

construção de um bairro popular, a partir da formação para o trabalho e da implementação de tecnologias alternativas.

Foi nesse quadro que se iniciou um processo de aproximação que culminou no acordo de cooperação técnica entre o Movimento e a UFRJ. Entretanto, a partir do cenário político não favorável aos movimentos populares que se estabelece no país a partir de 2016, as lideranças colocam como demanda para a equipe técnica²⁶ o desenvolvimento de uma proposta para o que acreditavam que seria o último edital do PMCMV-E. Diante disso, a equipe concorda em desenvolver o projeto, mesmo em um tempo reduzido, o que comprometeu o processo participativo que estava em curso à época junto às famílias. A entrega da proposta foi realizada no prazo estabelecido pelo edital. Em função da questão fundiária que ainda não havia sido resolvida o projeto não foi aprovado.

No desenvolvimento da proposta para tentar acessar os recursos do PMCMV-E instaurou-se um debate sobre o desenvolvimento do projeto urbanístico como loteamento²⁷ ou como condomínio²⁸ — as duas

²⁶Utilizaremos o termo “equipe técnica” ou “assessoria técnica” daqui em diante para nos referirmos ao grande grupo composto por membros do Catálise e grupos ligados à UFRJ.

²⁷ Usa-se o termo “loteamento” conforme definido no art. 2º, § 1º, da Lei 6.766/1979, que trata do parcelamento do solo urbano: *“Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”*. Portanto, nessa opção, as novas vias abertas dentro do terreno de Solano Trindade seriam de caráter público e a responsabilidade por sua manutenção seria do poder público municipal.

²⁸ Usa-se o termo “condomínio” conforme definido no art. 1º da Lei 4.591/1964, que trata *“das edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades*

opções possíveis, à época, dentro das regras do PMCMV. A escolha implicaria no regime de propriedade que regularia os espaços urbanos em Solano Trindade, bem como na responsabilidade por sua manutenção, que no caso do condomínio seria dos condôminos (proprietários das unidades habitacionais) e no caso de loteamento, do poder público municipal.²⁹ Enquanto uma ocupação, os

isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais (...) e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma sujeita às limitações desta Lei.” Nessa opção, a cada unidade habitacional caberia uma fração ideal do terreno, ou seja, a propriedade dos espaços de uso coletivo (vias e praças) seria dos proprietários das unidades habitacionais e a responsabilidade por sua manutenção caberia aos condôminos.

²⁹ É importante ressaltar que no momento dessa discussão ainda não havia sido aprovada a nova Lei de Regularização Fundiária (Lei Federal nº 13.465/17) que alterou as possibilidades legais existentes à época do debate em 2016. A nova lei alterou mais de dez leis anteriores, dentre elas a 6.766/1979 que trata do parcelamento do solo urbano, com a introdução de novas modalidades de condomínio: o *condomínio de lotes* e o *condomínio urbano simples*. Ainda há uma série de incertezas a respeito das alterações, como por exemplo, se o regime aplicado para a nova modalidade de condomínio de lotes será através da “Lei 4.591/1964 - Condomínio em Edificações” ou pela “Lei 6.766/1979 - Parcelamento do Solo Urbano”. (TARTUCE, 2018). Importante destacar ainda, que a mesma foi aprovada sem debate público e facilita a concentração fundiária, a grilagem de terras e extingue os critérios que asseguravam a função social da propriedade. (TIERNO, 2017) Tierno (2017) entende que o problema principal da nova lei está relacionado ao entendimento de regularização fundiária urbana como a simples titulação do imóvel, quando o conceito anterior previa uma série de medidas associadas a condições dignas de moradia e acesso à infraestrutura adequada. (TIERNO, 2017). Fonte:

<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/10-perguntas-e-respostas-sobre-a-nova-lei-de-regularizacao-fundiaria-urbana/22705>). O artigo “A lei da regularização fundiária (Lei 13.465/2017): análise inicial de suas principais repercussões para o direito de propriedade”, de Flávio Tartuce, faz uma análise aprofundada de alguns aspectos da nova lei, especialmente de como alterou as modalidades de condomínio e a lei de parcelamento e uso do solo.

espaços de Solano Trindade não eram enquadrados em nenhum regime de propriedade existente. Mas para a “entrada na cidade formal” era preciso optar por uma das duas alternativas. Os representantes da Caixa Econômica Federal (Caixa) do Rio de Janeiro se surpreenderam diante da vontade das lideranças de desenvolver o projeto como loteamento. A necessidade de escolha dividiu lideranças e técnicos em discussões que se estenderam por quase um mês e, ao final, o projeto foi desenvolvido como loteamento, prevalecendo a opção das lideranças e de parte dos técnicos.

O conflito “loteamento x condomínio” será aprofundado no capítulo 1, quando será introduzido o “comum” como categoria analítica para a produção do espaço urbano em Solano Trindade. Entretanto, é importante ressaltar que não temos como objetivo com essa pesquisa aprofundar as questões relacionadas às especificidades da legislação existente para loteamento ou condomínio, ou apontar outros caminhos possíveis para a institucionalização da Ocupação. Também não pretendemos aprofundar a relação entre as diferentes formas de propriedade que orbitaram esse debate — pública, pública com concessão de uso, privada, estatal, condominial, coletiva. Entendemos que esses seriam outros caminhos possíveis para o desenvolvimento do trabalho. No entanto, o **“conflito loteamento x condomínio”**, termo que adotaremos daqui em diante, teve um papel central na formulação da questão e na escolha do objeto da pesquisa. Nos concentraremos na ação coletiva engajada na produção do espaço urbano na Ocupação que se estabelece fora do âmbito privado, conforme veremos a seguir.

*A construção da questão teórica a partir da prática
concreta*

Partimos de duas premissas. A primeira: Há uma tensão entre a hegemonia da ideologia da propriedade privada na produção da cidade e as práticas de cooperação que se estabelecem nos espaços da Ocupação; A segunda: A organização dos moradores para o trabalho coletivo é, principalmente, o que orienta a (re)produção do espaço em Solano Trindade.

O debate que se estabeleceu na prática cotidiana de assessoria ao MNLM orientou a escolha da articulação moradia-trabalho na produção do espaço urbano por autogestão como tema da pesquisa e indicou as questões investigadas nos capítulos 1 e 2 a respeito da produção do espaço comum e da organização para o trabalho coletivo no âmbito da Ocupação Solano Trindade.

Assim, para uma compreensão socioespacial buscamos ferramentas teórico-metodológicas que se aproximassem do sentido do fazer coletivo engajado na produção do espaço comum em Solano Trindade. Posto que tais espaços não se enquadram em nenhum regime de propriedade, a categoria analítica adotada para analisá-los deveria ir além do âmbito da propriedade, bem como das alternativas existentes no PMCMV-E. Além disso, os instrumentos teórico-metodológicos deveriam sustentar a aproximação entre as esferas produtiva e reprodutiva que se sobrepõem nos espaços comuns de Solano Trindade. Diante disso, escolhemos as categorias de “comum” e “economia solidária”, que compartilham práticas e princípios autogestionários para a análise do espaço urbano e da organização do trabalho, respectivamente. Nos capítulos 1 e 2, as duas categorias serão contextualizadas a partir de uma revisão

bibliográfica vinculada às questões empíricas que se revelam nas práticas concretas dos moradores da Ocupação.

Constituem, portanto, os objetivos da pesquisa:

- Objetivo geral:
 - Ampliar a visão sobre as práticas concretas dos movimentos populares que articulam moradia e trabalho no campo da autogestão habitacional.
- Objetivos específicos:
 - Analisar a produção dos espaços comuns na Ocupação Solano Trindade, não só no que diz respeito aos arranjos físico-espaciais, bem como as ações coletivas engajadas na sua transformação permanente.
 - Analisar a melhoria da qualidade de vida e bem-estar coletivo, assim como as relações de solidariedade e reciprocidade resultantes do engajamento no trabalho coletivo em Solano Trindade;
 - Identificar outras experiências de organização coletiva do trabalho no contexto da autogestão habitacional no Brasil a fim de apontar caminhos para lutas futuras no âmbito do projeto político da reforma urbana.

Metodologia

A metodologia adotada na construção da pesquisa é constituída por três movimentos não sequenciais e inter-relacionados: pesquisa bibliográfica, acompanha-

mento do processo na Ocupação Solano Trindade e realização de entrevistas com lideranças, moradores e assessoria dos empreendimentos Orquídea Libertária, COOTRAHAB, União da Juta e Paulo Freire.

O recorte temporal da pesquisa na Ocupação Solano Trindade vai desde o início de sua mobilização em 2014 até o final de 2018. Nas outras experiências brasileiras fizemos um resgate do histórico dos empreendimentos até o final do ano de 2018.

O texto foi desenvolvido de forma a relacionar a base teórico-conceitual com a empiria. As análises, em diferentes graus de aprofundamento, foram realizadas em todas as etapas acima elencadas e serão apresentadas nos três capítulos do livro com a intenção de cumprir os objetivos da pesquisa e apontar para as considerações finais.

Pesquisa bibliográfica:

- A fim de situar a pesquisa no campo da luta pela moradia construída pelos movimentos populares no Brasil, foram introduzidos o contexto de formação dos movimentos sociais urbanos, o Movimento Nacional de Reforma Urbana e a autogestão habitacional. Para isso, foram consultados os autores: Baravelli (2006), Bonduki (1992), Ferreira (2012), Ferro (2004, 2006), Lago (2015, 2016), Lopes e Rizek (2006), Maricato (2011), Mello (2015), Oliveira (2006), Paz (1996), Santo Amore (2004), Souza (2004, 2009).
- Para as categorias analíticas adotadas realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a noção de “comum e de “economia solidária”. Sobre o “comum”, foram estudados os autores: Alves (2017), Cruz (2017), Dardot e Laval (2017); Hardt e Negri (2005, 2009,

- 2014); Tonucci (2017). Sobre “economia solidária” foram estudados os autores: Calbino (2013), Coraggio (1996, 2011, 2016, 2018) Diniz (2017).
- Sobre os empreendimentos habitacionais estudados foi realizada pesquisa bibliográfica de dissertações, teses e artigos acadêmicos, a saber: Loureiro (2013), Miagusko (2000, 2011), Miranda (2019), Rizek (2013), Wartchow (2014)

Acompanhamento do processo no campo (Ocupação Solano Trindade)

O processo da Ocupação Solano Trindade foi acompanhado desde o início, em Agosto de 2014, até o final de 2018, quando se encerra o recorte da pesquisa. A autora acompanhou todos os âmbitos de atuação da equipe técnica junto ao o Movimento (ensino, extensão e assessoria). Não foi realizada uma sistematização rigorosa dos diários de campo, as análises foram desenvolvidas a partir das experiências vividas pela autora.

Foram adotados recortes diferentes para as análises realizadas a partir da noção de “comum” e a partir da noção de “economia solidária”, a saber:

- Análise a partir na noção de “comum”: Os processos desenvolvidos no âmbito da relação UFRJ-MNLM na Ocupação são inúmeros. O critério utilizado para o recorte foi o desdobramento prático das atividades em ações que participaram ativamente ou apoiaram tecnicamente a (re)construção dos espaços físicos

- da ocupação, especialmente aqueles destinados à vida coletiva entre 2014 e o final do ano de 2018.
- Análise a partir na noção de “economia solidária”: O critério adotado para o recorte das frentes de trabalho³⁰ analisadas foi a contribuição das mesmas para o aumento dos parâmetros de bem-estar coletivos, bem como por terem acionado práticas solidárias através da cooperação entre as diferentes famílias da ocupação, entre 2014 e o final de 2018.

Visitas de campo e entrevistas semiestruturadas

Os quatro empreendimentos escolhidos — Orquídea Libertária, COOTRAHAB, União da Juta e Paulo Freire, são parte do conjunto de realizações dos movimentos populares de moradia no campo da autogestão habitacional no Brasil e foram selecionados para a pesquisa pois articulam a luta pela moradia à luta pelo trabalho digno. Foi escolhido um conjunto heterogêneo de experiências de trabalho coletivo a fim de apontar caminhos para as lutas futuras e para a ampliação da agenda da reforma urbana. Assim, serão analisados: o *Núcleo de Produção de Artefatos de Concreto Orquídea Libertária*, a *cooperativa de mestres de obra da COOTRAHAB*, os *equipamentos comunitários da União da Juta* e o *Banco Comunitário Paulo Freire*.

Para as análises foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores, lideranças e assessoria dos empreendimentos visitados. As

³⁰ O trabalho é aqui entendido como o conjunto de práticas e relações sociais responsáveis pela materialização das necessidades e desejos dos trabalhadores relativos ao bem-estar social. (Coraggio, 1996)

entrevistas semiestruturadas garantiram que os temas centrais da pesquisa (produção dos espaços comuns e organização coletiva do trabalho) fossem abordados, mas com espaço para falas livres. As entrevistas foram complementadas por trocas e conversas informais com os entrevistados e, especialmente, com os moradores dos empreendimentos.

No capítulo 1 analisaremos, a partir do “comum”, o sentido da ação dos trabalhadores engajados na produção do espaço em Solano Trindade, bem como as configurações espaciais resultantes desse processo. No capítulo 2, utilizando a “economia solidária” como lente, analisaremos as práticas concretas de organização do trabalho coletivo no âmbito da Agroecologia e como a mesma contribui (se é que o faz) na luta pela desmercantilização da cidade travada no contexto do projeto político de reforma urbana. No capítulo 3, ampliaremos o objeto da pesquisa para incorporar uma análise das experiências de trabalho em outros empreendimentos habitacionais populares produzidos por autogestão, a fim de apontar caminhos para a ampliação da agenda da reforma urbana.

1.

A produção do espaço comum e a luta pela desmercantilização da cidade

O objetivo desse capítulo³¹ é analisar a produção e constante reformulação dos “espaços comuns” da ocupação Solano Trindade, a partir da organização coletiva dos trabalhadores ao longo dos quatro anos e meio de sua existência. Utilizaremos o “comum” como categoria analítica para enxergar o sentido das ações coletivas e o que orientou a produção do espaço urbano na ocupação. O debate suscitado pela “escolha entre loteamento e condomínio” motivou a investigação que se segue. Entretanto, não pretendemos apontar um caminho possível para a institucionalização do “comum”, mas utilizá-lo como lente para iluminar as práticas autogestionárias e contra-hegemônicas que, ainda que minoritárias e atravessadas por contradições de quem experimenta a solidariedade na sociedade capitalista, disputam outra forma de produzir a cidade.

Em um primeiro momento, introduziremos o conceito de “comum” e sua aproximação com as ocupações urbanas de moradia, seus usos históricos e as correntes existentes sobre o uso do termo para identificar aquelas pertinentes à pesquisa. Em seguida, o conceito de “comum” será introduzido como categoria analítica para o presente estudo a partir do conflito “Loteamento x

³¹ Os itens 1.1 a 1.3 desse capítulo foram elaborados em versões preliminares nos artigos apresentados nos seminários Urb[BA] 2017 e Urbanismo Biopolítico 2018: “O Morar além do Estado e do Mercado: o espaço comum e as ocupações urbanas de moradia” e “O comum e as ocupações urbanas de moradia: Reflexões a partir da Ocupação Solano Trindade”.

Condomínio” na Ocupação Solano Trindade. Analisaremos então, como as relações sociais e as ações coletivas encaminham transformações físicas nos espaços de Solano Trindade, com foco nas contradições, avanços e aprendizados que possam contribuir com lutas futuras por uma outra cidade. Finalmente, concluiremos as análises com a introdução da questão do trabalho coletivo que se revela protagonista dos espaços comuns de Solano Trindade, e como ele se encaixa no “comum” enquanto princípio político.

O “comum” e as ocupações urbanas de moradia

O campo de produção da cidade é central para a reprodução das relações sociais capitalistas, onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Configura-se como um campo estratégico para os movimentos populares de moradia que, a partir de 2005, realizaram uma quantidade relevante de empreendimentos autogestionários impulsionados por programas federais de habitação.³²

³² Ao final de 2018 cerca de noventa mil moradias tinham sido financiadas pelos programas federais Crédito Solidário (2005), substituído pelo Minha Casa Minha Vida Entidades (2009). Ainda que minoria absoluta (3%) em relação à produção empresarial, o Programa financiou os movimentos de moradia: “Movimentos de moradia, que desde os anos 1980 vêm atuando politicamente reivindicando o direito à (produção de uma outra) cidade, ampliaram a natureza das suas ações ao assumirem a produção de empreendimentos habitacionais com financiamento federal”. (LAGO, 2016, <https://diplomatie.org.br/autogestao-habitacional-e-a-politizacao-das-praticas-economicas-populares/>). Alguns Movimentos em outros estados do Brasil acumulam experiências anteriores desde a década de 1980. Entretanto, as iniciativas se multiplicam consideravelmente a partir dos programas nos anos 2000.

As experiências autogestionárias brasileiras, bem como aquelas acumuladas nas cidades latino-americanas, evidenciam a elevação dos parâmetros de bem-estar urbano e conformam um conjunto de práticas coletivas inovadoras no campo da produção habitacional popular. Ainda que muito minoritária, essa forma de produção questionou o padrão de moradia moralmente aceito para as famílias de baixa renda e reproduzido na produção empresarial do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). (LAGO, 2012).

No Brasil, algumas lideranças dos movimentos populares que protagonizaram as experiências de autogestão da moradia, afirmam que a mobilização inicial dos moradores, invariavelmente, passa por um processo de atrofia após a “entrega das chaves”. Mobilização essa que sustenta, por exemplo, a ação inicial de ocupação da terra, bem como a construção das moradias em regime de autogestão e mutirão. As lideranças identificam a lógica imposta pelos programas habitacionais, que reafirmam o “sonho da casa própria”, como uma das principais causas do esvaziamento das práticas coletivas.³³

Nesse sentido, podemos afirmar que a produção habitacional autogestionária, além dos avanços, também revela contradições inerentes às suas condições de existência, por estar inseridas em um contexto de acumulação capitalista. A evidência de contradições em experiências sócio-territoriais vistas como alternativas ou mesmo disruptivas, nos estimula a buscar lentes que

³³Entendemos que nos programas citados “a conquista pelos movimentos sociais de recursos públicos para a produção associativa da moradia não foi acompanhada por uma alteração na correlação de forças por trás das normas e princípios que regulam o uso desses recursos, muito menos pela redistribuição das terras públicas.” (LAGO, 2016, online).

permitam ampliar o olhar: quais fatores por vezes aproximam, por vezes afastam as experiências de autogestão habitacional de uma produção da cidade orientada pelo bem-estar comum?

Ao mesmo tempo que observamos o aprofundamento das lógicas capitalistas neoliberais, inclusive entre grupos que lutam por uma outra forma de produção da cidade, a noção do “comum” reaparece com força no momento atual. Isto ocorre não só no campo dos estudos urbanos, como também no imaginário das lutas políticas de grupos não hegemônicos, com o termo sendo invocado em iniciativas de construção de espaços autônomos e outras formas de resistência na cidade que se baseiam em práticas de cooperação que não são apropriáveis pelo Estado ou pelo mercado. Essas considerações sobre a noção do “comum” aparecem em Dardot e Laval (2017) e em Tonucci (2017), autores importantes para a problematização do uso do termo “comum” nessa pesquisa.

Alves (2017) relaciona a noção de “comum” a iniciativas de apropriação da cidade por seus viventes, nas quais o valor de uso prevalece em relação ao valor de troca. Dentre elas, aponta como exemplo as ocupações urbanas de moradia, entre outros tipos de insurgências:

As manifestações multitudinárias, as ocupações para moradia, as festas religiosas e culturais, os modos residuais de locomoção, a produção divergente de alimentos, cada qual em uma medida diferente, tomam o espaço urbano e redefinem seus usos, sem indagar à autoridade externa se isso é direito. (ALVES, 2017, p. 13)

Tonucci (2017) foca nas práticas autogestionárias das ocupações de moradia que questionam, em especial,

a lógica da propriedade privada e fomentam reivindicações comunais à propriedade da terra:

Acreditamos ainda que as ocupações urbanas remetem a diferentes relações na direção do comum não apenas através do fomento de muitas práticas e espaços comuns (como hortas coletivas, autoconstrução de instalações comunitárias, planejamento participativo, prestação de serviços solidários, etc.), mas também pela sanção de reivindicações comunais à propriedade da terra, contra as leis de mercado, que assim perturbam e questionam o modelo de propriedade privada plena. (TONUCCI, 2017, p.16).

Cruz (2017) destaca a importância e as dificuldades de apropriação, tradução e interpretação do termo em um contexto local para uma perspectiva decolonizada. Mariana Cruz ressalta que o empenho de uma tradução contextualizada é apenas um dos desafios a serem enfrentados para delinear o “comum” a partir de uma teoria pós-colonial:

É preciso também se esforçar para compreender quais práticas de fazer-comum, comunidades e recursos comuns podem ser identificados a partir de um contexto local. E embora não tenha sido abordada, essa necessidade não pode ser relevada”. (CRUZ, 2017, p. 13)

Finalmente, o estudo do “comum” como uma dimensão alternativa possível para os espaços urbanos se apresenta nessa pesquisa como um instrumento para a análise socioespacial da Ocupação Solano Trindade – formada e orientada a partir de práticas que, muitas vezes, não se submetem ao reconhecimento do Estado ou

do mercado. Pretendemos com essa análise contribuir para o debate teórico-conceitual sobre o termo “comum”, a partir de uma experiência concreta, situada no tempo e territorialmente, considerando o contexto político-econômico na qual se insere. Para contemplar esse objetivo apresentaremos, primeiramente, um breve estudo de usos históricos do termo e definiremos como este será compreendido na pesquisa.

.. **Usos históricos do termo “comum”**

O estudo dos usos históricos do conceito, desde a sua retomada nos anos 1960 até o momento atual, nos permitiu identificar três correntes principais que serão apresentadas a seguir.

A primeira delas, trata do “comum” como **“bens ou recursos naturais”**. Tal interpretação, surge a partir da publicação do texto de Garrett Hardin (1968) intitulado “A Tragédia dos Comuns”³⁴, no campo dos estudos ambientais e ecologia política, e se refere aos recursos naturais que são utilizados pelo homem. Essa interpretação se enquadra na linha das teorias neoliberais pessimistas acerca da gestão comum dos bens e recursos naturais. Ainda na corrente que entende o “comum” como recursos ou bens há teorias como a de Elinor Ostrom, em sua publicação “Governing the Commons”³⁵, que contesta as previsões de Hardin. As teorias dessa primeira corrente não serão incorporadas

³⁴ HARDIN, Garrett. The tragedy of the Commons. Revista Science. New Series, Vol. 162, No. 3859, 1968. pp. 1243-1248

³⁵ OSTROM, Elinor. Governing the commons: The evolution of institutions for collective actions. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

na presente pesquisa, posto que se utiliza o termo comum com outro(s) sentido(s).

A segunda corrente identificada inaugura o sentido do “comum” como **“prática constituinte”**. Tal perspectiva, é introduzida pela obra de Michael Hardt e Antonio Negri intitulada “Commonwealth” (2009), e extrapola a noção anterior de “bem” ou recurso natural, a partir da introdução do que os autores denominam “comum artificial”. O “comum artificial” compreende os bens imateriais, ou seja, os processos e recursos produzidos e geridos coletivamente que resultam do trabalho e subjetividade dos seres humanos.

Por fim, a obra intitulada “Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI”, de Pierre Dardot e Cristian Laval (2015), inaugura uma terceira corrente, onde o comum pode ser compreendido como **“princípio político”**, e que tem como potencial articular uma série de movimentos, discursos e lutas que se opõe “à racionalidade neoliberal em várias partes do mundo” (DARDOT e LAVAL, 2017). Segundo os autores:

Os combates pela “democracia real”, o “movimento das praças”, as novas “primaveras” dos povos, as lutas estudantis contra a universidade capitalista, as mobilizações a favor do controle popular de distribuição de água não são eventos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, insurreições dispersas e sem objetivo. Essas lutas políticas obedecem à racionalidade política do comum, são buscas coletivas de formas democráticas novas. (DARDOT e LAVAL, 2017, p.19).

A noção de “comum”, tal como utilizada na pesquisa, se enquadra na segunda e terceira correntes

apresentadas, bem como nas perspectivas de Tonucci (2017), Alves (2017) e Cruz (2017). Isso é fundamental para uma compreensão do conceito no contexto no qual será estudado, ou seja, as ocupações urbanas de moradia e empreendimentos habitacionais populares produzidos por autogestão nas grandes cidades brasileiras. Assim, o “comum” é entendido aqui como ***princípio político*** que abarca uma variedade de lutas contra o neoliberalismo e envolve recursos, pessoas e práticas de produção e reprodução da vida social. Incorpora-se, ainda, o ***comum artificial*** — as subjetividades, trabalho intelectual, ideias, linguagem e tudo mais que é resultante da produção e cooperação social. Aquilo que escapa potencialmente da apropriação privada ou estatal e que pressupõe formas democráticas de gestão e uso. O sujeito das insurgências urbanas, e das práticas do “comum” que constituem o objeto da pesquisa, é a classe trabalhadora³⁶ organizada nos movimentos de moradia, nas ocupações urbanas e nos empreendimentos habitacionais autogestionários.

A seguir, apresentaremos o “conflito Loteamento x Condomínio”. Buscaremos destacar como o cotidiano da Ocupação Solano Trindade, que abriga práticas

³⁶ Sabemos que muitas correntes sobre o “comum” desconsideram a luta de classes. Entretanto, essa pesquisa se situa no campo da luta pelo direito à cidade construída pelos movimentos sociais cujo sujeito é a classe trabalhadora organizada. Seguindo Harvey (2014), entendemos que a classe trabalhadora em nossa época é constituída não exclusivamente pelos operários fabris, mas pelos trabalhadores urbanos divididos em diversas formas de trabalho, de modo que se torna ainda mais difícil sua organização enquanto força revolucionária. (HARVEY, 2014, p.17) Na nossa perspectiva, portanto, o direito à cidade é indissociável do direito ao trabalho emancipado e os associativismos urbanos podem ser um caminho importante para a criação de uma “consciência de classe” construída a partir das práticas de trabalho coletivo orientadas para a produção da cidade como bem comum.

concretas de produção dos espaços comuns, é tensionado pela lógica da propriedade privada imposta pelas regras do PMCMV-E. À luz do conflito, situaremos a noção de “comum” como categoria analítica para orientar a análise central do capítulo.

“Loteamento x Condomínio”: o “comum” como categoria analítica em Solano Trindade

Como dito anteriormente, o debate suscitado pela “escolha entre Loteamento e Condomínio” motivou a investigação de uma dimensão alternativa possível para os espaços urbanos mais compatível com o projeto de cidade em disputa pelos movimentos populares de moradia. A investigação da experiência de Solano Trindade a partir do conceito de “comum” não pretende apontar um caminho para a sua institucionalização, mas nos permite ampliar o olhar sobre a experiência e suas contradições, de modo a compreender o que a aproxima e o que a afasta de uma produção da cidade orientada pelo bem-estar de todos os seus habitantes.

Nessa discussão, o que nos interessa é como a ideologia da propriedade privada se reflete no cotidiano de uma ocupação de moradia, bem como nas práticas autogestionárias que seus espaços comuns acumulam. Especialmente no caso de Solano Trindade, em que há a busca por recursos públicos no âmbito do PMCMV-Entidades, ao mesmo tempo em que a condição atual das famílias e sua configuração socioespacial está totalmente fora do reconhecimento do Estado. As próprias normas impostas pelo PMCMV-E provocam um acirramento das contradições existentes entre as práticas de cooperação que orientam a produção de *espaços comuns* nas

ocupações e a hegemonia da propriedade privada no contexto em que estão inseridas. A seguir, relataremos o conflito e os argumentos principais levantados no referido debate, de modo a justificar o que nos leva a recorrer ao “comum” enquanto categoria analítica para a investigação central desse capítulo.

A escolha imposta pelo programa entre “loteamento e condomínio” revelou posicionamentos divergentes dentro do próprio coletivo de assessoria, bem como entre as lideranças, apresentando ambos, argumentos de natureza política e técnica. O único consenso se deu em relação ao caráter alienante dos muros. Nos aprofundaremos nos argumentos de dois grupos principais que se destacam no debate diante das duas opções apresentadas.

Por um lado, um grupo de técnicos defendia a opção pelo condomínio. Seus argumentos incluíam questões relativas ao aumento dos custos de infraestrutura, no caso de opção pelo loteamento, devido às excessivas áreas de vias carroçáveis impostas pela legislação. Além disso, foram pautados argumentos de natureza política relacionados ao desenho da unidade habitacional. Segundo esse grupo, a legislação de loteamento imporia a reprodução da lógica rua-quadrilote individual, que seria alinhada com um desenho de cidade que se opõe à propriedade coletiva. Para o grupo de técnicos a opção por loteamento reforçaria a propriedade individual e a sua possível comercialização. A intenção do grupo era fugir da lógica moradia-mercadoria de modo a desconstruir o lote individual e ressaltar o valor de uso em detrimento do valor de troca dos imóveis. A proposta era desenvolver um projeto mais ligado a espaços autogestionários, que dificultaria a

comercialização dos lotes individuais pela forma como se constitui o desenho urbano-arquitetônico.³⁷

Por outro lado, as lideranças de Solano Trindade, apesar de pontuarem a notória restrição da ação do poder público nos espaços urbanos periféricos, insistiram na configuração de loteamento por entenderem ser necessário não prescindir do direito de exigir a ação estatal na produção e manutenção de serviços urbanos coletivos. A maioria das lideranças do MNLM-RJ se posicionou radicalmente contra o condomínio, defendendo que o Estado deve ser responsável pela manutenção das vias e praças públicas. Finalmente, argumentaram que a responsabilidade da gestão dos espaços de convivência não poderia recair sobre o movimento caso o “coletivo se desmobilizasse”, o que afirmam ocorrer, muitas vezes, no momento após a titulação das unidades habitacionais.

Diante dessa possibilidade de “transição para a cidade formal”, as lideranças do movimento defendiam que os espaços da Ocupação se dividissem em três formas distintas de propriedade. A primeira seria relativa aos espaços destinados às novas moradias, ou seja, as unidades habitacionais construídas com recursos do PMCMV-E e que seriam regidas pela propriedade individual privada.³⁸ A segunda categoria corresponderia às ruas e praças, que se conformariam como espaços

³⁷ Acreditamos que formas habitacionais que escapam do modelo quadra-lote-casa podem ter um efeito relevante na subjetividade dos moradores, que esperam uma delimitação clara da sua propriedade. Entretanto, não acreditamos que outros desenhos dificultem a comercialização, já que o contrato é individualizado no final, com títulos individuais de propriedade privada.

³⁸ Ainda que as lideranças identifiquem a titulação individual das unidades como um fator que esvazia os processos coletivos, o Programa não permite outros arranjos.

públicos³⁹. Uma terceira categoria era reivindicada pelas lideranças e correspondia aos espaços de uso coletivo, tanto os livres quanto os construídos (Horta, Cozinha, Pátio de Compostagem, Edifício Principal, Centro de Formação). Essa terceira categoria inclui, ainda, um edifício que será recuperado com recursos alternativos ao PMCMV-E para se transformar em doze moradias. As lideranças são contundentes quanto a não abrir mão da gestão desses espaços, a ser futuramente realizada pelo MNLM. A propriedade desses espaços seria do Estado, com concessão de uso para o movimento segundo projeto da coordenação à época.⁴⁰

No processo de reconhecimento e legitimação da Ocupação pelo Estado por meio do PMCMV-E, a tentativa de enquadrar os espaços apropriados coletivamente nas formas urbanísticas permitidas pelo Programa (loteamento ou condomínio) e nas formas de propriedade existentes (privada, condominial, pública, estatal com concessão de uso) dispara, invariavelmente, contradições e conflitos que afetam o cotidiano da ocupação e as práticas concretas nos espaços coletivos, conforme veremos no item 1.4.

De todo modo, dentre as três categorias reivindicadas pelo Movimento para o enquadramento dos espaços da Ocupação — propriedade privada (unidades habitacionais), espaços públicos (vias e praças) e propriedade estatal com concessão de uso (espaços e edifícios de uso coletivo), houve debate apenas quanto ao enquadramento das duas últimas categorias. Ou seja, as

³⁹ Para o projeto MCMV-E as ruas e praças seriam doadas para o poder público municipal que ficaria responsável pela implementação de infraestrutura, bem como por sua manutenção.

⁴⁰ Nesse projeto a terra seria desmembrada na área correspondente aos edifícios coletivos para que seu uso fosse concedido pela SPU para o MNLM.

que correspondem aos espaços que foram apropriados e utilizados coletivamente e que abrigam práticas de cooperação que, de certa forma, são tensionadas quando impostas à lógica de propriedade privada hegemônica na cidade capitalista. No nosso entendimento tanto as vias e praças públicas como os edifícios e espaços de uso coletivo poderiam ser pensados como domínio “comum”.

É possível pensar interseções entre o conceito de “comum” e o conceito de espaço público⁴¹, ainda que os autores que tratam do “comum” afirmem que ele se estabelece para além do público e do privado. Tal afirmação decorre do entendimento de que, na modernidade, os espaços públicos foram apropriados pelo Estado, que seria responsável por garantir seu uso para todos os cidadãos. Entretanto, esses autores entendem que o Estado neoliberal é agente ativo na construção das desigualdades sociais e da segregação espacial e, portanto, o “comum” deve ser diferenciado do público. (HARDT e NEGRI, 2009; DARDOT e LAVAL, 2017; TONNUCI, 2017). Contudo, se consideramos um projeto de cidade como bem comum, ou seja, diferente da atual, na qual não existe a segregação espacial vigente (promovida por um Estado que atua a favor das classes dominantes), podemos pensar que seus espaços públicos seriam utilizados e geridos coletivamente por todos os seus habitantes. De forma análoga, os espaços concedidos ao Movimento para uso e gestão coletiva dos moradores da Ocupação também podem ser pensados como domínio “comum”. Nesse caso, um domínio “comum” relativo a um grupo de menor abrangência, uma

⁴¹ Não cabe no escopo dessa pesquisa aprofundar o conceito de espaço público e suas possíveis interseções com a noção de “comum”. Para o entendimento da complexidade do conceito consultar, por exemplo, Andrade (2002).

vez que não englobaria os habitantes de toda a cidade, mas apenas o grupo de trabalhadores que vive na Ocupação. A coincidência de princípios entre a noção de “comum” e o projeto de cidade do MNLM, que orienta a produção do espaço em Solano Trindade, nos levou a escolher o “comum” como categoria analítica para nossas análises.

Com todos os conflitos, ao final do debate, que se estendeu por quase um mês, o projeto enviado para pleitear os recursos do edital do PMCMV-E foi desenvolvido como loteamento⁴². Interessante notar o receio revelado pelas lideranças de um possível esvaziamento dos processos coletivos que poderia vir a ocorrer atrelado à titulação individual da propriedade. As lideranças justificaram essa apreensão baseando-se em experiências anteriores nas quais estiveram envolvidos. Essa questão é interpretada por Tonucci (2017) de maneira pertinente para o caso de Solano Trindade, a partir da perspectiva do “comum”, quando afirma:

As ocupações vivem em um tipo de entre-situação: ao mesmo tempo em que os movimentos sociais e residentes aspiram a ser reconhecidos pelo Estado (e, portanto, não mais sujeitados a viver sob o risco do despejo), eles também reconhecem que essa entrada na “cidade formal” pode significar a perda de muitos dos projetos coletivos e dos arranjos de propriedade mais associadas ao comum que eram possíveis enquanto muitos estavam engajados na

⁴² Vale ressaltar que em nenhum momento as lideranças recorreram ao termo “comum” para reivindicar uma outra categoria possível de institucionalização dos espaços livres de uso coletivo. Entretanto, entendemos que a utilização do mesmo como categoria analítica é pertinente.

resistência e em experimentações socioespaciais.
(TONUCCI, 2017, p. 16)

Outra leitura possível, a partir da noção de “comum”, está relacionada à opção final pelo loteamento e por não abrir mão de reivindicar a ação do Estado na manutenção das vias e praças públicas que serão construídas no terreno, mesmo que o projeto inicial do Movimento seja o de assumir a gestão desses espaços. As lideranças consideram a opção pelo loteamento e regime de propriedade estatal das vias e praças internas mais próxima do projeto de cidade do MNLM do que a propriedade privada.

A decisão final dialoga com a estratégia de “combate duplo”, ou seja, em defesa do público a favor do comum, tal como apontada por Hardt e Negri (2014):

É necessário, ante os poderes da propriedade privada, lutar pela propriedade pública quando nosso objetivo é o comum? Aparentemente sim. (...) O segundo caminho para assegurar um movimento constante do público para o comum, que é mais ativo e prático do que o primeiro, envolve um combate duplo. Muitos movimentos sociais pelo comum e contra o neoliberalismo lutam em favor do público, para derrubar o domínio da propriedade privada e, ao mesmo tempo ou em sequência, militam contra o poder público, nos interesses do comum e dos mecanismos da autogestão. (HARDT e NEGRI, 2014, p. 110)

Acreditamos, portanto, que a noção do “comum” é uma categoria analítica potente por ser mais compatível com a ação e a apropriação da cidade protagonizada pelos movimentos populares na cidade. Analisaremos de forma

minuciosa como se deu a produção e constante reformulação dos “espaços comuns” da Ocupação a partir da organização coletiva dos trabalhadores ao longo dos quatro anos e meio de sua existência. Utilizaremos o conceito de “comum” como uma lente para enxergar o sentido das ações coletivas e buscar compreender o que orientou a produção do espaço urbano em Solano Trindade.

Autogestão, extensão universitária e o confronto de saberes e valores: a produção do “espaço comum” em Solano Trindade

A análise que se segue trata da produção dos “espaços comuns” de Solano Trindade a partir da minha perspectiva de atuação, em caráter de imersão, ao longo dos últimos quatro anos em campo, no contexto da relação UFRJ-MNLM. Tem como objetivo compreender como as relações sociais e as ações coletivas encaminharam transformações físicas nos espaços da Ocupação. Além disso, busca identificar quais foram os fatores que, ao longo desse tempo, estimularam ou inibiram a mobilização dos moradores e lideranças acerca da realização de transformações espaciais que visam o bem-estar comum.⁴³

O objeto desta análise engloba, portanto, não só as relações sociais estabelecidas nos processos de autogestão internos do Movimento, bem como aquelas

⁴³ Não foram estudadas as questões e dificuldades individuais que são, muitas vezes, determinantes nesse contexto e podem inviabilizar as condições mínimas necessárias à reprodução da vida, e por consequência, o engajamento nas ações do grupo. O foco, é identificar os fatores que influenciam o grupo como um todo.

que se realizam na interação com a assessoria técnica e a extensão universitária. Nesse contexto, as relações sociais são fomentadas por processos de argumentação e construção democrática de valores individuais e coletivos, onde estão em jogo ideais estéticos e de bem-estar urbano distintos. As práticas democráticas em questão, orientam as decisões coletivas, possibilitam as inovações e acumulam aprendizagens e contradições.

As contradições identificadas nas experiências relatadas a seguir, ora mais próximas do sentido do “comum”, ora da lógica de produção hegemônica da cidade, estarão presentes nas análises e são inerentes às condições de existência das ocupações urbanas, que têm como bandeira de luta a desmercantilização da cidade apesar de inseridas em um contexto de acumulação capitalista. Buscaremos identificar em que momentos essas experiências são de fato disruptivas e inovadoras e qual a origem das tensões e conflitos que acarretam as contradições que se revelam.

Muitos foram os projetos e atividades desenvolvidas no contexto da cooperação UFRJ-MNLM ao longo dos últimos quatro anos. O recorte adotado para esta análise foi o desdobramento prático dessas atividades em ações que apoiaram tecnicamente a (re)construção dos espaços físicos da ocupação, especialmente aqueles destinados à vida coletiva. Buscaremos identificar os fatores que estimulam e inibem a mobilização coletiva na produção de espaços na Ocupação e na cidade, orientados para a vida em comum. É interessante notar que não só a questão da propriedade, tratada anteriormente no “conflito Loteamento x Condomínio”, mas a disponibilidade de recursos no momento das ações, o contexto político local de cada uma das atividades desenvolvidas e diversos

outros fatores também afetam a mobilização coletiva. Esses fatores serão explorados a seguir.

1.4.1 A conquista da terra e os primeiros mutirões

Os moradores que estiveram presentes no primeiro dia da ocupação Solano Trindade relembram com grande entusiasmo a data de 8 de agosto de 2014, desde os preparativos, iniciados meses antes, até o dia da abertura dos portões e ocupação da terra de fato. No dia da ocupação, o Movimento mobilizou quatro ônibus para a chegada ao terreno. Entre os presentes estavam os futuros moradores, companheiros de outros movimentos e as lideranças do MNLN. Até mesmo as crianças de Solano Trindade lembram com carinho dos primeiros dias. Ao longo dos últimos quatro anos, não houve momento em que a mobilização para as atividades coletivas, bem como práticas de solidariedade e reciprocidade entre os ocupantes fossem mais fortes.

Ao longo dos seis primeiros meses, foi acordado entre a equipe técnica, lideranças locais e moradores, um conjunto de atividades emergenciais a serem desenvolvidas antes de iniciarmos as primeiras reuniões com as famílias para discussão do projeto urbanístico e das futuras moradias. Essas atividades, distribuídas em um calendário de mutirões com frequência semanal, tinham como objetivo garantir condições mínimas de habitabilidade para todo o grupo de moradores. Foi realizada a limpeza do terreno e das edificações existentes, a construção de uma cerca nos limites da gleba para garantir a permanência na área⁴⁴, além de

⁴⁴ Cabe destacar que havia grupos locais interessados na terra.

instalações hidráulicas e elétricas provisórias para alimentar as edificações e espaços livres da ocupação.

No mesmo ânimo da conquista inicial da terra, nos primeiros dias, organizou-se a brigada noturna rotativa para garantir a segurança do grupo, a cozinha coletiva, o espaço de brincadeiras para as crianças (Criarte), as cirandas durante as atividades principais para viabilizar a participação das mães, dentre outros exemplos de iniciativas que garantem a reprodução da vida em comum. Os primeiros mutirões foram os mais organizados e mais fiéis ao cumprimento dos prazos, com ampla adesão dos moradores. Os recursos utilizados nessa fase inicial foram provenientes do apoio de sindicatos parceiros do movimento e de um fundo coletivo dos moradores para a realização de melhorias, com o propósito de garantir as condições mínimas de sobrevivência.

O ato inicial de ocupação é um dos fatores com maior capacidade de mobilização. A conquista de terra aciona diversas transformações no território, especialmente (re)construções dos espaços de uso coletivo. Uma leitura possível para interpretar a mobilização inicial, é que a conquista da terra torna a conquista da casa mais palpável ou próxima. Por sua vez, a casa é a urgência primeira que orienta a aproximação de grande parte das pessoas aos grupos de base dos movimentos de moradia. Sendo assim, talvez esse seja um dos fatores que justifique o forte espírito coletivo inicial.

1.4.2 O plano participativo de ocupação do terreno e o projeto das novas moradias

A primeira atividade a ser realizada no contexto do projeto de extensão da UFRJ “Inovação projetual e tecnológica na produção de empreendimentos habitacionais e econômicos populares”⁴⁵, criado em 2015, foi a elaboração do plano de ocupação do terreno de Solano Trindade. Para isso, após o acompanhamento dos mutirões iniciais, a equipe técnica organizou uma série de reuniões com o grupo de moradores e famílias interessadas, em que foram discutidos projetos possíveis de cidade, bairro, rua, lote e casa. O objetivo inicial era ampliar o repertório de possibilidades das famílias a partir de outras experiências brasileiras e na América Latina. Os exemplos escolhidos para serem discutidos ilustravam processos coletivos autogestionários ou traziam inovações em sua forma, tecnologia construtiva adotada, implantação, entre outros aspectos. Procurou-se trazer para as famílias um conhecimento sobre realizações de outros movimentos populares de moradia e algumas possibilidades mais alinhadas a um projeto de cidade comum.⁴⁶

Inicialmente, e até meados de 2016, a proposta do Movimento para Solano Trindade era fugir das restrições impostas pelo PMCMV-E e buscar alternativas de financiamento para seu projeto. A motivação principal

⁴⁵ O projeto foi coordenado pela professora Luciana da Silva Andrade e integrava o programa de extensão “Autogestão Urbana”, também criado em 2015 e coordenado pela profa. Luciana Corrêa do Lago.

⁴⁶ É importante ressaltar que há uma grande rotatividade de moradores, bem como das famílias que participaram das discussões do plano participativo para ocupação do terreno. Poucos dos que participaram desse processo ainda são moradores ou frequentam a ocupação Solano Trindade.

para essa decisão foi a experiência da Ocupação Manoel Congo, também organizada pelo MNLM-RJ, que conseguiu recursos do Programa para requalificação do edifício ocupado. Em função disso, foram desenvolvidas ao longo de 2015 algumas propostas⁴⁷ que incorporaram diversas inovações em termos de métodos construtivos, tamanho dos lotes, implantação, entre outras, com destaque para os espaços de uso compartilhado. As propostas desenvolvidas nesse período foram realizadas no contexto de trabalhos finais de graduação desenvolvidos por alunas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ⁴⁸. Tais projetos, ainda que não tenham sido implementados, foram relevantes para apoiar e legitimar a luta do Movimento na universidade, reiterar a função social da propriedade prevista na constituição, bem como tiveram um papel estratégico na negociação do Movimento com o poder público local.⁴⁹

Contudo, as inovações e alternativas das propostas iniciais não foram, em grande parte, incorporadas ao projeto urbanístico nem tampouco ao projeto para as futuras moradias, concluídos em 2017. Identificamos como possíveis causas para esse fato alguns desafios que se apresentaram ao longo do

⁴⁷ Especialmente o grupo de pesquisa naMORAR, antigo CiHabE, através da articulação de ações de extensão e ensino foi responsável pelo desenvolvimento das propostas.

⁴⁸ Ricelli Laplace (2014.2) Fernanda Petrus (2015.1), e Ingrid Malta Clasen (2015.2) desenvolveram propostas para a área como Trabalho Final de Graduação orientado pela profa. Luciana da Silva Andrade.

⁴⁹O projeto “Projeto de Habitação de Interesse Social para a Ocupação Solano Trindade - MNLM”, desenvolvido como Trabalho Final de Graduação pela autora da presente pesquisa, foi apresentado em uma série de reuniões com as secretarias municipais de Duque de Caxias, o que acabou por contribuir para a obtenção de apoio da prefeitura para a Ocupação Solano Trindade durante os dois primeiros anos.

processo que relataremos a seguir. O principal deles está relacionado à mudança no projeto político do Movimento que optou, em 2016, por priorizar o financiamento do PMCMV-E como principal estratégia de acesso a recursos.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff teve impacto negativo sobre as perspectivas para os movimentos populares de moradia. Desde o ano de 2009, o PMCMV-E representava a principal forma de acesso a financiamento via governo federal para os empreendimentos populares. No bojo do complexo contexto político do país, o edital do Programa aberto em 2016 foi visto como, possivelmente, a última oportunidade de acesso aos recursos federais pela Ocupação Solano Trindade nos anos que viriam a seguir. Diante disso, a coordenação do MNLM de Duque de Caxias (com a concordância da assessoria técnica à demanda do Movimento) decidiu “acelerar” ou suprimir algumas etapas da elaboração coletiva dos projetos que vinham sendo desenvolvidos junto às famílias, a fim de viabilizar a entrega do material exigido para o processo seletivo dentro dos prazos do Programa.

O foco das atividades desenvolvidas pela equipe técnica passou, então, a ser a elaboração dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, no nível de detalhamento requerido, bem como outros documentos técnicos exigidos pela Caixa, órgão financiador do programa. Essa mudança de prioridade ocorreu em detrimento das discussões projetuais e do projeto participativo. O resultado final dos projetos, em muitos aspectos, se assemelha à produção empresarial, pois apresenta poucos espaços livres e coletivos, utiliza os métodos construtivos tradicionais, entre outras características.⁵⁰

⁵⁰ É importante esclarecer que os espaços reivindicados como do movimento (cuja proposta era uma CDRU- Concessão de Direito

Nesse contexto de urgência não houve, especialmente por falta de tempo hábil, aprofundamento do processo participativo para que os projetos entregues à Caixa refletissem a luta do movimento por uma cidade orientada para o bem-estar coletivo. Quando as práticas democráticas e trocas de saberes são aprofundadas na elaboração do projeto, as possibilidades de inovação e alternativas às estratégias e técnicas de produção hegemônica da moradia se ampliam. Além disso, as regras do Programa implicam em uma série de limitações relacionadas não só às possibilidades para o desenho urbano, mas também às tecnologias possíveis de serem adotadas e financiadas pela Caixa. Muitas das tecnologias construtivas debatidas nas reuniões com as famílias não podem ser financiadas dentro das normas do PMCMV-E.

Figura 1: Processo participativo de projeto



Fonte: Acervo do Catálise

Real de Uso, ou seja, a terra se mantém pública com concessão de uso para o Movimento) foram preservados, e não entraram no projeto para financiamento da Caixa. As áreas para habitação seriam desmembradas da área total do terreno.

Toda a mobilização em torno da proposta enviada à Caixa não teve sucesso. Solano Trindade não foi selecionada para receber recursos em função da questão da terra, que ainda não foi formalmente destinada ao Movimento. Paradoxalmente, essa condição nos libertou não só das regras restritivas em relação às tecnologias construtivas, desenho urbano e prazos do programa, bem como viabilizou mais tempo dedicado ao debate e experimentação prática de outras formas de produção do espaço urbano. Diante da ausência de perspectiva de recursos para a construção de novas unidades, a necessidade de resgatar o debate sobre o projeto urbanístico e sobre as futuras moradias voltou à tona em 2017, uma vez que houve consenso entre lideranças do Movimento, moradores e assessoria técnica a respeito da baixa qualidade dos projetos enviados ao MCMV-E.

Nesse contexto, foram realizadas em 2018 uma série de oficinas práticas na Ocupação com vista à introdução de tecnologias alternativas de construção, como por exemplo, “taipa de pilão”, “alvenaria armada”, “argamassa armada”, entre outras. Assim, abriu-se um horizonte de possibilidades para uma futura produção local de elementos construtivos. Elementos esses que podem vir a ser utilizados na construção das novas moradias e contribuir com a redução de custos para as famílias e com a qualidade do ambiente construído.

Houve uma grande resistência inicial do grupo de moradores para experimentar técnicas construtivas alternativas às tradicionais. Mas após as oficinas práticas realizadas, a maioria dos participantes demonstrou grande entusiasmo com as possibilidades apresentadas. O material resultante de uma das oficinas vem sendo incorporado na construção de estruturas de uso coletivo

na ocupação, como é o caso de um galinheiro e de um banheiro.

Figura 2: Execução dos painéis de alvenaria armada



Fonte: Acervo do Catálise

No âmbito do projeto urbanístico, também em 2018, duas disciplinas da graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UFRJ trabalharam a Ocupação Solano Trindade como objeto principal de estudo.⁵¹ Os alunos desenvolveram propostas de “tipologias habitacionais e implantação” utilizando conceitos de Bioarquitetura, Bioconstrução, Paisagismo Produtivo, entre outras alternativas. Os resultados foram bastante interessantes e apontaram questões relevantes a serem discutidas com os moradores. A partir 2019, esse material será utilizado como um instrumento para o

⁵¹ As disciplinas foram “Habitação I - Arquitetura mais Sustentável e Bioarquitetura” e “Projeto Optativo de Habitação de Interesse Social”, ministradas pelas professoras Leticia Prudente e Luciana Andrade, respectivamente.

debate com os moradores sobre questões relacionadas à implantação, aos lotes e aos espaços compartilhados.

Nesse longo processo, verificamos que algumas das ações que entendemos aqui como alinhadas com um projeto de cidade pautado no “comum”, tais como a construção de espaços coletivos de formação, trabalho e produção ou, ainda, inovações tecnológicas de desenho urbano e construtivas, não constituíam a prioridade inicial dos moradores da ocupação — para os quais a casa, na maioria das vezes, é a urgência primeira. De forma aparentemente paradoxal, muitas vezes a ausência do Estado e das políticas redistributivas nos territórios populares contribui na mobilização de ações coletivas mais alinhadas com o sentido do “comum” urbano. Como ocorreu no caso específico de Solano Trindade, onde paralelamente à espera pela casa foram (re)construídos diversos espaços comuns orientados para o bem-estar e trabalho coletivo. Esses espaços serão estudados e analisados mais a frente.

Diante dessa contradição torna-se clara a “entresituação” a que Tonucci se refere⁵² quando afirma que as ocupações, ao mesmo tempo em que aspiram ser reconhecidas pelo Estado, temem a perda de muitos dos projetos coletivos que eram possíveis enquanto estavam engajados na resistência e em experimentações socioespaciais (TONUCCI, 2017). Cabe aqui, porém, uma ressalva. Faz-se necessário explicitar que o reconhecimento dos avanços e rupturas com a lógica de produção capitalista que as experiências populares nos trazem, como em Solano Trindade, não nos levam à idealização das estratégias de sobrevivência adotadas pela classe trabalhadora diante da ausência do Estado e dos serviços públicos. Tais estratégias, muitas vezes,

⁵² Ver citação na página 46.

coexistem com condições inferiores às necessárias para uma vida digna. Entendemos, sobretudo, que experimentações socioespaciais associadas aqui com o sentido de “comum” podem servir para pensar caminhos possíveis para cidades orientadas pelo bem-estar comum e, também, para a ampliação das agendas de luta

Retomando Dardot e Laval (2017) sobre o papel do Estado, trazemos sua proposição número seis para a instituição do “comum”: *Os serviços públicos devem ser instituições do comum*. Ressaltamos o reconhecimento dos autores de que o pensar sobre serviços públicos no âmbito do “comum” não é uma ação livre de contradições.

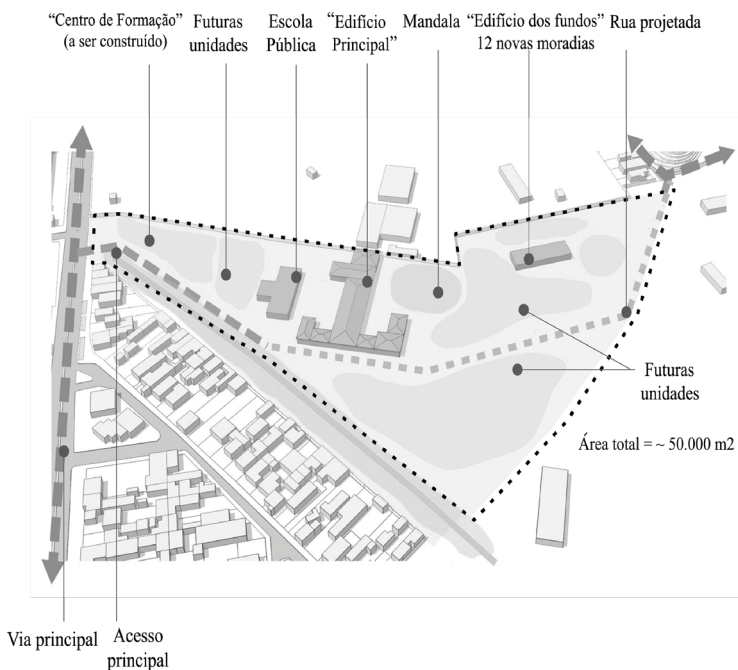
A questão, portanto é saber como transformar os serviços públicos, para que eles passem a ser instituições do comum orientadas para os direitos de uso comum e governadas de forma democrática. Seria conceber o Estado como sumo garantidor dos direitos fundamentais do cidadão no que diz respeito à satisfação de necessidades consideradas coletivamente essenciais, enquanto a administração dos serviços seria entregue a órgãos dos quais fariam parte não só representantes do Estado, mas também trabalhadores e usuários cidadãos. (...) Os serviços públicos são necessariamente organizados pelo Estado, porque criam as condições comuns para a atividade social, coletiva e individual. (...) O serviço público não é a manifestação da soberania, mas a tradução de uma necessidade objetiva que deve ser satisfeita, da mesma forma que não é uma resposta a direitos subjetivos prévios, mas efeito de uma regra de direito objetivamente fundamentada que gera direitos individuais subsequentes (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 549)

Voltamos ao objetivo da presente pesquisa para esclarecer que se a mesma não se propõe a apontar caminhos para a institucionalização do “comum”, importa reafirmar aqui que a discussão dos direitos não está excluída do “comum” como princípio político. Nesse sentido, consideramos que o direito à moradia, e mesmo os programas habitacionais federais garantidos pelo Estado, devem ser considerados como partes integrantes do princípio político do “comum”.

1.4.3 Os edifícios de uso coletivo

Trataremos neste item das transformações realizadas nos edifícios de uso coletivo da Ocupação Solano Trindade. Dois deles existentes no terreno antes da ocupação e um que será construído com madeiras doadas pela UFRJ. O “Edifício Principal” abriga todas as famílias que vivem em Solano Trindade, além dos espaços coletivos, como biblioteca, cozinha e banheiros. O “Edifício dos fundos” será transformado em doze novas unidades habitacionais. Por fim, o “Centro de Formação”, também conhecido como Fábrica Experimental de Cidades, será construído próximo à entrada da ocupação. Os edifícios coletivos podem ser identificados na implantação abaixo.

Figura 3: Planta de situação da Ocupação Solano Trindade



Fonte: Elaboração própria

A reforma do telhado do edifício principal

Uma das principais transformações realizadas no "Edifício Principal" ao longo dos quatro anos da existência da Ocupação foi a reforma do telhado. A estrutura da cobertura está diretamente relacionada aos problemas de infiltração e goteiras recorrentes na Ocupação. A recuperação de um trecho considerável (aproximadamente 300m²) se deu em etapas. Analisaremos cada uma dessas etapas a seguir, com foco nos fatores que

contribuíram (ou não) com a mobilização coletiva para a realização da obra. O trecho recuperado até o momento corresponde à cobertura de parte dos espaços coletivos como a cozinha, a sala de reunião da coordenação e a biblioteca. Além disso, cobre também casas de três famílias.

A primeira etapa foi realizada ao longo do primeiro semestre de 2015, após a conclusão dos primeiros mutirões, para evitar o colapso da estrutura de madeira que apresentava peças estruturais faltantes. Pontaletes, terças e outros elementos de grande porte da estrutura que cobria o edifício tinham sido furtados no período em que o prédio estava abandonado — o que fazia com que o telhado estivesse prestes a desabar. Nessa primeira etapa, a assessoria técnica apoiou a iniciativa dos moradores através de suporte técnico aos mutirões e com a realização de um diagnóstico da estrutura, a fim de estimar os recursos necessários para sua recuperação total. Nesse início da recuperação do telhado não houve necessidade de aquisição de novas peças de madeira nem, tampouco, de recursos financeiros, posto que já existiam no local elementos construtivos que poderiam ser utilizados na reposição das peças faltantes. Houve, à época, um grande investimento de trabalho em regime de mutirão e com ampla mobilização dos moradores. Além disso, essa etapa também teve apoio do Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA 2015), que promoveu dois dias de mutirão na Ocupação. O objetivo principal dessas ações foi viabilizar a entrada de novas famílias.

A segunda etapa de recuperação, realizada no segundo semestre de 2016, foi proposta pela equipe técnica. Após o primeiro período de chuvas as condições do edifício ficaram comprometidas, o que acarretou a

evasão de algumas famílias residentes. Tal esvaziamento da Ocupação comprometia as condições de permanência na terra e, portanto, a obra do telhado foi considerada uma urgência tanto pelas lideranças locais quanto como pelos integrantes da equipe técnica. A assessoria mobilizou recursos para a compra de parte da madeira necessária para dar continuidade à obra e, mais uma vez, não houve dificuldade na mobilização dos moradores para a realização das obras. Uma parte do telhado que cobre as áreas de residência foi recuperada, viabilizando a chegada de duas novas famílias.

A terceira etapa foi executada no segundo semestre de 2017 e corresponde ao trecho que cobre a cozinha coletiva. A professora Luciana Andrade organizou uma disciplina eletiva⁵³ na FAU-UFRJ, “Detalhamento de Telhado”, de modo a colaborar com a recuperação da estrutura e viabilizar o início da reforma da cozinha. A disciplina foi formatada com dois terços da carga horária destinada às atividades práticas e um terço para teoria. A parte prática foi realizada aos sábados, na Ocupação, e a parte teórica na sede da FAU-UFRJ, durante a semana. Houve grande procura por parte dos estudantes que participaram dos mutirões de trabalho ao lado das famílias. Foi estabelecido um cronograma de atividades na Ocupação que acompanhava a ementa da

⁵³ A professora Luciana Andrade já havia trabalhado no período anterior com os alunos da disciplina de Projeto de Interiores (PIN) em propostas para a cozinha coletiva da ocupação. Durante a realização dessa disciplina, a partir de diálogos com os moradores, ficou latente a necessidade de recuperação do telhado que cobre a cozinha. Por isso, foi organizada a disciplina “Detalhamento de Telhado” em questão. É importante ressaltar que outras disciplinas de graduação e mestrado da UFRJ trabalharam o caso da Ocupação. O foco da pesquisa estará voltado para aquelas que tiveram desdobramentos práticos, conforme esclarecido na metodologia.

disciplina e a obra foi concluída conforme a previsão inicial. Essa etapa demandou grande organização de ambos os grupos (equipe técnica e Movimento) para respeitar o cronograma e a ementa propostos. A grande adesão dos alunos ao trabalho prático foi um grande motivador para as famílias que trabalharam na obra.

Figura 4: Recuperação do telhado durante a disciplina “Detalhamento de Telhado”



Fonte: Acervo pessoal

Ao longo de 2018, houve uma desmobilização por parte dos moradores e lideranças locais em relação à obra do telhado. Ainda que o período de chuvas tenha acarretado grandes problemas para as famílias, todos os interesses dos ocupantes se voltaram para a requalificação do “Edifício dos Fundos”, que será transformado em doze novas unidades. O recurso destinado para a requalificação em questão atrasou mais de um ano desde a aprovação do projeto em janeiro de 2018. De fato, a partir desta data, qualquer atividade para além da promessa de início das obras no “Edifício

dos Fundos” sofreu o que se pode chamar de “um baque de desmobilização”.⁵⁴

A análise das etapas da obra do telhado nos auxilia na identificação de fatores que contribuem para a mobilização coletiva voltada para o bem-estar comum. Além do engajamento inicial motivado pela conquista da terra já apontado anteriormente, que também pôde ser percebido na primeira etapa de obra, a assessoria técnica articulada ao ensino e extensão universitários tem um papel central como agente que aciona e suporta (re)construções dos “espaços comuns” no caso da Ocupação Solano Trindade. Na reconstrução do telhado, como apresentado acima, um destaque especial nesse papel da assessoria foi a experiência da disciplina de graduação da FAU-UFRJ.

O projeto de requalificação do edifício existente para a construção de 12 moradias

O contexto político que se desenha a partir de 2016 eliminou gradativamente qualquer expectativa de acessar recursos estatais, sobretudo com o esvaziamento do PMCMV-E. Diante disso, a partir de 2017, os grupos da UFRJ e a equipe de assessoria concentraram seus esforços em buscar outras possibilidades de financiamento⁵⁵. Conseguiu-se, através de uma Emenda

⁵⁴ O projeto de requalificação, o recurso disponível, seus desdobramentos e os conflitos em questão serão relatados e analisados no próximo subitem.

⁵⁵ Foram realizadas tentativas através de editais nacionais e estrangeiros, campanhas de financiamento coletivo, emendas parlamentares, entre outros.

Parlamentar⁵⁶, recursos para o projeto “Educação e cidade: a construção coletiva de um bairro popular”. Além das atividades de formação que incluem o corpo docente e discente da UFRJ e os moradores da ocupação e do bairro, o projeto prevê ainda uma verba destinada à implementação de tecnologias alternativas para as infraestruturas coletivas do prédio. O recurso foi aprovado em 2017 com previsão de liberação em 2018. Contudo, a obra para implementação das infraestruturas coletivas do prédio, acompanhada das atividades de formação, só teve início em maio de 2019.

O projeto prevê a implementação de sistemas de Saneamento Ecológico, Telhado Verde, Captação de água de chuva, entre outras alternativas tecnológicas. A proposta de recuperação do edifício existe desde o primeiro ano de existência da Ocupação. Entretanto, o futuro uso da edificação foi debatido e alterado ao longo do tempo. A proposta da coordenação do Movimento para o prédio já foi de transformá-lo em residência permanente, residência temporária e alojamento para visitantes dos encontros nacionais do Movimento. Atualmente, a coordenação defende que sejam habitações de caráter temporário até que sejam construídas as novas unidades no terreno. Não há, entretanto, consenso quanto a isso, principalmente por parte dos moradores que não têm mais esperança de conseguir recursos pelo PMCMV-E, como previsto durante os primeiros anos da ocupação.

⁵⁶ Emenda Parlamentar do Deputado Federal Chico Alencar. Mandato 2015-2019, Rio de Janeiro, PSOL. Os recursos foram repassados para a UFRJ e implementados pela Fundação José Bonifácio (FUJB). A fundação tem por finalidade promover e subsidiar programas de desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da cultura, da ciência, da tecnologia, das letras, das artes, dos desportos e da ecologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O primeiro processo participativo envolvendo as famílias para a elaboração do projeto arquitetônico de requalificação do prédio, iniciado em 2015, foi importante para demonstrar a relatividade de valores técnicos historicamente construídos. Além disso, reforçou a pertinência do aprofundamento dos processos participativos envolvendo equipe técnica e futuros moradores. O principal confronto se deu no caso da ventilação dos banheiros. Diante do desafio de adaptar uma edificação para o uso habitacional onde cada unidade contaria com apenas 6,5 metros de frente para ventilação e iluminação dos cômodos, todas as alternativas propostas pela assessoria técnica, num primeiro momento, localizavam o banheiro no fundo da unidade sem qualquer ventilação natural, privilegiando a sala, cozinha e o quarto. Essa questão provocou grande reação dos moradores que afirmaram não aceitar de forma alguma um banheiro sem uma abertura direta para fora.

A reação dos moradores provocou um exercício exaustivo por parte da equipe técnica que conseguiu chegar a uma alternativa em que todos os cômodos recebiam iluminação adequada e ventilação natural, ainda que a janela do quarto não fosse tão ampla quanto nas primeiras propostas. A ventilação do banheiro foi viabilizada através de uma diferença do pé direito existente. O projeto final foi resultado de um longo debate. No desenrolar do processo algumas alternativas foram desenhadas no chão do edifício para que o espaço pudesse ser experimentado pelas famílias. O referido debate sobre a ventilação do banheiro é um reflexo da negociação a partir de critérios de bem-estar e valores culturais distintos entre a equipe técnica e os moradores.

Figura 5: Desenho das alternativas no chão para debate com os moradores



Fonte: Acervo pessoal

Ao longo de 2018, diante da perspectiva real de recursos para a recuperação do “Prédio dos Fundos” devido à aprovação da emenda parlamentar no ano anterior, o projeto para transformá-lo em unidades habitacionais é resgatado pela equipe técnica e novamente debatido com as famílias. Após alguns conflitos uma única tipologia foi escolhida para as doze novas unidades habitacionais.

O caráter temporário das habitações reivindicado pela coordenação do Movimento revelou contradições existentes na relação entre lideranças locais, especialmente aquelas não residentes, e os moradores da Ocupação Solano Trindade. Os moradores desejam uma propriedade individual privada ou, ao menos, uma moradia onde tenham a permanência garantida a médio e longo prazo e na qual possam investir recursos pessoais para aprimorá-la, uma vez que os recursos da emenda não serão destinados para a reforma das unidades, mas para a implementação das infraestruturas coletivas. Paralelamente, as lideranças do Movimento impõem que as unidades sejam de caráter temporário até que ocorra a instalação das famílias nas 105 casas que serão construídas no terreno. O projeto das lideranças para o prédio é que as moradias funcionem como moradia transitória para os recém-chegados, enquanto não forem alocados em novas unidades.

Essa decisão da coordenação do movimento implica, ainda, em outras consequências que vão de encontro ao desejo das famílias. A primeira delas está relacionada à proibição da diferenciação das unidades, com o desenvolvimento de diferentes tipologias que se adaptem às características específicas de cada família. Além disso, outro limitante imposto está relacionado à previsão de áreas de expansão para algumas unidades. Houve um acordo entre os moradores quanto a famílias com maior número de integrantes receberem unidades localizadas nas extremidades do edifício, as quais contariam com uma área para expansão. Entretanto, a coordenação não aprovou a decisão, mais uma vez utilizando o argumento do caráter temporário da moradia e reivindicando o uso das áreas de expansão para a alocação de alojamentos.

Outro processo fundamental para o desenvolvimento do projeto de requalificação foi a realização de mais uma disciplina de graduação da FAU-UFRJ na Ocupação Solano Trindade. Ministrada pelos professores Gustavo Poyes⁵⁷ e Ana Slade, a disciplina de Projeto Executivo (PEX) foi oferecida no período de 2018.2 e contou com a participação de duas turmas, chegando a um total de trinta e três alunos. O cronograma da disciplina foi dividido em duas etapas, com produtos correspondentes a serem desenvolvidos pelos estudantes em cada uma delas. Na primeira etapa foi proposta a elaboração dos projetos complementares de arquitetura necessários à execução das infraestruturas do prédio. Foi acordado com a turma a entrega de um caderno de projeto executivo que deveria conter as especialidades previstas no projeto da Emenda Parlamentar, a saber: Instalações Hidráulica, Instalações Elétricas, Telhado Verde, Sistema de captação de Água de Chuva e Saneamento Ecológico.

A turma foi dividida em grupos, de modo que cada um ficou responsável pelo projeto de uma das especialidades. Além disso, os alunos contaram com o suporte de professores de outras disciplinas, especialistas nas áreas em questão, que ministraram palestras e atenderam individualmente os grupos para o desenvolvimento dos projetos. Ao longo desse período houve um diálogo permanente entre os integrantes da equipe de assessoria técnica responsáveis pelo projeto do prédio, os alunos e os professores da disciplina.

⁵⁷ Gustavo Poyes propôs a realização da disciplina inspirado no trabalho de Luciana Andrade nos períodos anteriores. A professora e outros integrantes da assessoria técnica auxiliaram na construção da ementa da disciplina de PEX ministrada por Gustavo e Ana.

Na segunda etapa da disciplina foi proposta a realização de protótipos em escala 1:1 das esquadrias de madeira. O projeto das aberturas foi desenvolvido de acordo com as possibilidades do prédio e a demanda da produção de esquadrias sob medida por não aderir aos padrões comerciais. Os protótipos foram levados para discussão com os futuros moradores e foi considerada a possibilidade de produção local das esquadrias para a finalização das moradias.

Figura 6: Protótipos desenvolvidos pelos alunos na disciplina de PEX



Fonte: Foto de Gustavo Poyes

A disciplina teve grande adesão por parte dos alunos, de modo que o envolvimento de apenas uma turma de PEX, previsto inicialmente, acabou por contar com duas turmas. Nossas experiências mostram que a mobilização dos estudantes quando se trata de um “projeto real” e, sobretudo, alinhado com a luta dos movimentos sociais na cidade, tende a ser bastante superior às propostas tradicionais de trabalho oferecidas ao longo do curso de graduação.

O resultado do caderno de projeto entregue pela turma é extremamente satisfatório, ainda que em um nível de detalhamento inferior ao de um projeto executivo. No primeiro semestre de 2019, a equipe técnica responsável pelo projeto do prédio começou a trabalhar utilizando como base o caderno fornecido pelas turmas de PEX e passou a aprofundar o detalhamento, reavaliar algumas decisões, aprimorar a compatibilização a fim de finalizar o projeto executivo, os orçamentos e o cronograma da obra.

Foram organizadas visitas dos alunos à Ocupação nas duas fases do projeto. Na primeira fase foi feito o reconhecimento do prédio e do terreno e realizou-se uma primeira conversa com as famílias e lideranças. A segunda fase foi voltada para a discussão de dúvidas que apareceram ao longo do processo de projeto das infraestruturas. A última fase foi a apresentação final dos protótipos desenvolvidos para as esquadrias. Como em todo processo de projeto participativo, as visitas foram permeadas por conflitos e aprendizados.

Uma primeira visita dos professores de PEX a Solano Trindade, antes do início das aulas, teve como objetivo o planejamento da disciplina e, portanto, estiveram presentes também alguns integrantes da assessoria técnica e da coordenação do Movimento.

Existia, naquele momento, uma proposta de trabalho a ser desenvolvido pelos alunos da disciplina diferente do que de fato foi realizado. Tal proposta havia sido discutida entre os integrantes do coletivo de assessoria e os professores Gustavo e Ana, e previa que cada grupo trabalhasse a “personalização” da tipologia escolhida coletivamente, de forma a procurar atender a demanda específica de cada uma das famílias, ainda que não estivessem mais previstas as expansões.

Quando essa proposta foi lançada na reunião, as lideranças do movimento foram extremamente reativas à ideia de cada família ter um grupo de alunos para trabalhar individualmente suas necessidades e as possibilidades de personalização do projeto “tipo”. Mais uma vez, a questão de fundo foi a imposição por parte das lideranças do caráter temporário da moradia, que não deveria se tornar de forma alguma personalizada para uma determinada família. A insatisfação dos moradores diante dessa decisão da coordenação se refletiu de maneira bastante marcante nos encontros dos alunos com as famílias que se seguiram. Esse fato se tornou um grande inibidor do engajamento dos moradores nos processos coletivos cotidianos da ocupação. Somou-se a isso o atraso dos recursos da emenda. Como consequência, os alunos tiveram que atuar em condições bastante adversas marcadas por um alto nível de insatisfação da base do Movimento com suas lideranças e de desconfiança em relação à assessoria técnica.⁵⁸

Avaliando essa experiência à luz do contexto acima apresentado, consideramos que foi um processo de

⁵⁸ O atraso de mais de um ano na liberação do recurso para o início da requalificação do prédio revelou-se extremamente prejudicial para a relação dos grupos da UFRJ com os moradores de Solano Trindade. A espera gerou grande desconfiança por parte dos moradores ao longo desse período.

muito aprendido e rico para a formação de todos os envolvidos — não só alunos e moradores, mas também professores. Um aspecto interessante sobre o desenvolvimento do projeto das infraestruturas é relativo às instalações elétricas. Numa das visitas dos alunos à ocupação, um futuro morador da Ocupação (e liderança local), que trabalha como eletricitista, deu uma aula sobre instalações e circuitos elétricos para os estudantes. Foi interessante notar que a proposta levada pelos alunos, desenvolvida com suporte de um professor especialista, era bastante diferente daquela desenvolvida a mão e enviada por email para todos pelo referido morador. Enquanto ele propunha uma instalação sofisticada com mais de dez circuitos elétricos por unidade habitacional, com diversos pontos de iluminação, ar condicionado, máquina de lavar roupa, secador de cabelo, etc. A proposta sugerida pelo professor apresentava menos da metade do número de circuitos e apenas cinco pontos de iluminação. O projeto final chegou a um meio termo entre as duas opções, mas cabe destacar a disparidade nos “parâmetros de bem-estar” exigidos pelo morador (e coordenador do MNLM) e aqueles que, muitas vezes, são considerados pela universidade como adequados à habitação popular.

Os conflitos identificados foram perpassados, entre outros fatores, pela ideia hegemônica da propriedade privada. Entretanto, quando olhamos atentamente para o processo de elaboração do projeto arquitetônico de requalificação do prédio verificamos que, na prática, o projeto final prevê a construção de doze casas que não se enquadram nos parâmetros da propriedade privada, pública ou sequer coletiva. Nem mesmo a terra foi destinada ao movimento ainda. A isso se soma a reduzida (ou praticamente inexistente)

perspectiva de recursos estatais para novas unidades, enquanto a probabilidade de que as moradias “temporárias” se tornem permanentes e não reconhecidas pelo Estado (ou pelo mercado) é altíssima. Nesse caso, o “comum” se coloca como uma saída possível, ainda que não como primeiro caminho desejado pelo grupo de moradores ou pelo Movimento.

Outras considerações relativas à experiência do “Edifício dos Fundos” são pertinentes aos objetivos da pesquisa. A primeira delas está relacionada ao caráter desmobilizador da distância que se estabelece entre a base do Movimento e suas lideranças. Tal efeito pode ser atribuído às relações de poder que se configuram como contradições do processo de autogestão nesse caso. A segunda consideração é sobre a impossibilidade de apropriação individual e permanente das moradias e seus efeitos. E como essa impossibilidade se revela como um fator que desmotiva as famílias para as ações coletivas cotidianas. Como relatado no caso do telhado, a expectativa pelos recursos e os conflitos que se colocam ao longo do que podemos chamar de “tempo de espera”, tiveram impacto não só nas obras do telhado, bem como nas diversas atividades da ocupação.

A Fábrica experimental de cidade e o desmonte do Instituto Politécnico (UFRJ)

O edifício que abrigava o Instituto Politécnico da UFRJ de Cabo Frio (IPUFRJ) ⁵⁹era constituído de uma

⁵⁹ O Instituto Politécnico de Cabo Frio iniciou suas atividades em 2008, como um projeto de extensão ligado ao Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar. O projeto político-pedagógico da escola buscava, através da educação pelo trabalho, uma abordagem politécnica e interdisciplinar. As metodologias de ensino e

estrutura de madeira em um sistema de encaixe refinado de aproximadamente 1260m², distribuídos em dois pavimentos. Com o encerramento das atividades do instituto, o edifício ficaria sem uso. A partir de conversas entre lideranças do Movimento, técnicos do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) e outros integrantes da assessoria universitária, iniciou-se uma articulação para a transferência da estrutura do prédio de Cabo Frio para a Ocupação Solano Trindade. Nesse momento inicial de articulação, ainda não havia um projeto fechado para o grande edifício na Ocupação. Entretanto, a importância que o IPUFRJ teve no contexto da região em que funcionou por oito anos, especialmente na formação dos jovens que por lá passaram, permitiu a todos nós, movimento e assessoria, sonhar com espaços públicos de formação e com espaços coletivos de trabalho que apoiassem projetos de moradia e de bairros populares.

Em Janeiro de 2017, o Conselho do NIDES aprovou a doação do prédio da antiga escola politécnica para a Ocupação Solano Trindade no contexto do programa de extensão “Autogestão Urbana”, em vigor na UFRJ, que reunia o MNLM, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), a FAU-UFRJ e o NIDES. A doação ficou condicionada à transferência do prédio para Duque de Caxias até o dia 17 de janeiro, pois contava com um serviço de segurança da UFRJ no local que seria suspenso a partir desta data. Portanto, logo após a autorização da transferência da estrutura para a Ocupação era necessário garantir a vinda do “edifício”. O

aprendizagem, centradas nas atividades dos alunos, eram inteiramente baseadas em projetos, com uma organização dos conteúdos bastante diferente das tradicionais disciplinas. Em 2013, o IPUFRJ passa a ser coordenado pelo NIDES e, em 2016, tem suas atividades encerradas.

objetivo era, então, desmontar a estrutura e remontá-la no terreno da Ocupação naquele mesmo ano. O MNLM mobilizou, então, junto com a assessoria técnica, a mudança de alguns moradores de Solano Trindade para o local da obra de desmontagem até que o processo fosse concluído. O desmonte durou quase dois meses, com algumas famílias acampadas no local, e contou com visitas semanais de diversas equipes dos grupos da UFRJ.

Assim, nasceu o projeto da Fábrica Experimental de Cidades que funcionaria como um centro de formação para o trabalho e atenderia não só à Ocupação como também ao bairro, ou seja, um projeto coletivo, fruto da cooperação entre o MNLM e a UFRJ. A ideia inicial era oferecer cursos no campo das artes (teatro, música, audiovisual, etc.), gastronomia e computação (informática e programação). O “Centro de Formação” abrigaria também um pré-vestibular comunitário, um curso do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos de extensão. Além disso, seriam promovidos processos formativos no campo da construção civil a fim de apoiar a execução de moradias e bairros populares com a utilização de tecnologias inovadoras. Na Fábrica Experimental de Cidades seria possível *“experimentar tecnologias alternativas e fabricar diferentes componentes construtivos, em um espaço de educação e de emancipação em que, mesmo com recursos limitados, a própria construção aponta as possibilidades que os processos autogestionários inauguram.”*⁶⁰

O transporte da estrutura foi realizado por diversas carretas financiadas com recursos pessoais de integrantes da assessoria. O processo de desmonte do edifício do IPUFRJ foi um desafio enorme para todos os

⁶⁰ Fonte: <https://benfeitoria.com/fabricaexperimentalnmnlmdc>

envolvidos e, principalmente, para os moradores que ficaram acampados no local. Não houve tempo suficiente para nos prepararmos para a empreitada. A liberação do edifício chegou de surpresa com um prazo muito apertado e sem qualquer recurso para a realização de sua transferência para a ocupação. O processo foi extremamente exaustivo para todos os envolvidos, mas também foi pleno de aprendizagens, com destaque para o protagonismo de duas mulheres e um adolescente, moradores de Solano Trindade, com experiência de trabalho com madeira.

Após a transferência da estrutura, a necessidade mais premente era arrecadar recursos para a construção de uma nova fundação para o edifício. Foi lançada, então, uma campanha de financiamento coletivo na plataforma Benfeitoria⁶¹. O vídeo de divulgação foi todo desenhado e editado por integrantes da equipe de assessoria⁶² e foi realizada uma grande festa de encerramento da campanha que conseguiu, mesmo com grandes dificuldades, levantar 32 mil reais para a construção da fundação da Fábrica Experimental de Cidades. Além disso, ao longo do ano, a equipe de arquitetos desenvolveu novas propostas de projeto utilizando a estrutura de madeira, uma vez que a forma original não caberia no terreno. Ao final, foi escolhida em um encontro que reuniu lideranças do movimento e técnicos do NIDES uma das propostas apresentadas. Um projeto para remontar a estrutura em quatro módulos iguais de doze por nove metros.

⁶¹ Link para campanha de financiamento coletivo: <https://benfeitoria.com/fabricaexperimentalmlmldc>

⁶² Desenhos do vídeo e roteiro: Danilo Filgueiras, Fernanda Petrus, Fernando Minto, Noêmia Magalhães (MNLML), Sylvia Bomtempo.

A previsão de início da obra era fevereiro de 2018, mas foi identificado um grave problema na realização do primeiro furo de sondagem no terreno. O laudo produzido indicava que uma fundação superficial não seria possível e, além disso, seria necessária uma movimentação de terras com compactação do terreno anterior à execução da fundação. Tudo isso não havia sido previsto em nossos orçamentos iniciais e tornava o início das obras mais complexo e distante.

Também em 2018, havia a perspectiva de início da obra de requalificação do prédio dos fundos para a construção das novas moradias. A espera pelos recursos realocou a casa como urgência primeira comprometendo o engajamento nas outras frentes. Mesmo com muitas dificuldades, sobretudo na busca de um engenheiro que pudesse fazer o cálculo da fundação profunda sem cobrar por isso, concluímos o ano de 2018 com um parecer final de um especialista que apontava para a construção de estacas com sete metros de profundidade.

Paralelamente às tentativas de solucionar as dificuldades técnicas que se impuseram ao longo de 2018, algumas das atividades que estavam previstas para acontecer no novo edifício do “Centro de Formação”, começaram a acontecer nos espaços atualmente disponíveis na Ocupação. O pré-vestibular comunitário e as oficinas em técnicas alternativas de construção relatadas no item 1.4.2 são exemplos das primeiras ações da Fábrica Experimental de Cidades. Ainda em 2018, foi realizado um evento de lançamento da pedra fundamental do centro de formação com a demarcação do primeiro módulo com fita vermelha e limpeza da área onde será construído.

Sobre a experiência apresentada, é interessante destacar alguns fatores cujos significados vão além do

que, em termos concretos, representaram o esvaziamento da mobilização das famílias em relação ao “Centro de Formação” diante da perspectiva real da casa e, sobretudo, os problemas técnicos que se revelaram ao longo do processo. Não fossem os esforços dos trabalhadores organizados coletivamente com apoio dos grupos da universidade, a estrutura do antigo Instituto Politécnico poderia ter ficado abandonada, tal como ficou o terreno da Ocupação durante mais de quinze anos. Reafirmamos aqui, mais uma vez, como as ações coletivas articuladas em Solano Trindade apontam para uma produção de “espaços comuns” comprometida com um projeto de cidade alternativo àquele da lógica hegemônica capitalista.

O sentido das ações coletivas sustenta nosso entendimento da experiência como um todo, pois se caracterizam como ações comprometidas em preservar um patrimônio da universidade pública (mesmo sem contar com recursos estatais) ao redefinir seu uso, pagar por sua transferência, desmonte e reconstrução a fim de colocá-lo ao serviço de um bairro popular. Dessa forma, a própria universidade pública se aproxima do “comum” através de ações que representam práticas de democratização do conhecimento produzido pela universidade e de seu patrimônio construído.

1.4.4 A frente agroecológica

O terreno da ocupação Solano Trindade apresenta particularidades no que diz respeito aos seus aspectos físicos. Em primeiro lugar, porque está situado em uma das margens da APA São Bento, primeira área de proteção ambiental da Baixada Fluminense. Além disso, o terreno apresenta uma grande extensão de áreas verdes

e livres: são aproximadamente 4,5 hectares com apenas três edifícios construídos que, atualmente, ocupam cerca de 10% da área total. Trata-se de uma realidade completamente distinta da maioria das ocupações na área central da cidade, composta por edifícios que estavam abandonados ou terrenos pequenos que se encontravam sem uso. Nesse sentido, ao pensar em estratégias de sustentabilidade econômica, tanto o movimento quanto a universidade apostaram no potencial de produção de alimentos e outras atividades no campo da agroecologia como possíveis frentes de trabalho e geração de renda.

A mandala agrícola

Uma mandala agrícola sempre esteve presente no imaginário dos moradores de Solano Trindade. Um dos moradores que participaram do início da ocupação, por exemplo, sempre manifestou seu desejo de se fazer uma área para produção de alimentos, organizada em círculos concêntricos, como em suas experiências anteriores no Nordeste. Três meses após o início da ocupação, as primeiras imagens geradas pela equipe de assessoria e utilizadas para pleitear o direito de uso da terra nas negociações com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o poder municipal, já traziam a mandala agrícola no lugar onde está implantada hoje: uma espécie de pátio, nos fundos do edifício principal, onde vivem as famílias ocupantes.

Figura 7: 3D da mandala agrícola em 2014 e mandala agrícola produtiva em 2018



Fonte: 3D desenvolvido pela autora e foto de acervo pessoal

A mandala só veio a ser construída de fato no início de 2017. Foi iniciada ao longo da primeira Vivência

Agroecológica MUDA-Solano⁶³. Os membros do MUDA⁶⁴ nunca tinham implantado um sistema agroflorestal (SAF) em forma de mandala — técnica de agricultura familiar bastante difundida na região nordeste do país. Por sua vez, os moradores de Solano Trindade não tinham experiência de cultivo com consórcio de culturas agrícolas característico dos SAFs, ou ainda com a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos. Após um primeiro ciclo de debates, com intenso intercâmbio de saberes técnicos e populares e a partir de um somatório de técnicas utilizadas pelos dois grupos, nasceu o primeiro círculo da mandala agroecológica. Atualmente, o espaço para plantio ocupa uma área de aproximadamente 450m², em constante expansão e reconfiguração, e conta com mais de cinquenta espécies alimentícias.

⁶³ O grupo MUDA UFRJ foi convidado a contribuir nas questões relacionadas à produção de alimentos (e beneficiamento dos mesmos), compostagem de resíduos orgânicos e saneamento ecológico (não existe rede de saneamento na região). O formato para desenvolvimento das atividades foi elaborado de forma coletiva durante a primeira visita de aproximação dos grupos. Decidiu-se pela realização de atividades de imersão que foram denominadas “Vivências Agroecológicas”, realizadas na Ocupação, com duração de quarenta e oito horas, nas quais os participantes acampam no jardim do prédio principal de sexta-feira a domingo. Desde o início da parceria, no final de 2016, já foram realizadas nove Vivências que mobilizaram mais de cem participantes entre estudantes e moradores da Ocupação e do bairro. As ações do grupo buscaram inserir a dimensão socioambiental nas discussões no território, questionar o modo como vivemos, além de contribuir com as demandas locais. Ao longo das nove Vivências foram implementados todos os sistemas agroecológicos existentes hoje na ocupação, que serão relatados a seguir.

⁶⁴ O MUDA UFRJ (Mutirão de Agroecologia da UFRJ) surgiu em 2009, a partir de uma iniciativa de alunos da Engenharia Ambiental. Enquanto projeto de extensão - que articula também ensino e pesquisa -, o grupo realiza experiências no campo da agroecologia e permacultura com o objetivo de gerar conhecimento a partir da troca de saberes técnicos e populares.

De forma análoga ao que ocorreu no debate sobre as doze novas moradias, em diversos momentos ao longo do trabalho de produção de alimentos esteve em pauta qual seria o destino dos alimentos produzidos: distribuídos entre os moradores; igualmente entre todos; somente entre aqueles que trabalham na horta; comercializados; beneficiados e vendidos para geração de renda⁶⁵

Atualmente, a produção gerada na horta é repartida e consumida pelos moradores locais conforme as necessidades de cada família. Quem precisa de alguma coisa “vai lá e pega”, segundo os próprios moradores afirmam. Muitas vezes, distribuem para companheiros de outros movimentos, assessoria e estudantes. Os alimentos também são utilizados na produção das refeições das Vivências, bem como pelo coletivo de mulheres que vende refeições vegetarianas preparadas na cozinha da Ocupação A horta de Solano Trindade é um símbolo marcante dos “comuns” e de suas práticas de solidariedade e reciprocidade não apropriáveis pelo mercado.

Compostagem de resíduos orgânicos

A partir da experiência da horta, iniciaram-se outras frentes de trabalho no campo da Agroecologia. Ao lado da mandala agrícola foi implementado um pátio de compostagem⁶⁶ dos resíduos orgânicos provenientes das

⁶⁵ Essas questões serão aprofundadas no Capítulo 3, que trata da organização do trabalho.

⁶⁶ A técnica implementada foi a de compostagem termofílica em duas leiras estáticas com aeração passiva, de forma a otimizar o processo de transformação da matéria orgânica em fertilizante natural. O método UFSC de compostagem de resíduos orgânicos, incorporado pelo MUDA em seu Laboratório Vivo de Agroecologia e

cozinhas individuais e coletiva. Futuramente, os compostos orgânicos podem vir a ser comercializados ou apenas incorporados na horta, tal como acontece atualmente.

A proposta de implementar a compostagem na ocupação surgiu durante uma Vivência Agroecológica, por sugestão dos integrantes do MUDA. A apropriação da técnica de compostagem por parte dos moradores se deu de forma mais lenta do que a produção de alimentos, talvez por não ser originalmente uma demanda local. Os argumentos utilizados pelos estudantes de engenharia ambiental estavam relacionados ao fechamento do ciclo de resíduos orgânicos, à importância dessa tecnologia para produção de composto necessário à horta, além da redução considerável de resíduos gerados na Ocupação — o que afastaria os animais que circulavam próximos às lixeiras.

Entretanto, ainda que a proposta de adotar a compostagem tenha sido bem recebida no início, foram os integrantes do MUDA que, durante as Vivências e outras idas à ocupação, fizeram o manejo da composteira ao longo dos seis primeiros meses. Acontecia com muita frequência de chegarmos na Ocupação e encontrarmos diversos outros resíduos não orgânicos misturados, além da presença de mau cheiro por conta do manejo inapropriado ou abandono do pátio de compostagem.

Permacultura (LavAPer) é um trabalho de pesquisa de mais de vinte anos do professor Paul Richard Momsen Miller, do departamento de Engenharia Rural da Universidade Federal de Santa Catarina. Fonte:

<http://www.naturezaeconservacao.eco.br/2017/07/conheca-o-metodo-ufsc-de-compostagem-de.html>

Em função disso, se estabeleceu um processo de “negociação” constante, isto é, o que entendemos na pesquisa como práticas democráticas de construção de valores. Esse processo se deu não só entre a equipe técnica e os moradores mas, também, entre o coletivo de mulheres da cozinha e os homens da ocupação. As mulheres, algumas idosas, reivindicavam que não conseguiam jogar o lixo orgânico dentro da composteira, pois demandava muita força. Ao mesmo tempo, segundo elas, ficavam “reféns da boa vontade dos homens” para fazer esse trabalho, o que as obrigava a conviver com o mau cheiro do lixo dentro da cozinha.

Ao longo das Vivências, em um intervalo de quase dois anos, estabeleceu-se um lento processo de apropriação da técnica e reconhecimento de sua importância para manutenção da horta, que avançou mais quando ficou pronta a primeira leva de composto que foi incorporado na produção dos alimentos. Aos poucos, as composteiras passaram a ser manejadas pelos moradores em suas tarefas diárias e não só de forma pontual por ocasião das Vivências. A última oficina de compostagem para alunos da UFRJ realizada na Ocupação Solano Trindade já foi ministrada por um dos homens da ocupação. Foi decidido que eles ficariam responsáveis pelo manejo da composteira.

As composteiras, assim como a mandala, são resultados importantes das trocas de saberes técnicos e populares, fundamentadas em práticas democráticas, que provocaram a (re)construção de valores e parâmetros de bem-estar individuais e coletivos. Tal (re)construção simbólica fomentou as (re)construções físico-espaciais que podemos observar hoje no pátio coletivo do Edifício Principal. O pátio de compostagem também constitui os “comuns” de Solano Trindade, produzidos e geridos

coletivamente e que disputam uma cidade orientada pelo bem-estar coletivo.

A cozinha coletiva

A cozinha agroecológica é mais uma transformação importante que se inicia a partir das trocas promovidas pelas Vivências. No início da ocupação, a cozinha coletiva funcionava com uma contribuição financeira de todas as famílias e havia uma rotatividade de tarefas para a produção dos alimentos com frequência semanal. Ao longo do tempo, isso se tornou motivo de conflitos entre os moradores, pois nem todos podiam fazer as contribuições mensais e alguns trabalhavam mais que outros. Por essa razão, a cozinha coletiva foi desmobilizada em 2016.

No início de 2017, durante as Vivências, resgatou-se a prática de cozinhar coletivamente no espaço da cozinha, que contava com o fogão industrial e alguns equipamentos, mas era utilizada apenas em eventos pontuais na ocupação como, por exemplo, os mutirões de obra.

Nas primeira Vivência somente os integrantes do MUDA protagonizaram a produção das refeições coletivas. A maior parte dos moradores olhavam desconfiados, do canto da cozinha, para os pratos vegetarianos produzidos pelos jovens estudantes. Todos estranhavam a ausência de carne nas refeições. Poucos se aventuravam a provar.

As mulheres chegaram a expor repetidas vezes o desconforto gerado pela presença de jovens homens

cozinhando⁶⁷. Com o acúmulo das Vivências, estabeleceu-se um rico processo de troca de receitas e práticas culinárias entre uma parte das mulheres da ocupação que tinha interesse nessa área e os jovens homens do MUDA. Algumas das mulheres já tinham trabalhado como cozinheiras ou vendendo comida na rua. Foi construído coletivamente um caderno de receitas que utiliza amplamente os recursos locais e viabiliza uma enorme redução no custo das refeições.

As principais transformações nos hábitos alimentares estão relacionadas à incorporação das PANCs⁶⁸, e sobretudo, da jaca verde para substituir a carne em algumas receitas. A jaca é um recurso muito abundante na ocupação, e chega a apodrecer pelo excesso de quantidade. O primeiro “Jacalhau” feito por uma das lideranças do MUDA foi, inicialmente, olhado com muita desconfiança e apostas de que seria um fracasso. Durante a refeição, a reação de surpresa ao provar o prato foi praticamente unânime. No domingo seguinte ao da IV Vivência Agroecológica, os moradores reproduziram o “Jacalhau” e mandaram fotos para os integrantes do MUDA. Os grupos de redes sociais que reuniam alunos do MUDA, lideranças e moradores com a finalidade de organizar as Vivências se transformaram em um espaço de ricas trocas de receitas, temperos e segredos da culinária.

⁶⁷ Na maioria das atividades desenvolvidas na ocupação podemos notar uma forte divisão do trabalho pautada no gênero. Entretanto, entendemos que as atividades analisadas aqui, baseadas em práticas e trocas democráticas de saberes e valores, em muitos momentos se revelaram como perturbadoras das divisões pré-estabelecidas e com algum potencial transformador. Os resultados são quase imperceptíveis, mas houve algum avanço. Isso se aplica para o caso da cozinha, mas também para o caso das obras, como o desmonte do Instituto Politécnico, por exemplo.

⁶⁸ Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCs)

A cozinha se transformou em um espaço para geração de trabalho e renda do coletivo de mulheres da ocupação. As mulheres vendem as refeições em eventos realizados em Solano Trindade e também em outros espaços. Se a cozinha funciona efetivamente de forma pontual, em eventos, transformou-se, contudo, num local importante de formação e troca de saberes populares e técnicos dentro da parceria MUDA-Solano. Passou a receber também oficinas de outros grupos populares como, por exemplo, o Empório da Chaya do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). É notável a diversificação da alimentação produzida na cozinha coletiva e, em alguns casos, as receitas foram incorporadas individualmente para alimentação de algum morador ou família moradora. Inicialmente rica em carboidratos e gorduras, a alimentação passou a ser mais balanceada, com maior valor nutricional, utilizando recursos alimentares disponíveis no local.

A experiência de organização do trabalho na cozinha coletiva será detalhada no Capítulo 2. Entretanto, também deve ser considerada como um dos “comuns” em Solano Trindade. O espaço da cozinha está em permanente (re)construção desde o início da ocupação. Aparece também como um local importante de encontro e discussões, assembleias, reuniões e outras atividades coletivas.

Saneamento Ecológico: A Bacia de Evapotranspiração (BET) e os Círculos de Bananeira

O desdobramento mais recente das Vivências Agroecológicas do MUDA em Solano Trindade são as tecnologias de Saneamento Ecológico. Foram implemen-

tados uma bacia de evapotranspiração (tratamento das águas negras) e um círculo de bananeiras (tratamento das águas cinzas) para um dos banheiros coletivos existentes no local. A Bacia de Evapotranspiração (BET) é uma tecnologia de baixo custo que utiliza bananeiras no processo de evaporação da água e, portanto, também produz banana. Trata-se de um sistema fechado, sem contaminação do solo, das águas superficiais e do lençol freático. É um sistema descentralizado, ou seja, independente da rede pública. A tecnologia foi implementada durante uma Vivência do Muda que coincidiu com a realização de um “workshop” internacional, promovido através de uma parceria entre o naMORAR/Proureb e universidades alemãs⁶⁹.

A iniciativa de implementar técnicas de saneamento descentralizadas, isto é, independentes da rede pública, surgiu de uma demanda dos moradores da ocupação em uma das noites de confraternização da sexta Vivência realizada pelo MUDA. Em uma conversa informal, um dos moradores afirmou que Solano Trindade poderia ser um exemplo “do que o Movimento pode fazer” na área de saneamento e, de forma mais abrangente, um exemplo do projeto de cidade que querem construir. Duque de Caxias trata apenas 3,89%⁷⁰ do esgoto que é produzido no município. Nas palavras do morador acima citado, “o Movimento tratar o próprio esgoto é muito revolucionário”. A partir da demanda que se revelou na Vivência, o projeto da BET, articulada com

⁶⁹ A realização do workshop foi resultado de uma parceria estabelecida pela profa. Luciana Andrade entre o grupo de pesquisa naMORAR/Proureb e a TU Berlim (em cooperação com a BTU-Brandenburg University of Technology Cottbus-Senftenberg e a Freie Universität Berlin)

⁷⁰ Fonte: Dados SNIS- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2015

o Círculo de Bananeira, surgiu como uma solução possível, consideradas as características locais e os poucos recursos disponíveis.

Logo que a obra da BET foi iniciada, com a escavação de um buraco de aproximadamente um metro e meio de profundidade, tivemos uma grande surpresa: o solo estava totalmente contaminado de óleo. Especulamos que a contaminação poderia ser proveniente dos geradores do Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa) que ocupa, ainda hoje, um trecho do terreno anexo à ocupação. O Panaftosa localiza seus geradores a menos de três metros de distância do local onde foi construída a BET. Apenas um muro separa a parte do terreno ainda ocupado pelo Panaftosa da área hoje se localiza a Ocupação Solano Trindade. Portanto, os indícios nos levam a crer que o Panaftosa, provavelmente, além de não descartar adequadamente o óleo consumido por seus geradores, despejando-o diretamente no solo, também não possui um sistema adequado de coleta ou tratamento do esgoto, tal como ocorre na maioria absoluta das moradias do bairro.

Nesse contexto, é interessante notar como a solução construída coletivamente para resolver a questão do esgoto em Solano Trindade (que não se enquadra nos parâmetros do Estado ou do mercado) supera em muito o que é oferecido pelo Estado no bairro. Ou, ainda, aquela adotada por um centro científico da Organização Panamericana de Saúde (OPAS).⁷¹ Podemos afirmar que

⁷¹ Em 1951, a OPAS estabeleceu um acordo com o governo brasileiro, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de oferecer cooperação técnica ao Brasil e demais países das Américas, na organização, desenvolvimento e fortalecimento dos programas nacionais e regionais para a erradicação da enfermidade, além de apoiar os países livres de febre aftosa na implantação e manutenção dos

essa experiência constitui uma ampliação e abre uma oportunidade de reavaliação do conhecimento acadêmico, posto que atravessa os muros da universidade e passa a utilizá-lo na luta cotidiana pelo bem comum. Importa destacar que, em 2018, ocorreu um desdobramento da experiência do saneamento na Ocupação no que se refere à requalificação do edifício e a execução de doze novas habitações. As técnicas de Saneamento Ecológico foram incorporadas no projeto final de reforma, e portanto, incorporadas também pelos alunos da disciplina de PEX, bem como pelos professores, que tiveram que aprender uma nova tecnologia a fim de atender à demanda de uma ocupação urbana.

Por fim, acreditamos que, por demandar menos recursos financeiros e menos tempo para a concretização das atividades, as ações no campo da agroecologia vêm provocando transformações mais significativas na qualidade de vida e na cultura dos moradores do que aquelas relacionadas à produção das moradias. A produção coletiva de alimentos saudáveis e de infraestrutura ambiental, entre outras ações nesse campo, vêm fomentando práticas multidisciplinares e complementares à produção autogestionária da moradia digna. Trata-se de um caminho promissor de produção dos espaços populares orientado pela autogestão urbana e economia solidária — fundamentos para o princípio político do “comum”.

programas de prevenção para eliminar o risco de reintrodução da doença. (Fonte: <https://nacoesunidas.org/panaftosa/>)

Figura 8: Construção da Bacia de Evapotranspiração (BET)



Fonte: Acervo pessoal

Para finalizar este capítulo retomamos o objetivo principal da análise e destacamos os fatores que, ao longo da história da Ocupação, estimularam ou inibiram a mobilização dos moradores e lideranças enquanto grupo no que se refere às transformações socioespaciais orientadas pelo bem-estar comum.

Nos relatos anteriores podemos identificar uma série de fatores que estimulam ou inibem as ações coletivas.

O primeiro fator que se apresenta como motivador das práticas ligadas ao comum é a **conquista da terra**. Provavelmente por estar atrelada à perspectiva de conquista da casa, que seria o passo seguinte, e que se torna mais palpável para aqueles engajados nas ações coletivas. A isso atribuímos o sucesso das primeiras atividades imediatamente após a conquista inicial. No caso de Solano Trindade, o efeito provocado pela conquista da terra foi substituído, com o tempo, pela **espera da casa**. A busca inicial era por recursos alternativos ao Estado que viabilizassem projetos inovadores para novas unidades habitacionais. Após 2016, essa busca foi substituída pela espera por recursos estatais. De toda forma, vimos que a espera que sucede a conquista impõe dificuldades de diversas naturezas, principalmente nos conflitos e tensões que a vida coletiva com recursos escassos impõe. A espera é entendida aqui como um fator, que em geral, desmobiliza as ações coletivas.

Paradoxalmente, em alguns momentos, **o tempo da espera** viabilizou a formação política dos indivíduos como aconteceu, por exemplo, nas assembleias e atividades organizadas pelo Movimento e nas experiências de formação para o trabalho. Nesse sentido, ocorre um aumento das chances de converter o *engajamento utilitarista* pela casa, que configura o tipo de busca mais recorrente pelas ocupações de terra, em um *engajamento de princípios*⁷² relacionados às práticas de

⁷² Para Coraggio, os empreendimentos populares dos trabalhadores podem ter como motivação apenas uma solidariedade utilitarista, ou seja, material e interna aos seus membros ou, além desta, uma

autogestão, solidariedade e reciprocidade. A **formação política** e o **trabalho coletivo** são fatores que acionam ações e transformações orientadas para o bem-estar comum.

Outro fator relevante identificado nas análises é a **possibilidade de acesso a recursos do Estado**. Os cenários político-financeiros locais e nacionais que influenciam as possibilidades de acesso a recursos, provocam uma alteração na postura do Movimento. Por vezes, é mais “*reivindicatória*”, quando as possibilidades são mais favoráveis e, por outras, quando as possibilidades são mais remotas, é mais “*protagonista*” na (re)construção autônoma dos espaços. Entretanto, como afirmado anteriormente, não podemos idealizar a ausência do Estado enquanto catalisador das ações coletivas nas ocupações. De todo modo, as ações que se estabelecem na ausência do Estado nos ajudam a pensar possibilidades de ampliação da própria agenda da Reforma Urbana.

Ainda no âmbito dos recursos possíveis, um dos fatores que se revelou com maior efeito de desarticulação coletiva foi a frustração da promessa de recursos da Emenda Parlamentar para a requalificação que transformaria o Edifício dos Fundos em doze moradias. Depois da confirmação de que havia sido aprovada no início de 2018, a **expectativa pelo recurso** era tão alta que a frustração praticamente esvaziou e desmobilizou todas as outras atividades que aconteciam paralelamente, e que não dependiam da obra de requalificação do prédio que só veio a ser iniciada mais de um ano depois.

Alguns fatores merecem destaque por sua importância no contexto da **relação assessoria-**

solidariedade de valores pautada pelo princípio do bem comum. (CORAGGIO, 1999)

movimento. Atividades como as Vivências Agroecológicas do MUDA ou a “disciplina de telhado”, se revelaram mais eficazes na mobilização de ações orientadas pelos princípios da vida em comum. Trabalhar coletivamente na horta, por exemplo, tem efeitos para além daquela atividade em si. As **tarefas manuais compartilhadas** entre os moradores e os alunos (como uma obra ou uma receita culinária) alimenta ambos os grupos e contribui com seu engajamento em ações para além daquelas pontuais. Quando se realiza uma atividade, imediatamente se revelam outras que são desdobramentos da primeira.

Ainda sobre a relação universidade-movimento, a **regularidade das ações** propostas contribui para garantir uma mobilização permanente acerca das realizações coletivas, bem como alimenta a relação de confiança entre ambas as partes. O **caráter de imersão** de algumas atividades nos permite aprofundar as trocas entre moradores, alunos, técnicos e professores o que fortalece os laços afetivos e alimenta os princípios de solidariedade e reciprocidade.

Por fim, a relação entre o Movimento e a assessoria técnica, articulada com o ensino e a extensão universitária, se mostrou estratégica para o fortalecimento das iniciativas de (re)construção dos espaços populares protagonizadas pelos trabalhadores, bem como para a formação política de todos os envolvidos. As práticas democráticas entre os cooperados e a assessoria são um desafio permanente, e a construção dessa relação é motivada, nesse caso, pela busca de uma convergência de projetos políticos e de luta por uma cidade orientada pelo bem-estar comum.

1.5. O comum e o trabalho coletivo

Ao observarmos a natureza da apropriação dos *espaços comuns* em Solano Trindade percebemos que seu uso e função, bem como as constantes (re)construções resultantes de sua apropriação, são destinadas à formação para o trabalho. Por exemplo, o trabalho coletivo na horta, no pátio de compostagem, na cozinha, no Centro de Formação. Quase todos os espaços que tem sua gestão reivindicada pelas lideranças de Solano Trindade, aqui entendidos como “espaços comuns”, são ligados ao projeto de sustentabilidade econômica do movimento.

Como afirmam Dardot e Laval (2017), o “comum” enquanto princípio político abarca uma variedade de lutas contra o neoliberalismo. Abrange, não somente as lutas que fundamentam as ocupações urbanas de moradia, mas também aquelas no campo da Economia Solidária, orientadas pelos princípios de “emancipação do trabalho” e “associação na economia”. Dessa forma, quando compreendido como princípio político, o “comum” nos permite pensar articulações entre os dois campos de luta anticapitalista que se cruzam em Solano Trindade: Reforma Urbana e Economia Solidária.

De maneira análoga, a noção de “comum artificial”, cunhada por Hardt e Negri (2009), permite uma costura das práticas correspondentes a cada um desses campos, ou seja, reprodução e produção, moradia e trabalho, quando articulados além do Estado e do mercado. Partes de um mesmo processo socioeconômico, as necessidades reprodutivas (domésticas) podem passar a orientar as estratégias produtivas (trabalho), e não o contrário, como acontece com o trabalho subordinado na sociedade capitalista.

No próximo capítulo, portanto, o sujeito da análise é o trabalhador, organizado coletivamente, no contexto da luta pela Reforma Urbana. Buscaremos identificar as possibilidades que as experiências de trabalho associativo e o campo da Economia Social e Solidária (ESS) oferecem para ampliação da agenda da Reforma Urbana. Para isso, estudaremos a organização do trabalho em Solano Trindade, utilizando um referencial teórico-metodológico do campo da Economia Social e Solidária. Isso nos permitirá superar as noções de informalidade e precariedade que predominam nas análises no campo da economia hegemônica, a fim de enxergar as práticas de solidariedade e reciprocidade fundamentais à *vida em comum*.

Nossa experiência empírica indica que o trabalho coletivo é um dos fatores com grande capacidade de potencializar o sentido “comum” necessário aos processos de autogestão, como os que são desenvolvidos no contexto das ocupações urbanas e de outros empreendimentos populares de moradia. Nesse sentido, o que nos interessa é investigar a potência do trabalho emancipado orientado para a reprodução da vida – e não do capital – enquanto caminho possível para uma cidade orientada para o *bem-estar comum*.

2.

A economia solidária e a reforma urbana: dois campos de luta e um princípio comum

O objetivo deste capítulo é compreender como as experiências de trabalho coletivo na Ocupação Solano Trindade potencializam a luta pela desmercantilização da cidade travada no âmbito da produção habitacional por autogestão, ou seja, no campo da Reforma Urbana. Buscaremos responder a essa questão a partir da categoria analítica de Economia Solidária que, segundo nosso entendimento, possui forte relação com os princípios do “comum” aqui estudados. A análise desenvolvida neste capítulo já aponta para o Capítulo 3, no qual se buscará indicar caminhos possíveis para a ampliação da agenda da reforma urbana, a partir de experiências brasileiras organizadas por movimentos de moradia que adotaram estratégias de trabalho associativo forjadas nos “espaços comuns” de seus empreendimentos.

A noção de “comum” nos servirá aqui como uma costura possível entre os campos da reforma urbana e da economia solidária, uma vez que é entendida como o princípio que orienta as ações em ambos os contextos de luta anticapitalista. Para tal propósito, introduziremos a noção de Economia Solidária. Como se trata de um termo em disputa, será necessário indicar como é compreendido nesta pesquisa, bem como sua aproximação com a noção de “comum”. Em seguida, analisaremos as experiências de organização do trabalho coletivo desenvolvidas na

Ocupação Solano Trindade ao longo dos últimos quatro anos, com foco nas transformações resultantes dessa forma de organização e seus desdobramentos socioespaciais. Por fim, faremos uma reflexão acerca do papel do Estado na garantia de condições para a sustentabilidade socioeconômica dessas experiências.

2.1 O “comum” e a Economia Solidária

A economia em sua expressão mais profunda e abrangente, é o sistema que estabelece uma comunidade ou uma sociedade de comunidades e indivíduos para definir, gerar, distribuir e organizar combinações de recursos (relativamente escassos ou não), com o fim de satisfazer, da melhor maneira possível e inter-geracionalmente, as necessidades que se estabelecem como legítimas de todos os seus membros. (CORAGGIO, 2006, p.2, tradução livre da autora)

A definição de Coraggio para economia real e sua relação com o social, muito se aproxima da noção de “comum” estudada no capítulo anterior. Hardt e Negri, ao inaugurarem a noção de “comum imaterial”, estabelecem uma relação possível com o campo da Economia Solidária quando incorporam a organização do trabalho e a esfera produtiva, orientados não pela acumulação, mas pelo bem comum. Ou ainda, nas palavras de Coraggio, orientadas para satisfazer as necessidades legítimas de todos.

Já na obra de Dardot e Laval, a proximidade do princípio político do “comum” com o campo da Economia Solidária é tratada de forma direta. Segundo os autores, “os princípios fundamentais da Economia Social e Solidária, herdados do protesto contra as formas

capitalistas de produção, tem afinidades eletivas com o princípio do comum aqui enunciado” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 531). Dessa forma, o objetivo da Economia Social e Solidária (ESS) seria demonstrar “que a economia não se reduz à dualidade mercado/Estado, e que a ação coletiva conduzida por outros princípios e finalidades tem um lugar legítimo” (DARDOT e LAVAL, 2017, p.528).

Ainda que Dardot e Laval dediquem dois capítulos de seu livro às questões relacionadas à Economia Solidária, chamam atenção para as diferentes definições existentes.

Por um lado, cada país tem a própria definição, mais ou menos ampla, mais ou menos oficializada, do que se deve entender por esse termo – que aliás, também varia de um país para outro, o que não facilita as comparações; se tomarmos o caso francês como exemplo, a categoria abrange formas muito diversas de atividades e estatutos... (DARDOT e LAVAL, 2017, p.528)

Nessa pesquisa analisaremos a perspectiva de autores do campo da Economia Solidária que desenvolvem suas teorias no contexto da realidade latino-americana. A necessidade de localizarmos dentro do campo da Economia Social e Solidária qual a corrente que será utilizada para a análise das experiências populares coletivas, se faz, também, pelo que nos afirma Antonio Cruz:

Economia Solidária, portanto, é uma expressão conceitual “em disputa”. Aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas. (CRUZ, 2006, p. 6)

Para Daniel Calbino (2017) existem três correntes teóricas dentro do campo da Economia Solidária. A primeira aborda a *“Economia Solidária enquanto possibilidade de transformação social, econômica e política”*. A segunda trata da *“Economia Solidária enquanto meio de geração de renda e inclusão social”*. A última engloba os autores que *“negam qualquer tipo de transformação social, econômica e política”*. (CALBINO, 2013, p.140)

Mesmo entre os autores brasileiros e latino-americanos que integram o primeiro grupo, cuja abordagem é incorporada nesta pesquisa, existem divergências no que diz respeito às características, atores e formas de manifestação da Economia Solidária. Alguns autores disputam uma ampliação do campo como é o caso de Coraggio e Razeto.

Calbino (2013) afirma que as divergências passam pela “definição do núcleo de atividades, ou seja, a aceitação de iniciativas econômicas e outras formas de organização social, como associações de bairro, mutirões, atividades voluntárias.” (CALBINO, 2013, p.148).

O posicionamento de Coraggio sobre o tema é apresentado no seguinte destaque:

[...] a disposição para tomar a iniciativa, agindo para modificar sua própria situação, para modificar o seu contexto e, em particular, **a disposição para participar de ações comunitárias, tais como a reordenação do próprio habitat**, por exemplo, ou a mobilização para reivindicar direitos, são fatores que influenciam nas possibilidades que as unidades domésticas têm de resolver, de uma forma ou de

outra, as suas condições de sobrevivência.
(CORAGGIO,1999, p. 92, tradução livre da autora)

A partir da leitura do trecho acima, podemos afirmar que Coraggio inclui as ações promovidas pelos movimentos populares de moradia como forma de manifestação da Economia Solidária, o que configura o principal motivo para integrar o referencial teórico-metodológico da presente pesquisa. Nesse sentido, utilizaremos em nossa análise a abordagem de Coraggio, posto que tensiona os limites de seu campo e amplia as possibilidades de experiências a serem estudadas, especialmente aquelas situadas no campo da Reforma Urbana.

Para o autor a Economia Social e Solidária é um projeto político que pressupõe um processo de transformação permanente ligado às dinâmicas existentes no campo da Economia Popular. Coloca em destaque as experiências que apresentem algum nível de solidariedade e reciprocidade, e que possam vir a encaminhar uma transição da economia atual para uma outra de fato “Social” e “Solidária”. Segundo Coraggio, a Economia Popular pode ser entendida da seguinte forma:

Em seu alcance mais amplo, a Economia Popular é a economia dos trabalhadores, suas famílias e comunidades primárias (...) sua lógica não é a da acumulação sem limites, mas a da obtenção de meios para reprodução de suas vidas nas melhores condições possíveis. Isso se diferencia em vários aspectos da caracterização como “setor informal”, baseada na comparação com o “setor formal” orientado para o tipo ideal das empresas capitalistas (CORAGGIO, 2016, p. 27, tradução livre da autora)

Outra aproximação possível entre o “comum” e a Economia Social Solidária se dá através da unidade de análise adotada pelo autor. Em Coraggio (1999, 2016) as células básicas da economia popular não são os empreendimentos ou a micro-empresa, mas as Unidades Domésticas (família; comunidade), cujos integrantes dependem principalmente do exercício de seu trabalho para se reproduzirem biológica e culturalmente, bem como possuem obrigações compartilhadas ou mútuas. A noção de reciprocidade e o compartilhamento de obrigações que define as Unidades Domésticas (UDs) muito se aproxima da origem da palavra “comum”, tal como resgatam Dardot e Laval (2017) na introdução “Arqueologia do comum”, em seu último livro, onde a palavra *Cum-munus* é traduzida literalmente como ‘co-obrigação’ ou ‘co-atividade’. Afirmam, também, que a palavra *Koinón*, na concepção de Aristóteles, “é matriarcal para a construção do comum” e “pressupõe sempre reciprocidade entre os que participam de uma atividade ou compartilham de um modo de vida”.

Como vimos no capítulo anterior, a organização do trabalho coletivo se revela protagonista das ações desenvolvidas nos espaços comuns da Ocupação Solano Trindade. Entendemos que as práticas associativas da Economia Popular orientadas pela reprodução da vida e pelo bem-estar urbano configuram embriões de desmercantilização da cidade ou de “transição para outra economia orientada pelo bem-estar comum” (CORAGGIO, 2009, 2013).

No próximo item buscaremos responder à seguinte pergunta: como as experiências de trabalho desenvolvidas nos espaços comuns de Solano Trindade potencializam a luta pela desmercantilização da cidade travada no campo da Reforma Urbana? Como base para

a formulação da pergunta está o nosso entendimento de que tais experiências, bem como outras realizadas no Brasil (que vão compor o Capítulo 3), representam insumos para pensar possibilidades de ampliação da agenda da Reforma Urbana.

2.2 A organização do trabalho coletivo na Ocupação Solano Trindade

A fim de investigar o potencial emancipatório e transformador da organização do trabalho coletivo na Ocupação Solano Trindade faremos um recorte das atividades desenvolvidas no campo da Agroecologia, desde o início da parceria com o MUDA UFRJ, em Janeiro de 2017. O recorte se justifica pelo fato das atividades terem contribuído para o aumento dos parâmetros de bem-estar coletivos, bem como por terem acionado práticas de solidariedade, reciprocidade e sustentabilidade socioambiental, através da cooperação entre as diferentes famílias da ocupação.

A partir da concepção de Economia Social e Solidária de Coraggio, o **trabalho** é aqui entendido como o conjunto de práticas e relações sociais responsáveis pela materialização das necessidades e desejos dos trabalhadores relativos ao bem-estar social. Sobre a ESS, o autor afirma:

Frente ao capital e sua acumulação, a Economia Solidária coloca as pessoas e seu trabalho no centro do sistema econômico, atribuindo aos mercados um papel instrumental a serviço do bem-estar social coletivo e à reprodução da vida no planeta. (...) A concepção de Economia Social e Solidária, enquanto construção social e política,

reconhece as práticas de trabalho mercantil autogestionário e do trabalho de reprodução das unidades domésticas e comunidades mediante a produção de **valores de uso**. (CORAGGIO, 2018, s/ p., tradução livre da autora)

Pretendemos, assim, identificar as práticas de *trabalho reprodutivo*⁷³ e aquelas correspondentes ao *trabalho mercantil autogestionário*⁷⁴ que são realizados **através da cooperação entre as diversas unidades domésticas (UDs)** da ocupação, ou seja, **o trabalho no âmbito da vida coletiva**. Nos interessam, especialmente, os trabalhos reprodutivos comunitários — aqueles engajados na reordenação do próprio habitat —, bem como o trabalho mercantil autogestionário, ambos orientados pelas condições necessárias à *reprodução da vida*. Em Solano Trindade essas práticas são forjadas nos espaços comuns, como visto no capítulo 1.

Para Coraggio, a *reprodução ampliada da vida* é a necessidade constante de reformulação dos satisfatores⁷⁵ no sentido de suprir as necessidades humanas fundamentais. A concepção de Coraggio sobre reprodução ampliada da vida está bem traduzida na citação de Sibelle Diniz apresentada a seguir.

A unidade doméstica, enquanto organização econômica característica da economia popular (...),

⁷³ Segundo Coraggio, o trabalho de reprodução pode ser: a produção de bens e serviços para o autoconsumo da UD; trabalho de produção solidária de bens e serviços para o consumo conjunto de uma comunidade; trabalho de formação e capacitação. (CORAGGIO, 2011, p.101)

⁷⁴ Segundo Coraggio, o trabalho mercantil pode ser individual ou coletivo e se destina à produção de bens e serviços para o mercado. (CORAGGIO, 2011, p.101)

⁷⁵ Termo usado por Max-Neef (1991) para designar parâmetros de bem-estar.

organiza os recursos e as capacidades de seus membros (...) para gerir a satisfação de suas necessidades, tendo como objetivo último a reprodução da vida nas melhores condições possíveis. Enquanto a reprodução simples equivale à manutenção da vida dos membros da unidade doméstica em um nível aceito como mínimo, a reprodução ampliada denota uma melhora de qualidade de vida ao longo do tempo, não apenas por aumento dos rendimentos, mas também pelo acesso aos bens públicos, melhor qualidade do consumo, melhores padrões de relação social, melhores condições de moradia, etc. (DINIZ, 2017, p.6)

Com base nos conceitos e nas concepções acima apresentados serão analisadas, no recorte selecionado para a presente pesquisa, as atividades desenvolvidas no âmbito da Agroecologia na Ocupação Solano Trindade: a Cozinha Coletiva, a Horta e o Pátio de Compostagem. A análise será dividida em duas etapas. A primeira, relativa ao *trabalho reprodutivo comunitário*, e a segunda, relativa ao *trabalho mercantil autogestionário*. Coraggio, ao enfatizar que o trabalho de reprodução (não mercantil) possui sentido econômico, diferencia a “Economia Popular Urbana” do sistema informal urbano. Essa leitura nos permite enxergar formas de produção e reprodução fora do mercado e da lógica produtivista, que não seriam perceptíveis às leituras hegemônicas. Por exemplo, a utilização dos parâmetros das análises dominantes no campo da Economia para o trabalho das mulheres integrantes do coletivo de cozinha levaria a enquadrá-las individualmente, e nunca coletivamente, nos parâmetros de informalidade, precariedade ou desemprego.

2.2.1 O trabalho reprodutivo comunitário: a cozinha coletiva e o quintal produtivo

A cozinha coletiva e o quintal produtivo tiveram seu papel ampliado como espaço de formação e experimentação em culinária e cultivo em 2017, com as atividades desenvolvidas nas Vivências Agroecológicas. No início das Vivências houve uma grande resistência de ambas as partes, moradores e estudantes, quanto à mudança de alguns hábitos alimentares, ao aproveitamento de determinados recursos, bem como às formas de cultivo diferentes daquelas praticadas por cada grupo. Com o passar do tempo, o acúmulo de trocas entre os sujeitos envolvidos nesses processos numa construção dialógica de conhecimento impulsionou diversas inovações. Promoveu também um resgate de hábitos esquecidos que foram incorporados pelas famílias (especialmente pelas mulheres protagonistas da produção de alimentação) e, também, pelos estudantes.

Podemos identificar diversos avanços a partir da organização coletiva para o *trabalho reprodutivo* comunitário na cozinha e na horta. Citamos como exemplos a **elevação da qualidade da alimentação** das famílias que incorporaram receitas mais diversificadas e ricas em propriedades nutricionais, a **redução dos custos para a produção de refeições** ao utilizar os **recursos locais disponíveis**, a **segurança e soberania alimentar**, o **resgate de “saberes ancestrais”** através da incorporação das PANCs e do manuseio da terra⁷⁶, a

⁷⁶ A maior parte das mulheres que se envolveram nas atividades de plantio mencionaram durante o trabalho manual na terra que já tinha desenvolvido atividades de cultivo. Muitas vezes na própria Baixada Fluminense. Uma brincadeira frequente entre o grupo de mulheres e os estudantes era sobre a habilidade superior das senhoras com a enxada.

construção de um **cardápio coletivo** com as receitas desenvolvidas nas Vivências. Tais transformações, invisíveis às análises econômicas hegemônicas, podem ser compreendidas a partir da noção de *reprodução ampliada da vida*, pois são orientadas por um processo de melhoria constante da qualidade de vida ao longo do tempo, ou ainda, pelo bem-estar comum.

Ainda no âmbito do *trabalho reprodutivo* as ações na cozinha e na horta foram acompanhadas da implementação do sistema de Compostagem dos resíduos orgânicos e da construção das soluções alternativas de Saneamento Ecológico no quintal produtivo — o que ocorreu ao longo do primeiro ano de realização das Vivências Agroecológicas. Nos dois casos as ações também foram realizadas a partir da cooperação entre as diversas UD's, e podem ser entendidas como a materialização dos desejos coletivos dos trabalhadores a partir da reformulação dos parâmetros de bem-estar social, ou seja, a partir da noção de *reprodução ampliada da vida*. Os mutirões organizados em função da implementação dessas tecnologias são um exemplo do trabalho reprodutivo engajado no reordenamento do próprio habitat a fim de garantir a melhoria das condições de vida das famílias da Ocupação.

Além dos avanços já citados, o **compartilhamento da produção da horta** de acordo com as necessidades das famílias, a **produção de composto orgânico** para utilização na plantação, a **redução da produção de lixo** e a **produção de alimento** (banana) a partir do **tratamento dos efluentes do banheiro** (que contaminavam o solo próximo da horta), são exemplos de melhorias na qualidade de vida dos moradores promovidas por suas ações coletivas.

Todos os avanços identificados são resultado de um processo que acumulou, simultaneamente, conflitos e tensões entre os próprios moradores, entre os moradores e as lideranças e entre lideranças/moradores e os estudantes do MUDA. Os conflitos se estabeleceram em um cenário de desistências e, sobretudo, de rotatividade de integrantes. Inseridas em um contexto de espera pela casa, as experiências no campo da Agroecologia trazidas aqui estão circunscritas às desafiadoras condições impostas por essa espera às famílias e moradores da Ocupação. Num contexto no qual a participação dos sujeitos moradores se dá, com raras exceções, por falta de alternativas para uma vida com melhores condições de bem-estar, aqueles que conseguem melhores possibilidades ao longo do caminho acabam, em geral, abrindo mão de viver em Solano Trindade. O engajamento é, assim, fundamentalmente utilitarista e, portanto, as experiências coletivas são frequentemente permeadas por iniciativas individualistas e muito conflituosas.

Outras contradições identificadas estão relacionadas à apropriação individual dos “espaços comuns”, isto é, a área da cozinha coletiva e do quintal produtivo, que correspondem aos espaços onde são realizadas as atividades analisadas aqui. Por exemplo, um fato que ocorreu por alguns meses paralelamente à experiência da horta coletiva: uma horta individual foi cultivada por um único morador que não queria dedicar seu tempo à horta coletiva ou compartilhar aquilo que era produzido por ele. Outro exemplo semelhante é a existência de um galinheiro que ocupa um trecho considerável do quintal coletivo, mas de onde somente uma pessoa usufrui dos ovos produzidos. Outra contradição foi a construção de um forno a lenha na

varanda de fundos do edifício principal para ser utilizado somente por uma das famílias. O uso do forno a lenha permite a redução de gastos com gás, o que seria uma ótima solução coletiva com impacto no orçamento das famílias.

Na relação MUDA-Movimento o episódio de maior conflito entre os estudantes responsáveis pela organização das Vivências e as lideranças do movimento ocorreu por causa da opção do MUDA em adotar o sistema de “contribuição consciente” no lugar de um valor fixo por participante. O recurso seria destinado a cobrir os custos das refeições, do gás de cozinha e de outros materiais necessários para a realização do evento, tal como a compra de uma bandeja de mudas de hortaliça orgânica para plantio na horta. As lideranças se posicionaram radicalmente contra esse formato por grande receio de não conseguir cobrir esses custos e ainda deixar uma contribuição para o fundo coletivo, conforme o combinado. Por outro lado, os estudantes argumentavam que nem todos os participantes podiam contribuir com o mesmo valor e não era justo excluir participantes de um evento organizado por uma universidade pública. Essa situação de conflito aconteceu já no terceiro evento realizado pelo MUDA, ainda que fosse a primeira vez que as lideranças compreendessem a opção como um risco para o grupo da cozinha. Esse episódio quase acarretou o fim das Vivências, mas o conflito foi contornado após muito diálogo e concessões de ambas as partes. Até a décima Vivência Agroecológica o formato continuava sendo o de “contribuição consciente”, pois foi constatado que algumas vezes o valor deixado para a cozinha ao final do evento foi maior do que o valor que se obteve quando, em outras ocasiões, as refeições foram comercializadas por

um valor fixo. Muitas vezes, as lideranças ainda afirmam que esse formato seria inviável em eventos realizados para “o nosso povo” e que só pode funcionar em eventos do “povo de vocês”. Tal afirmação, reflete o confronto de classes que se estabelece também na relação assessoria-movimento.

Outra questão importante é uma grande variação quanto ao engajamento dos moradores nas ações coletivas. Essa variação tornou-se perceptível ao longo de um período de quase dois anos de realização das Vivências. Assim como vimos no item 1.4.5, são inúmeros os fatores que estimulam e inibem as iniciativas coletivas quando se trata de transformações socioespaciais orientadas pelo bem-estar comum. Podemos entender as (re)configurações espaciais analisadas no Cap.1 como resultado do *trabalho reprodutivo* analisado aqui. Nesse sentido, os fatores elencados na primeira análise, como a “conquista da terra”, a “espera pela casa”, a “possibilidade de acessar recursos” também influenciaram na organização do *trabalho reprodutivo*. Ou seja, os mesmos fatores também podem contribuir para a compreensão de cenários muito distintos que encontramos nos períodos entre as diversas Vivências Agroecológicas. Por vezes, ao chegarmos para a Vivência o terreno parecia completamente abandonado, sem nenhum sinal de manejo na horta, composteira, etc. Outras vezes, encontramos tudo verde e produtivo, com novas espécies e uma produção ativa de composto.

Podemos afirmar que além dos fatores já identificados no *Cáp.1 - item 1.4.5* como estimulantes ou inibidores das ações coletivas, somam-se aqui outros fatores identificados a partir da análise dos espaços de *trabalho reprodutivo comunitário* em Solano Trindade. Os muitos casos de **desistência**, a **rotatividade de**

integrantes, os conflitos e tensões gerados pela **apropriação individual dos espaços comuns**, são fatores que inibem o engajamento no *trabalho reprodutivo comunitário* e, portanto, a (re)produção de *espaços comuns*. Entretanto, é importante que o “comum”, tal como compreendido nessa pesquisa, incorpore as contradições inerentes às condições de existência das experiências analisadas. Nesse sentido, quando aproximamos o “comum” da noção de Economia Social e Solidária como uma construção social e política, seguindo Coraggio, o “comum” e a ESS nos permitem localizar as experiências em diferentes estágios de transformação para uma outra economia, ou para uma outra cidade. A existência de espaços urbanos entendidos como *espaços comuns* deve pressupor as contradições, os conflitos, as tensões e até mesmo as apropriações individuais (incluindo aquelas pontuais) desses espaços, considerando que estão inseridos em uma cidade regida pela acumulação capitalista.

2.2.2 O trabalho mercantil autogestionário: a cozinha geradora de renda

Nos primeiros meses de 2018, a partir do importante acúmulo de formação e aprendizagem no ramo da culinária agroecológica, o coletivo de mulheres da cozinha decide iniciar a produção de refeições vegetarianas para comercialização em eventos pontuais na Ocupação. Essa iniciativa que se concretiza a partir de abril de 2018, será analisada aqui enquanto *trabalho mercantil autogestionário*, a partir da noção de *reprodução ampliada da vida* no campo da Economia Social e Solidária.

A primeira vez em que foram comercializadas refeições na cozinha da Solano Trindade com o objetivo de geração de renda para o coletivo de mulheres se deu em um evento organizado na ocupação através de uma parceria entre a UFRJ e a Universidade Técnica de Berlim⁷⁷. O Workshop “*Produção de conhecimento interativo em espaços urbanos autogestionários*” ocorreu em abril de 2018, com seis dias de duração, em caráter de imersão, e tinha como um de seus objetivos realizar uma intervenção na Ocupação a ser construída em cooperação com os moradores.

Para receber os trinta e cinco integrantes do “workshop” durante seis dias em Solano Trindade, o coletivo de mulheres da cozinha, com apoio do grupo MUDA, se propôs a oferecer um pacote diário de refeições que incluía café da manhã, almoço e jantar a um valor de trinta reais por pessoa. O cardápio vegetariano foi desenvolvido com assessoria do MUDA e utilizava amplamente os recursos disponíveis na ocupação. A comida foi um sucesso entre os participantes do evento, com destaque para as receitas que usavam jaca verde para substituir a carne de pratos brasileiros típicos, bem como as que usavam casca de banana para fazer hambúrguer vegetariano. Ao final da experiência foi contabilizado um preço de custo médio de R\$ 3,30 para cada refeição produzida

O total de recursos obtidos ao longo dos seis dias de atividades com as refeições produzidas foi de R\$ 6.300,00. Desse total foram gastos R\$1.650,00 com as compras de alimentos não disponíveis na horta e com gás

⁷⁷ A realização do workshop foi resultado de uma parceria estabelecida através da profa. Luciana Andrade entre o grupo de pesquisa naMORAR/Prourb e a TU Berlim (em cooperação com a BTU- Brandenburg University of Technology Cottbus-Senftenberg e a Freie Universität Berlin).

de cozinha e R\$450,00 foram destinados ao fundo coletivo das mulheres a fim de ter uma reserva para necessidades futuras⁷⁸. Os recursos destinados à remuneração do coletivo somaram R\$ 4.200,00, de forma que cada uma das seis mulheres recebeu R\$ 700,00 pelos seis dias de trabalho, ou seja, uma diária de R\$116,00. Na avaliação do coletivo, composto de uma maioria de mulheres sem fonte de renda ou vínculo empregatício, o resultado foi bastante satisfatório. O resultado implicou na decisão de se manter a atividade enquanto meio de geração de renda em outros eventos, dentro e fora da Ocupação.

A partir da experiência do workshop, as mulheres trabalharam em eventos externos, como por exemplo, algumas festas e atividades realizadas na Casa de Estudos Urbanos, localizada na Glória, onde se reúnem os integrantes da equipe de assessoria técnica. O coletivo das mulheres da Ocupação também foi responsável pela alimentação do Congresso Terra Brasil, realizado na Cidade Universitária da UFRJ, em setembro de 2018. Além disso, também trabalharam em eventos pontuais na própria Ocupação, como festas, atividades de formação e outras organizadas por parceiros do Movimento. Ao longo do ano de 2018 a venda de refeições pelo coletivo de mulheres aconteceu em quinze ocasiões.

Quando se trata das atividades de *trabalho mercantil autogestionário*, mais uma vez as formas de cooperação se tornam visíveis quando utilizamos as lentes contra-hegemônicas de Coraggio para a leitura de experiências no campo da Economia Popular. Por exemplo, o **compartilhamento das sobras** da comida produzida para comercialização, sempre repartidas entre

⁷⁸ Como por exemplo, viabilizar o adiantamento das compras para os próximos eventos.

as integrantes do coletivo e os outros moradores da ocupação, apontam para práticas de solidariedade e reciprocidade entre as diferentes Unidades Domésticas. Outro aspecto interessante dessa leitura é perceber que as necessidades reprodutivas orientam as atividades produtivas e não o contrário. Um bom exemplo desse processo ocorre na Ocupação quando optam por comprar comida extra e **cozinhar mais que o necessário para atender a demanda**, a fim de **compartilhar os excedentes** e **garantir a alimentação das famílias** ao longo da semana.

A opção de não separar a economia doméstica e a economia do “negócio”, ou a comida doméstica da comida do negócio, contraria a lógica individualista do empreendedorismo e, portanto, é estratégico que nossa ferramenta de leitura nos permita enxergar a racionalidade por trás dessa escolha. O negócio passa a ser definido pelas necessidades domésticas e não o contrário, como ocorre na sociedade capitalista.

A própria unidade de análise utilizada por Coraggio, a “Unidade Doméstica (UD)”, pressupõe essa inversão e, portanto, é fundamental para a compreensão da moradia e do trabalho como elementos de um mesmo processo socioeconômico. A metodologia do autor dá luz às relações de troca, reciprocidade, solidariedade e cooperação que não são reconhecidas pela leitura hegemônica:

A unidade básica da organização econômica popular não é o empreendimento ou a microempresa, mas a unidade doméstica (UD: família, comunidade), que desenvolve estratégias cujo sentido e força intrínseca está dado pela reprodução da vida de seus membros, e cujo principal fundamento é a efetivação de suas

capacidades de trabalho, determinado como útil a partir desta perspectiva e não a partir da rentabilidade de um suposto capital (CORAGGIO, 2016, p. 27, tradução livre da autora)

Segundo Coraggio, a Unidade Doméstica é composta por membros que **compartilham recursos e obrigações mútuas e cujas estratégias são orientadas pela reprodução da vida de seus membros e a efetivação de suas capacidades de trabalho**. Na Ocupação Solano Trindade cada uma das onze famílias pode ser entendida como uma Unidade Doméstica. Porém, o que buscamos iluminar nessa análise é a cooperação que acontece entre as diferentes UD. Para Coraggio, que compreende a ESS como uma construção social e política, ou seja, um processo, é a cooperação entre UD que aproxima a Economia Popular de uma economia de fato solidária.

Outra noção importante para a análise aqui em andamento é o que Coraggio denomina *fundo de trabalho*, isto é, o somatório das capacidades de trabalho dos integrantes da UD. Um desdobramento importante ligado a essa noção, percebido no processo de acúmulo de atividades agroecológicas na Ocupação, foi a **formação para o trabalho**. A educação e os processos de aprendizagem contribuíram para a **ampliação do Fundo de Trabalho** das Unidades Domésticas em Solano Trindade. Nesse contexto foi possível **ampliar as estratégias comunitárias orientadas para o bem-estar coletivo** dos ocupantes (*trabalho reprodutivo*), bem como as **possibilidades dos membros das UD no campo do trabalho mercantil**, tanto trabalho individual (assalariado) quanto trabalho coletivo (autogestionário).

Alguns exemplos da ampliação de estratégias mencionada acima são decorrentes da experiência de

formação das mulheres na cozinha coletiva, seja nas Vivências Agroecológicas, seja nas oficinas realizadas na Ocupação (que possibilitou as trocas de saberes culinários com outros coletivos autogestionários de gastronomia). A formação na cozinha coletiva além de ter melhorado a qualidade da alimentação, como já apontado anteriormente, trouxe uma série de outros benefícios para o bem-estar coletivo (ampliação das estratégias no campo do *trabalho reprodutivo*). Outro caso interessante foi o de uma das mulheres que foi trabalhar como cozinheira na casa de uma família e incorporou as receitas vegetarianas em seu repertório (ampliação das estratégias no campo do *trabalho mercantil assalariado*). Finalmente, destacamos o desdobramento da cozinha como uma frente de geração de renda para o coletivo de mulheres da ocupação (ampliação das estratégias no campo do *trabalho mercantil autogestionário*).

Com o passar do tempo, a experiência da cozinha influenciou as dinâmicas de trabalho na horta da Ocupação. Um ponto marcante nesse processo foi a geração de renda no “Workshop” ter motivado o primeiro debate entre os moradores, em maio de 2018, no qual a organização do trabalho na horta foi discutida como uma possível frente de geração de renda. Uma vez que a cozinha incorporava, sem custos, alimentos produzidos na horta para beneficiamento e comercialização, surgiu a necessidade de pensar se os trabalhadores engajados na produção desses alimentos também receberiam (ou não) alguma remuneração por suas horas de trabalho.

Esse momento de debate mais acirrado, provocado pela experiência da cozinha, faz parte da história da horta no que se refere às diferentes formas de gestão do trabalho coletivo realizadas naquele espaço comum. No início da implementação da horta o acordo

feito entre os ocupantes era o seguinte: todos eram responsáveis por cultivar e colher e os alimentos eram divididos entre os moradores de forma a atender às necessidades específicas das famílias. As colheitas eram distribuídas entre os moradores e o excedente compartilhado com parceiros do Movimento. Em alguns momentos, houve a prática de “contribuição consciente” para esse excedente compartilhado.

Em novembro de 2017, meses antes do workshop que conformou a cozinha “geradora de renda”, percebeu-se que apesar de ser uma responsabilidade de todos, apenas alguns moradores tinham assumido as atividades de cultivo. Tal constatação gerou uma certa insatisfação dos mais engajados, pois ficavam responsáveis por um trabalho que atendia à demanda de todos. No primeiro debate sobre o tema foi levantada a possibilidade do trabalho na horta ser uma obrigação coletiva, assim como ocorria com outras funções. A brigada noturna de segurança, por exemplo, funcionava através de uma escala semanal. No entanto, a obrigação de trabalho coletivo na horta foi descartada pois, no momento em que veio à tona no debate, alguns moradores argumentaram que nem todos se identificavam com esse tipo de trabalho e outros disseram que “não levavam jeito com plantas”. Optaram então, por seguir com o acordo original, apesar das insatisfações.

Em maio de 2018, um mês após a primeira experiência de geração de renda na cozinha, as insatisfações pré-existentes se acirraram porque na experiência do Workshop a horta passou a fornecer insumos para a geração de renda das integrantes da cozinha que, em sua maioria, não eram atuantes na horta. A partir do debate foi estabelecido um novo um novo acordo sobre a horta: somente quem trabalhava na

horta teria direito a colher os alimentos para consumo e eventual venda. Esse acordo tinha como objetivo formalizar um sistema de venda através de uma rede agroecológica de consumo, a fim de gerar renda para os envolvidos na produção dos alimentos. Entretanto, o grupo que assumiu as atividades da horta não conseguiu vencer as barreiras burocráticas para se inserir em nenhuma das redes com as quais conseguiram fazer contato. Um dos empecilhos foi a necessidade de pagamento das visitas para inspeção da produção. A tentativa de formalizar um sistema de vendas acabou sendo abandonada.

Paralelamente a esses acontecimentos, em fevereiro de 2018, uma nova frente de extensão da UFRJ se volta para a Ocupação Solano Trindade, através de um projeto denominado Organização do Trabalho e Autogestão (OTA)⁷⁹, que utiliza técnicas do campo da Engenharia de Produção para assessorar experiências autogestionárias de trabalho. O projeto OTA se alocava, entre outras frentes, no âmbito da Agroecologia em Solano Trindade. Sua proposta era assessorar a cozinha, no seu caráter de atividade produtiva, e pensar possibilidades para uma futura organização do trabalho

⁷⁹ O projeto de extensão “Organização do Trabalho e Autogestão” foi criado em 2005 para assessorar experiências de Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERT). O projeto tem como objetivo refletir criticamente sobre os modelos de organização do trabalho, auxiliando na sistematização das rupturas identificadas nas experiências de unidades produtivas que buscam praticar a autogestão. Em 2017, o OTA passa a assessorar as atividades produtivas na Ocupação Solano Trindade em duas frentes: a cozinha coletiva e a obra de requalificação para produção de 12 moradias. O projeto conta com alunos extensionistas de diversos cursos de graduação, principalmente da área de engenharia. O projeto de extensão é ligado ao Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (SOLTEC), que desenvolve atividades de extensão, pesquisa e ensino.

também na horta. As atividades do OTA na cozinha⁸⁰ duraram apenas seis meses em função de uma série de conflitos que se apresentaram ao longo desse período. O principal deles, responsável pela decisão da equipe técnica de encerrar a atuação na cozinha⁸¹, foi disparado por uma tentativa de submeter duas propostas a editais para conseguir recursos de equipamentos. Os conflitos se deram entre a equipe de assessoria e as lideranças do Movimento que, de última hora, decidiram não enviar as propostas. Não aprofundaremos os detalhes do conflito. Especificamente para o caso dos editais, entendemos que suas causas estão relacionadas às contradições existentes entre a base e as lideranças do Movimento.

As atividades do OTA que buscaram aprimorar a gestão da cozinha coletiva e o novo acordo para a organização do trabalho na horta a fim de comercializar os alimentos não foram levadas adiante. O coletivo de mulheres da cozinha continuou utilizando insumos da horta mesmo sem trabalhar na produção dos alimentos, assim como as outras famílias da ocupação que os utilizam para autoconsumo. Os mesmos moradores seguiram engajados no trabalho de cultivo. Outros dois se somaram a eles. A cozinha, por conta dos conflitos, não incorporou nenhuma das ferramentas oferecidas através da atuação do OTA. A organização do trabalho (esquema de compras, cálculo de quantidades, valores, etc.) segue a mesma desde a primeira experiência com o Workshop. Da mesma forma, os eventos em que o coletivo da cozinha atua continuaram os mesmos, ou seja, dependentes da articulação da assessoria. Em resumo, a

⁸⁰ As atividades foram estruturadas em visitas semanais à ocupação e a equipe técnica se reunia com o grupo de mulheres da cozinha.

⁸¹ A frente de assessoria do OTA para a obra de requalificação segue atuando em Solano Trindade.

cozinha não conseguiu se estabelecer como uma frente de geração de renda permanente e continuou como uma frente de trabalho intermitente.

Se, por um lado, o retorno ao acordo inicial para a organização do trabalho na horta, bem como a manutenção dos processos de gestão do trabalho na cozinha constituem as contradições e fragilidades dessa experiência, por outro lado, reafirmam as relações de solidariedade e reciprocidade que se estabeleceram entre as UDs. Apesar do “fracasso do negócio” - como certamente todo o complexo processo apresentado seria visto pelas “lentes hegemônicas” -, os avanços e transformações na qualidade de vida dos moradores permanecem, apesar de ambas as frentes não terem avançado enquanto geração de renda.

Novamente, aqui, vemos as atividades reprodutivas orientarem e (re)definirem as estratégias mercantis, e não o contrário. Por sua vez, as contradições apontam o potencial das experiências no campo da Economia Popular de se converterem em um setor de transição para uma outra economia, de fato social e solidária. Ratificam também, a necessidade de nossas unidades de análise nos permitirem localizá-las dentro de um processo (de construção social e política) que reconhece diferentes estágios de solidariedade, reciprocidade e politização.

2.2.3 A sustentabilidade socioeconômica dos empreendimentos populares e o papel do Estado

As experiências analisadas ao longo do capítulo suscitaram a necessidade de reflexão sobre as condições para a sustentabilidade socioeconômica desses empreen-

dimentos. Não podemos cair, como afirmado anteriormente, na idealização da autossuficiência comunitária ou do “*comum*” que se estabelece além do Estado como condição para o trabalho emancipado. Para pensarmos qualquer possibilidade de transição para uma outra economia, ou ainda, as condições para a sustentabilidade socioeconômica dos empreendimentos populares autogestionários, o papel do Estado é central:

A lógica da economia doméstica, orientada pela reprodução ampliada da vida de seus membros, se transfere a uma multiplicidade de formas coletivas de organização do trabalho (cooperativo formal e informal, comunitário, redes de ajuda mútua, etc.) e, na democracia deveria colonizar as políticas estatais, antes que o Estado sirva, como no presente, de mediador do pensamento único, mercantilista, crematístico e individualista que responde a lógica de acumulação privada de capital. (CORAGGIO, 2006, p.4, tradução livre da autora)

Portanto, se partimos da perspectiva de uma economia social, onde o social e o econômico são indissociáveis, a política deve operar como ação transformadora para gerar estruturas que produzam e reproduzam outra sociedade, mais igualitária, socialmente eficiente, muito mais democrática que a atual (CORAGGIO, 2006, p.4). Coraggio acredita que as políticas redistributivas de educação, saúde, habitação, entre outras promovidas pelo Estado não são suficientes para uma transição de modelo econômico.

É preciso articular essa inversão em bens públicos com a construção consciente de outra economia, embasada em princípios organizadores que

incluam a reciprocidade e a redistribuição estrutural não só de renda, mas também de recursos produtivos, capacidades e poder, para equilibrar o princípio hoje hegemônico de competição comercial (com maquiagem pontual de assistência social) (CORAGGIO, 2006, p.5, tradução livre da autora)

O autor compreende que assim como não se pode esperar que o crescimento econômico se transforme em justiça social, tampouco se pode esperar que um salário ou subsídio, ou que a maior e melhor provisão de bens públicos, por si mesmos, produzam uma sociedade com outras regras de coexistência “*se a responsabilidade pela economia não for socializada e democratizada de outra maneira, limitando o poder do comando estratégico capitalista nacional e internacional que a manipula*”. (CORAGGIO, 2006, p.5)

Outra questão importante trazida por Coraggio está relacionada ao papel do Estado na garantia das condições de sustentabilidade socioeconômica dos empreendimentos. O autor, inicialmente, problematiza a definição hegemônica de sustentabilidade econômica para propor um outro sentido para o termo:

O problema da sustentabilidade só ser formulado a nível de um empreendimento, ligado a outros ou a consumidores finais através de relações de concorrência/cooperação mediadas pelo mercado, e expressa, tal sustentabilidade, em uma conta simplificada de "capital" que registra em termos monetários as previsões dos movimentos e formas de recursos e fluxos econômicos. Está muito instalado no senso comum não apenas do público, mas também de técnicos e profissionais, bem como dos próprios empreendedores, de que sustenta-

bilidade significa "fechar as contas" e, eventualmente, deixar um equilíbrio monetário favorável entre receita e despesa. (CORAGGIO 2006, p.8, tradução livre da autora)

A sustentabilidade socioeconômica em Coraggio é o conceito próprio a uma economia social e solidária em processo de transição. A transição não dependerá principalmente ou somente de um saldo monetário, mas de reformas do Estado no sentido oposto àquelas alinhadas ao processo de globalização da economia mundial capitalista, incluindo, em especial, *“a reafirmação do seu papel de garantidor de direitos não só em termos de regulamentação, mas também em termos de facilitar o acesso efetivo às bases materiais para os exercer”*. (CORAGGIO 2005, p.8). É por isso que a sustentabilidade de um empreendimento não pode ser avaliada sem incluir a situação e a possível evolução do seu contexto local, regional, global, e das redes em geral.

Há fatores nem sempre redutíveis a valores econômicos que são fundamentais para a sustentabilidade socioeconômica. Coraggio nos aponta alguns deles, destacando as **políticas públicas**, a qualidade das **redes de cooperação** e coordenação de um setor de trabalhadores relativamente autônomo ao capital, a definição de **qualidade de vida admissível** legitimada e a **vontade** e disposição dos atores particulares, coletivos e públicos envolvidos no contexto.

Uma análise dos contextos políticos nacionais e locais onde se inserem os empreendimentos de Solano Trindade deixa muito claro que as condições para sustentabilidade não estão dadas. O bairro de São Bento é marcado, assim como todo o município de Duque de Caxias, por uma visão hegemônica de desenvolvimento atrelada ao Pólo Gás Químico da Petrobras. As políticas

locais estão subordinadas às estratégias da empresa em ampliar a economia do petróleo e derivados. A prática tem sido a de aquecimento produtivo local sem a incorporação de trabalhadores da cidade. Como consequência, os sindicatos do setor não desenvolvem ou atuam em nenhuma ação coletiva menos corporativa e mais dirigida ao bem-estar da região. (BARBOSA, 2010)

Em Solano Trindade a qualidade das redes de cooperação, que também poderiam contribuir para um caminho de sustentabilidade socioeconômica, também são bastante precárias. Sobretudo, no que diz respeito à relação da ocupação com o bairro, o que poderia ser estratégico na construção de redes importantes para a sobrevivência dos empreendimentos. A maioria dos moradores do bairro desconhece a existência da ocupação no local. O Movimento não possui um projeto político no bairro - ainda que isso esteja nos planos futuros -, talvez por receio de sofrer pressão de grupos paramilitares ou pela vulnerabilidade dada pela questão da terra, que ainda não foi resolvida. Nessas condições, os empreendimentos existentes na ocupação ficam restritos à rede da universidade que atua no local, além de pequenas redes de familiares e amigos dos ocupantes, o que torna quase impossível que a frente da cozinha ou um futuro restaurante, por exemplo, encontrem condições de se viabilizar enquanto frente permanente de geração de renda.

Por fim, os parâmetros de qualidade de vida legitimados no bairro de São Bento não contribuem, certamente, em qualquer nível, com as condições necessárias à sustentabilidade socioeconômica. De certa forma, a relação com a UFRJ contribuiu para que os próprios ocupantes tivessem possibilidade de reformular alguns desses parâmetros mínimos, fortemente legitima-

dos e pré-estabelecidos no contexto onde estão inseridos. Entretanto, a alta rotatividade de integrantes nos empreendimentos autogestionários compromete até mesmo esse processo de reformulação.

A cidade é entendida aqui como produtora e resultado do conflito entre diferentes modos de vida e interesses de classe (LAGO, 2016). Consideramos que as estratégias da classe trabalhadora, em sua vida cotidiana nos espaços populares periféricos são definidas a partir da interseção de três sistemas: a **vida privada** (onde são articuladas as estratégias domésticas, com trabalho reprodutivo e trabalho mercantil, orientados pela reprodução da vida dos membros da UD), **a vida pública** (permeada pelos conflitos de classe e pelas políticas redistributivas do Estado), e a **vida coletiva** (que abriga as práticas associativas e solidárias que analisamos nessa pesquisa. (CORAGGIO, 1999).

As diferentes formas de trabalho consideradas nessa análise, ou seja, o trabalho de reprodução (seja ele doméstico, comunitário, social ou de aprendizagem), assim como o trabalho mercantil (seja ele assalariado, independente ou coletivo autogestionário), refletem a complexidade da Economia Popular nos espaços periféricos e, por consequência, a maior dificuldade de apreensão das dinâmicas nesses espaços. Nesse sentido, é fundamental complexificarmos as nossas leituras através de instrumentos metodológicos que nos possibilitem identificar as práticas de solidariedade existentes nos espaços populares, que não são homogêneos.

Quando comparamos as práticas solidárias identificadas na escala da Ocupação Solano Trindade com aquelas identificadas na escala do bairro São Bento, podemos perceber que as mesmas são mais presentes dentro do território da Ocupação. Tal constatação, nos leva a crer que as ocupações urbanas são espaços que acionam mais práticas solidárias em função dos princípios que as fundamentam e pela forma como se organizam a partir de ações coletivas, ainda que, assim como o bairro onde se localizam, estejam inseridas em um contexto de hegemonia capitalista. As ocupações de moradia, assim como outros espaços autogestionários, podem ser compreendidas enquanto extensão da lógica de reprodução particular da diversas Unidades Domésticas que a compõem, de modo a conformar organizações socioeconômicas dirigidas a melhorar as condições de reprodução da vida de seus membros.

“As Unidades Domésticas podem gerar extensões de sua lógica de reprodução particular mediante associações, comunidades organizadas, redes formais e informais de diversos tipos, consolidando organizações socioeconômicas dirigidas a melhorar as condições de reprodução da vida de seus membros. Em conjunto compõem o que chamamos de "Economia Popular" (Coraggio, 1999), que entra em relações de troca, dentro de uma economia mista sob a hegemonia do capital, com o subsistema das empresas de capital e com o subsistema das agências estatais.” (CORAGGIO, 2011, p.113, tradução livre da autora)

A solidariedade e reciprocidade reveladas pelas análises do trabalho coletivo reprodutivo e produtivo que, por sua vez, acionaram a (re)produção de espaços comuns na Ocupação Solano Trindade, confirmam a

potência da articulação de diferentes dimensões da vida urbana nas práticas concretas dos movimentos populares no âmbito da luta pela desmercantilização da cidade. Reafirmam, portanto, a importância de ampliarmos a agenda da Reforma Urbana para além da produção da moradia em autogestão, articulando outros campos de luta anticapitalista por uma cidade orientada pelos princípios do bem-estar comum.

A fim de pensar caminhos possíveis para a ampliação da agenda da Reforma Urbana através da organização do trabalho coletivo, analisaremos no próximo capítulo uma pequena amostra de casos de ocupações urbanas e empreendimentos populares organizados, que vem articulando estratégias de trabalho. Pretendemos, assim, complementar nossa leitura da Ocupação Solano Trindade e acrescentar outros elementos para debater a ampliação da agenda da Reforma Urbana no Brasil.

3.

A cooperação nos espaços comuns dos empreendimentos habitacionais populares: caminhos para a ampliação da agenda da reforma urbana

O objetivo desse capítulo é dar continuidade à reflexão acerca de possibilidades para ampliação da agenda da Reforma Urbana a partir das práticas concretas dos movimentos populares de moradia nos espaços comuns de seus empreendimentos. No capítulo anterior, foram analisadas as experiências de trabalho coletivo na Ocupação Solano Trindade. A seguir, apresentaremos quatro empreendimentos habitacionais populares no Brasil que articulam estratégias distintas no campo da Economia Solidária através da organização associativa do trabalho.

Foram escolhidos casos em São Paulo e no Rio Grande do Sul de empreendimentos habitacionais populares bastante distintos entre si, sobretudo no que diz respeito ao movimento social responsável, ao número de unidades, às características da terra e de como se deu o acesso à mesma, à tipologia habitacional construída, bem como ao perfil das famílias envolvidas em cada um dos processos. De forma geral, os contextos das experiências paulistas e gaúchas que serão relatadas aqui são muito distintos da realidade de Solano Trindade. Não só no que diz respeito aos aspectos apontados, bem como em relação ao contexto específico de São Paulo e Rio Grande do Sul, pois esses estados acumulam anos de experiência e aprendizagem nos processos

autogestionários e de mutirão, viabilizadas por um histórico político bastante diferente do que tivemos no Rio de Janeiro.

Tais experiências, contudo, têm em comum a opção por um projeto de organização coletiva do trabalho que busca a sustentabilidade socioeconômica das famílias a longo prazo. Nos diferentes casos escolhidos, as práticas concretas dos movimentos populares responsáveis por sua organização associam o direito à moradia ao direito ao trabalho digno.

Apresentaremos os casos estudados com foco em seus projetos de trabalho coletivo e nas estratégias adotadas para a implementação dos mesmos. Para isso, foram realizadas visitas aos empreendimentos e entrevistas com as lideranças locais, moradores e, em um dos casos, com a assessoria técnica. As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro dividido em três partes. A primeira, trata das estratégias de trabalho coletivo, a segunda, dos espaços comuns, ou seja, se existem e como foram apropriados coletivamente. Por fim, a terceira parte trata da opção por loteamento ou condomínio. Posto que os quatro empreendimentos acessaram recursos de programas destinados à autogestão habitacional e passaram pelo processo de “entrada para a cidade formal”, buscaremos entender os arranjos de propriedade dos espaços coletivos e sua relação com as iniciativas de trabalho.

3.1 Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul foram escolhidas duas experiências em municípios distintos, ambas localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre. A primeira, denominada **Comunidade Autônoma Orquídea**

Libertária se localiza no município de Gravataí e é resultado de uma parceria entre duas cooperativas, uma de habitação e uma de catadores de materiais recicláveis. O empreendimento integra a Rede de Comunidades Autogestionárias⁸². O segundo empreendimento é um loteamento, denominado **Cooperativa de Trabalho, Habitação e Consumo Construindo Cidadania (COOTRAHAB)**, que foi construído pela cooperativa habitacional de mesmo nome, ligada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Rio Grande do Sul (MNLM-RS), no município de São Leopoldo. É importante ressaltar que existe uma forte cultura cooperativista no Rio Grande do Sul, de forma que muitos dos empreendimentos habitacionais autogestionários são ligados a cooperativas.

Ainda que muito distintos entre si, ambos os projetos são ligados de alguma maneira ao MNLM-RS, às cooperativas locais e possuem estratégias de trabalho coletivo. A **COOTRAHAB** é uma cooperativa habitacional filiada ao MNLM-RS que executou a construção de um loteamento de 222 unidades habitacionais no município de São Leopoldo. A terra foi comprada do proprietário pela cooperativa para a execução do empreendimento. Atualmente, a cooperativa é composta por mestres de

⁸² A Rede de Comunidades Autogestionárias (RCA) é um espaço de articulação dos territórios autônomos e de suas economias com fim na organização social para a resistência urbana e rural. Foi fundada em 20 de julho de 2013. São integrantes da rede: Assentamento Autônomo Utopia e Luta e Movimento Autônomo Utopia e Luta, que tem como ferramenta de trabalho a Cooperativa Mista de Trabalho Solidária Utopia e Luta (COOPSUL); Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR); Cooperativa de Trabalhadores Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis, Industrialização e Comercialização (COOTRACAR)-Gravataí; Comunidade Orquídea Libertária - Gravataí; Comuna Pachamama - São Gabriel; Atelier Casa 9 - Santa Maria; e ONG Cidade - Porto Alegre.

obra e executa empreendimentos do MNLM-RS em outras cidades no estado do Rio Grande do Sul. A experiência do grupo de moradores que garantem sua sustentabilidade econômica através do trabalho cooperativado foi o que orientou a escolha desse empreendimento para análise.

Por sua vez, a **Comunidade Autônoma Orquídea Libertária** é organizada pelas mesmas lideranças do Assentamento Urbano Utopia e Luta, também integrante da Rede de Comunidades Autogestionárias. Referência de empreendimento habitacional solidário na área central de Porto Alegre, o Utopia e Luta era originalmente uma ocupação mobilizada pelo MNLM-RS durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005. Atualmente, a COOPSUL⁸³ é responsável pela gestão do assentamento urbano e não possui mais ligação com o MNLM-RS. A **Comunidade Autônoma Orquídea Libertária** é resultado de uma parceria entre a COOPSUL e a COOTRACAR⁸⁴, ou seja, uma cooperativa habitacional e uma cooperativa local de catadores de material reciclável. Nesse caso, a terra era originalmente da SPU e foi concedida através de uma CDRU⁸⁵.

Dos quatro casos estudados nesse capítulo, a experiência da **Orquídea Libertária** é a que mais possui semelhanças com o caso da Ocupação Solano Trindade no que diz respeito à estratégia de organização do trabalho coletivo. O projeto conta com diversas frentes de trabalho autogestionário realizadas dentro do próprio empreendimento com vista a garantir a sustentabilidade

⁸³ Cooperativa Mista de Trabalho Solidária Utopia e Luta (COOPSUL)

⁸⁴ Cooperativa de Trabalhadores Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis, Industrialização e Comercialização (COOTRACAR)

⁸⁵ Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)

econômica das famílias a longo prazo — o que orientou a escolha desse empreendimento para nossa análise.

3.1.1 Comunidade Autônoma Orquídea Libertária

A ***Comunidade Autônoma Orquídea Libertária*** se inicia em janeiro de 2014, a partir de uma parceria entre as cooperativas COOPSUL, vinculada ao Assentamento Urbano Utopia e Luta em Porto Alegre e à cooperativa de catadores de material reciclável COOTRACAR, na cidade de Gravataí. O projeto tem como objetivo atender à demanda de moradia dos catadores ligados ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em Gravataí. Segundo as lideranças locais, a organização do empreendimento se dá a partir de uma estratégia inicial no território de prover infraestrutura, moradia e equipamentos comunitários que criem condições para a organização dos trabalhadores. Além disso, defendem o trabalho coletivo dentro do empreendimento como uma questão central para a sustentabilidade econômica e, por isso, apostam na criação de atividades para geração de renda das famílias.

O terreno ocupa uma área de 12.000m² dos quais 3.000m² são destinados à preservação ambiental. Cinquenta unidades habitacionais de quatro tipologias distintas de casas sobrepostas estão em fase de construção⁸⁶ com recursos do Programa MCMV-E. As unidades possuem entre 62 e 64 m² de área útil.

⁸⁶ Em visita realizada em setembro de 2018 as fundações estavam quase concluídas.

Figura 9: Obra de fundação da Orquídea Libertária



Fonte: Acervo pessoal

A partir de 2016, conformou-se nos espaços comuns do Orquídea Libertária o **Núcleo de Artefatos de Concreto** da comunidade. O núcleo se forma a partir do acúmulo de experiências dos mutirões de obra a fim de reduzir os custos da obra para as famílias, bem como viabilizar a geração de renda para as mesmas a longo prazo através da venda de componentes construtivos. A unidade produtiva de artefatos de concreto produz peças pré-fabricadas de pavimentação como, por exemplo, blocos de piso intertravado, piso grama (auxilia na permeabilidade do solo), piso tátil e direcional para orientação de percurso de deficientes visuais, bem como mourões para cercas e meio-fio de concreto para ruas e calçadas.

A estratégia adotada pelo Movimento para viabilizar a implantação do núcleo produtivo foi recorrer à **captação alternativa de recursos** de ONGs e instituições ligadas à Igrejas a fim de **complementar o recurso do PMCMV-E, que não financia espaços de trabalho coletivo**. Nesse sentido, entre 2016 e 2018, o Movimento acessou recursos através de editais do Fundo Casa, da Fundação Luterana de Diaconia e da “Misereor” - Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha.⁸⁷ Foram então adquiridas as mesas vibratórias, as formas metálicas e a máquina de estaca que integram o Núcleo de Artefatos de Concreto. Além disso, o financiamento alternativo se revelou ainda mais importante diante dos grandes intervalos entre as fases de contratação pela Caixa no PMCMV-E⁸⁸, pois viabilizou que o coletivo de trabalho se mantivesse ativo.

⁸⁷ Os recursos captados somaram cerca de sessenta mil reais.

⁸⁸ Em entrevista, umas das lideranças informou que o intervalo de contratação entre a Fase 1 e a Fase 2 do PMCMV-E foi de um ano (maio de 2017 a maio de 2018).

Figura 10: Núcleo de Produção de Artefatos de Concreto



Fonte: Acervo pessoal

As lideranças contam que apesar das grandes dificuldades decorrentes dos intervalos nos repasses de recurso, esses períodos de tempo foram importantes para o processo de formação das famílias e para as iniciativas de trabalho coletivo. Foram citadas as seguintes ações (consideradas importantes para o processo de obra) realizadas no intervalo entre a contratação das fases 1 e 2: realização de cine-debates sobre o trabalho coletivo; rodas de conversa sobre o processo de produção e comercialização, bem como sobre as relações de trabalho e autogestão; visitas a outras cooperativas para aprendizagem sobre trabalho autogerido; rodízio de pizza

para geração de renda; expansão e fortalecimento da unidade produtiva de artefatos de concreto. É possível verificar que **o acúmulo de práticas autogestionárias** durante o intervalo da obra foi muito importante para o processo que se estabeleceu em seguida. Com destaque para o fato da cooperativa ter assumido integralmente todas as etapas de obra após o intervalo — o que não estava previsto no início.

Assim como no caso de Solano Trindade, por vezes, a falta de perspectiva na espera de recursos acabou por disparar ou, nesse caso, fortalecer algumas iniciativas coletivas. Entretanto, uma diferença fundamental que podemos notar entre o caso do Orquídea Libertária e o da Ocupação Solano Trindade é o perfil das famílias. A maioria das famílias do Orquídea Libertária já possuía experiência com o trabalho cooperado no contexto da reciclagem além de alguma renda resultante desse mesmo trabalho. Em Solano, as famílias só tiveram experiência de trabalho assalariado ao longo de suas vidas e, em sua grande maioria, estão desempregadas.

Os **espaços comuns do Orquídea Libertária estão diretamente relacionados com a organização coletiva do trabalho**. Além do galpão localizado no centro do terreno que abriga o Núcleo de Artefatos de Concreto, está sendo construído o Centro Comunitário destinado à geração de renda. Há, ainda, a previsão de uma mandala agrícola para consumo dos cooperados, conforme imagem abaixo.

Figura 11: Núcleo de Produção de Artefatos de Concreto



Fonte: Caderno de projeto Orquídea Libertária (versão final)

Na aprovação do projeto junto à Caixa optou-se pela **legislação de condomínio**. As lideranças acreditam que a opção fortalece a união do coletivo e uma delas afirma o seguinte: “O condomínio facilita para nós, se fosse loteamento cada um ia logo querer fazer sua cerca”. Nota-se nas conversas que a opção pela legislação de condomínio está ligada à busca por autonomia, como o próprio nome do empreendimento anuncia. Ademais, outros fatores que podem ter contribuído de forma significativa para tal escolha devem ser considerados na viabilidade dessa opção. A pequena escala de vias carroçáveis (bem menor que em Solano Trindade) demanda pouco investimento e manutenção por parte coletivo, pois uma única rua contorna as habitações. A inserção do terreno no bairro também é bastante diferente, pois trata-se de um lote cercado não por ruas, mas por outros grandes lotes semelhantes e uma grande área de proteção com uma única possibilidade de acesso pela via principal. Cabe explicar que não havia a possibilidade do terreno se integrar totalmente à malha urbana pré-existente no bairro ou ser atravessado por

uma via pública como é o caso de outras experiências que veremos a seguir.

Finalmente, destacamos uma estratégia fundamental adotada no caso do Orquídea Libertária para garantir as condições de sustentabilidade do núcleo produtivo, qual seja, sua inserção na **Rede de Comunidades Autogestionárias** (que tem como objetivo o fortalecimento das economias de empreendimentos autogestionários através da cooperação), o que contribui com as possibilidades de escoar a produção dos componentes construtivos⁸⁹ e de tudo que é produzido pelas iniciativas produtivas dentro do empreendimento.

3.1.2 COOTRAHAB São Leopoldo

A ***Cooperativa de Trabalho, Habitação e Consumo Construindo a Cidadania (COOTRAHAB)*** foi fundada em 2008, organizada por lideranças do MNLM que já atuavam na região de São Leopoldo junto a outras cooperativas.⁹⁰ A COOTRAHAB se forma originalmente como uma cooperativa de trabalho com a finalidade de formalizar a prestação de serviço e garantir a geração de renda para seus cooperados, que atuavam principalmente na área da construção civil. Tal como em

⁸⁹ Na visita realizada em setembro de 2018 os componentes construtivos estavam sendo vendidos, em grande parte, para obras no entorno do empreendimento.

⁹⁰ A década de 1980 em São Leopoldo, foi marcada por muitas ocupações de terras e pela criação de loteamentos populares pelo poder público (BORGES, 2011). Entre 1990 e o início dos anos 2000, as ocupações foram impulsionadas pela crise coureiro-calçadista e o poder público incentivou a criação de lotes populares pela iniciativa privada e a organização de cooperativas nas áreas ocupadas para facilitar a negociação com os proprietários e a compra das terras.

outras cooperativas que se formaram na região desde a década de 1990, os membros da cooperativa eram moradores de ocupações em São Leopoldo. Tinham como objetivo, além da prestação de serviço, conquistar infraestrutura básica, equipamentos coletivos e serviços para a região, utilizando recursos dos próprios cooperados. Quando surgiram os programas de financiamento à habitação dos governos Lula e Dilma, o foco das cooperativas da região voltou-se para a construção das casas com financiamento público.

Em 2009, uma das lideranças do MNLM-RS identifica a existência de uma chácara na região que poderia abrigar a demanda de moradia local⁹¹ por meio de financiamento do PMCMV-E. A cooperativa iniciou o contato com o proprietário para a compra da área e, após alguns anos de negociação entre as duas partes, os recursos angariados pelas famílias (200 mil reais) foram destinados à uma parcela de entrada em 2011, o mesmo ano da assinatura do contrato do PMCMV-E. A compra foi concluída em 2012 por um valor total de 1,7 milhão de reais, quando o valor destinado à Compra Antecipada do terreno foi liberado pela Caixa⁹²A obra foi concluída em 2014 e foi gerida e executada pela COOTRAHAB com a contratação de mais duas cooperativas da região durante algumas fases da obra.

⁹¹ A demanda local era constituída por famílias associadas à cooperativa que viviam nas redondezas do empreendimento em situação de risco por conta de enchentes recorrentes nas casas situadas em áreas próximas ao rio.

⁹² As lideranças afirmam que foi o primeiro caso de Compra Antecipada do terreno liberado pela Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul. A modalidade de Compra Antecipada foi regulamentada na resolução 143/09 do PMCMV-E em resposta à proposta apresentada pela UNMP-União Nacional por Moradia Popular. Até 2016 foram aprovadas no Rio Grande do Sul dezenove projetos na modalidade de Compra Antecipada.

Figura 12: Entrega das casas no loteamento
COOTRAHAB



Fonte: COOTRAHAB – página do Facebook
(<https://www.facebook.com/cootrahab>). Acesso em:
07/07/2019

O terreno possui uma área total de 67.000m²
onde foram construídas 222 unidades habitacionais de

tipologia única (52m²) distribuídas em lotes individuais. A área do terreno abriga dois açudes e uma área de preservação. A primeira proposta de projeto para o terreno previa um condomínio de 500 unidades e edifícios de quatro pavimentos. A tipologia de edifícios foi fortemente rejeitada pelos cooperados. Um arquiteto que já havia realizado outros projetos para o MNLM no Rio Grande do Sul foi chamado para assumir a frente do projeto e desenvolveu a proposta de casas térreas, semelhantes às existentes no entorno.

Segundo relato do arquiteto, os cooperados da COOTRAHAB e as lideranças **optaram pela legislação de loteamento** e não abriram mão de uma integração total com o bairro através de sua inserção no tecido urbano existente, sem a construção de muros:

Houve discussão. [sobre a opção entre loteamento ou condomínio] Eu entro justamente a partir da decisão de fazer loteamento. Havia um projeto anterior para a construção de prédios de quatro pavimentos devido à demanda extremamente alta na região. A coordenação entende que a ideia de prédios destoava radicalmente do entorno e da expectativa das famílias que não receberam bem a proposta. Ainda não havia o grupo fechado de famílias na época, mas perceberam que teriam que fazer uma proposta mais bem adaptada ao entorno. Nesse momento entram em contato comigo e solicitam um estudo para 220 famílias no terreno. (Arquiteto que assessorou o MNLM-RS. Entrevista concedida em Setembro de 2018)

Quando questionado sobre a viabilidade de cobrir os custos das infraestruturas com o recurso do PMCMV-E, questão que gerou grandes debates no grupo de

assessoria técnica em Solano Trindade, o mesmo arquiteto afirma:

O valor do financiamento cobriu as infraestruturas coletivas e a construção das casas. Não tivemos problemas para fechar a conta das infra com o recurso do entidades porque, na verdade, foi feita a conta inversa: quantas casas seriam necessárias para viabilizar a infraestrutura e a construção das unidades no terreno da cooperativa? (Arquiteto que assessorou o MNLM-RS. Entrevista concedida em Setembro de 2018)

As lideranças justificam a opção pelo loteamento como fundamental para o projeto e afirmam que o empreendimento é pensado “junto com a região”. O tema foi muito discutido nas reuniões com as famílias, que foram sempre mais receptivas às tipologias térreas e integradas à malha urbana existente e sem muros entre o empreendimento e o bairro. Na imagem abaixo é possível perceber a integração com o bairro, de modo que a distinção do empreendimento só é perceptível devido à qualidade construtiva das habitações. Entretanto, nota-se também que foram instaladas cercas na parte da frente e construídos muros dividindo os lotes em todas as casas do loteamento.

Vale ressaltar ainda que o caso da COOTRAHAB é bastante atípico por estar inserido em um contexto de diversas cooperativas e ocupações do MNLM-RS no entorno. Esse contexto criou condições favoráveis para a integração socioespacial do empreendimento no bairro, no qual foram identificadas três ocupações organizadas por cooperativas ligadas ao MNLM-RS e formadas por famílias da região.

Figura 13: Inserção do empreendimento no bairro



Fonte: Mapas do Google

Um aspecto a ser destacado nessa experiência é o **processo de formação para o trabalho coletivo que considera a possibilidade de geração de renda a longo prazo, inclusive após a construção das casas.** Foram organizados diversos cursos em atividades da construção civil tanto para os cooperados quanto para outros moradores da região. **A cooperativa é, atualmente, composta por um grupo de mestres de obra e executa empreendimentos organizados pelo MNLM em outras cidades do Rio Grande do Sul, além de projetos de regularização fundiária na região de São Leopoldo.**

Atua na construção do empreendimento “Junção”, que conta com 1600 unidades em Rio Grande. Alguns membros da cooperativa atuam em projetos de regularização fundiária na região, como é o caso de uma das moradoras entrevistada em uma visita ao loteamento, no escritório sede da COOTRAHAB no local:

Eu me associei a COOTRAHAB quando eu tinha 16 anos usando o nome do meu marido, pois eu era menor de idade na época. Quando eu me separei, meu marido foi embora e quase perdi o título. Hoje tenho 25 anos e vivo aqui com meus dois filhos na minha casa. Entrar para a COOTRAHAB viabilizou a minha vida. Eu trabalho ainda hoje para a cooperativa em um projeto de regularização fundiária em um assentamento de 400 famílias aqui em São Leopoldo. Quando eu cheguei aqui eu não gostava de falar de política. Hoje em dia sou militante assídua, converso com os moradores daqui (Moradora do empreendimento e trabalhadora da COOTRAHAB. Entrevista concedida em Setembro de 2018)

Identificamos um projeto de formação política importante ao longo do processo. Além disso, podemos perceber na entrevista que alguns moradores participaram e se envolveram mais do que outros. Se analisamos o total de famílias assentadas no terreno, poucas ainda são envolvidas de alguma forma com a cooperativa e com as atividades coletivas:

Um 40 pessoas das 222 famílias que moram aqui ainda se organizam no bairro. Para as assembleias, festa junina, atividades comunitárias e etc. A cooperativa na área de construção atua mais em empreendimentos em outras cidades, mas os trabalhadores moram aqui ainda. Existem

mais iniciativas de trabalho individuais mesmo, tipo comércio, principalmente de alimentos e uma farmácia. Algumas mulheres vendem refeições no bairro. Algumas ampliaram a casa para vender lanche. Durante a obra algumas mulheres vendiam o lanche para as assembleias da cooperativa. (Moradora do empreendimento e trabalhadora da COOTRAHAB. Entrevista concedida em Setembro de 2018)

Podemos notar que do número total de moradores que residem no loteamento da COOTRAHAB apenas uma pequena parte integra a cooperativa, atuando como mestre de obra ou em processos de regularização fundiária na região de São Leopoldo. **A atuação da cooperativa não está, pois, atrelada aos espaços comuns do empreendimento.**⁹³ Sua atuação é, todavia, comprometida com a produção solidária do espaço urbano em outras regiões de São Leopoldo e em outros municípios do Rio Grande do Sul. A COOTRAHAB expandiu sua atuação para além dos limites do empreendimento, mas ainda é comprometida com a luta pela desmercantilização da cidade e fortemente ligada à coordenação do Movimento. Um fato muito importante, que ficou claro em nossas visitas, é que as pessoas que ainda são ligadas à cooperativa são as mesmas que fazem parte do pequeno grupo engajado nas iniciativas coletivas ainda existentes no bairro. Tal constatação, reafirma a ideia de que o trabalho potencializa o envolvimento na

⁹³ O projeto original previa também um centro comunitário, um edifício para atividades de geração de renda e um parque para a comunidade. Nenhum dos equipamentos coletivos foi construído e a área prevista para os mesmos foi ocupada por novas casas de famílias da região.

luta pela desmercantilização da cidade travada pelos movimentos populares de moradia.

Por fim, a fala de uma outra moradora, que não participa mais da cooperativa e não é envolvida com os processos coletivos do bairro, revela uma questão importante:

Antes, nós moradores, mesmo depois da construção das casas e antes de nós termos o título de propriedade, nós tínhamos muita desconfiança das cooperativas. Muitos no bairro aqui tiveram experiências negativas de golpes antigamente. De anos de dinheiro investido que foi roubado. Então a gente demorou para acreditar que as coordenadoras aqui estavam fazendo tudo certinho, não estavam nos enganando. Muitas pessoas desistiram no meio do caminho por não acreditar. Hoje tem fila de espera para entrar pros projetos (Moradora do empreendimento não envolvida com a cooperativa. Entrevista concedida em Setembro de 2018)

Podemos notar a partir do depoimento acima que as experiências concretizadas pelo Movimento no bairro, de alguma forma, **recuperam a crença dos trabalhadores na organização coletiva e nos projetos coletivos**. Esse é um fator importante a ser considerado para a viabilidade dos empreendimentos solidários autogeridos. Não só no campo da habitação, mas também do trabalho.

3.2 São Paulo

Em São Paulo foram escolhidos dois empreendimentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Leste 1, filiado à União Nacional de

Movimentos de Moradia (UMM). Os dois empreendimentos estão localizados na Zona Leste de São Paulo e contaram com assessoria técnica da Usina⁹⁴ para o desenvolvimento dos projetos e acompanhamento das obras. A análise se concentra em duas estratégias distintas de organização coletiva do trabalho que estão relacionadas a projetos de sustentabilidade socioeconômica do Movimento. Como dito anteriormente, as mesmas são entendidas aqui como práticas concretas dos movimentos sociais de moradia que nos servem como elementos para pensar a ampliação da agenda da Reforma Urbana. No Conjunto Paulo Freire nos concentraremos na experiência do Banco Comunitário, implementada em 2009, com apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP) e recursos de uma Emenda Parlamentar. Na União da Juta o foco será nos equipamentos comunitários implementados no conjunto e no bairro, administrados através de parcerias entre a Associação União da Juta e o governo municipal. Serão analisadas também a relação dessas experiências com os espaços comuns de ambos os

⁹⁴ “A Usina surgiu em 1990, no contexto em que mais de vinte grupos com este foram montados para integrar a política de habitação com autogestão na administração petista de 1989-92. Um dos principais aliados e parceiros da Usina foi o Movimento Sem-terra Leste 1, filiado à UMM, e que surgira no final dos anos 1980 a partir de um núcleo sindical na Móoca e da Pastoral da moradia no Belém. Com a Leste 1, a Usina realizou os projetos e obras dos mutirões 26 de Julho, União da Juta e Juta Nova Esperança. Desde o início do trabalho da Usina com o Mutirão Paulo Freire em 1999 até a conclusão da obra em 2010, foram diversos os profissionais da assessoria que colaboraram, seja compondo a equipe principal de projeto e obra ou nos mutirões no escritório para conclusão de muitas etapas de desenvolvimento de projeto.” (Texto extraído do site: <http://www.usina-ctah.org.br/mutiraopaulofreire.html>)

empreendimentos, bem como a motivação para a opção pelo condomínio em ambos os casos.

3.2.1 União da Juta

O conjunto União da Juta é um empreendimento habitacional popular organizado pelo Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - Zona Leste 1 (filiado à UMM) e construído entre os anos 1992 e 1998, em um lote que pertencia à antiga Fazenda da Juta, na Zona Leste de São Paulo. No final da década de 1980, foram realizadas duas tentativas de ocupação da área, ambas reprimidas pelo Estado. Após um árduo processo de luta protagonizado pelos movimentos de moradia⁹⁵, o governo do Estado desapropriou a área e um dos lotes foi concedido à Associação União da Juta. A construção em sistema de mutirão foi financiada pela CDHU através do extinto Programa UMM⁹⁶. A grande área de 730km² que constituía a Fazenda da Juta se transformou em um conjunto de lotes menores que abrigam outros dezesseis conjuntos habitacionais e uma favela⁹⁷. O empreendimento, desenvolvido com assessoria da Usina, conta

⁹⁵ Em 1986, a ocupação da Fazenda da Juta foi o acontecimento que seria considerado o "batismo" da União dos Movimentos de Moradia. (MIAGUSKO, 2011, p.175)

⁹⁶ O Programa UMM da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbana (CDHU), foi um programa de produção habitacional por autogestão, discutido com o Governo do Estado de São Paulo pela UMM (União dos Movimentos de Moradia) e pelas assessorias técnicas a partir de 1991. (RIZEK, 2013, p.6)

⁹⁷ Segundo Miagusko (2000), são "4.706 habitações construídas em várias modalidades pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CHDU). Desse total 2.806 habitações foram construídas em sistema de mutirão e 1.900 por empreiteiras contratadas pelo governo do Estado. A União da Juta foi o primeiro mutirão executado com recursos do Governo do Estado na Fazenda da Juta." (MIAGUSKO, 2011, p.169)

com 160 unidades habitacionais, divididas em três tipologias distintas de aproximadamente 60m². Cabe destacar que desde a preparação para o início da construção dos prédios foram debatidas possibilidades para viabilizar a implantação de equipamentos comunitários e outras alternativas além da construção das moradias⁹⁸.

Ainda no processo de preparação para o início da construção, foi decidido que a estrutura do galpão de obra seria projetada para se tornar permanente a fim de abrigar a sede da associação de moradores e futuros equipamentos comunitários (MIAGUSKO, 2000, p.50). A primeira demanda para esse espaço foi uma creche, reivindicada por parte dos associados que trabalhavam na obra durante o dia e pelas famílias que haviam ocupado o empreendimento vizinho, ainda inacabado, construído por uma empreiteira. Houve muito debate a respeito da abertura desse espaço para os outros moradores do entorno. Em especial sobre sua utilização por aqueles que passaram a residir nos “prédios brancos” — como eram chamados os prédios inacabados⁹⁹. Ainda assim, prevaleceu a decisão de estender o uso do espaço para todos. Tal decisão foi defendida pela coordenação do Movimento durante todo o processo de construção do

⁹⁸Na época em que se deu o início das obras, em 1992, a terra onde hoje se localiza o empreendimento era totalmente isolada, ou o “fim do mundo” (MIAGUSKO, 2000). Por isso, havia uma grande necessidade de equipamentos e serviços no bairro, o que motivou as discussões de propostas para além da construção das unidades habitacionais.

⁹⁹ Conversas informais com moradores em visita ao local confirmam a história trazida por Joana Barros e Edson Miagusko no artigo “Mutirão da União da Juta: Do fim do mundo à padaria comunitária” (2010): a preocupação com os “prédios brancos” estava relacionada à presença do tráfico de drogas e alguns episódios de mortes que ocorreram no local no início de sua ocupação.

conjunto e configurou-se como uma tentativa de integração com o bairro e de criação de uma boa relação com os vizinhos. (RIZEK, 2013, p.13) Em visita realizada em 2018, o espaço do antigo galpão de obra abrigava a **creche comunitária, o Centro para Crianças e Adolescentes (CCA - Sonho Jovem) e o Centro Dia para Idosos (CDI)**. Além disso, o mesmo espaço foi sede de uma **padaria comunitária** que funcionou por mais de dez anos no local, mas teve suas atividades interrompidas nos últimos anos.¹⁰⁰ Resgataremos brevemente a história da padaria e, em seguida, trataremos da creche e dos outros equipamentos comunitários localizados no espaço do antigo galpão de obra.

A padaria foi criada em 1998, ano de conclusão da obra, como resultado de uma convergência entre dois fatores. O primeiro estava relacionado à necessidade de um processo de formação e capacitação dos jovens para o mercado de trabalho com vista à evitar o envolvimento dos mesmos com o tráfico de drogas. O segundo fator foi a necessidade de abastecimento dos próprios moradores, pois não havia uma padaria próxima ao empreendimento. Diferente do que aconteceu com os equipamentos comunitários, a padaria se desenvolve como uma iniciativa de trabalho coletivo sem parcerias com o poder público municipal. A opção por sua criação não foi unanimidade entre os mutirantes, pois muitos preferiam que os espaços de comércio fossem individuais e não

¹⁰⁰ O plano de trabalho desenvolvido pela associação União da Juta para o edital de 2017 da SMADS (Edital 060 2017 - Proposta Associação União da Juta) ou seja, que estabelece o convênio entre a associação e o poder público municipal, faz um resgate histórico de todos os equipamentos comunitários que existiram no empreendimento até 2017. Alguns deles foram implementados no espaço do antigo galpão de obra do empreendimento enquanto outros foram implementados em outros terrenos distribuídos pelo bairro.

coletivos. Entretanto, a iniciativa do grupo de moradores mais ativo na obra teve apoio da coordenação do Movimento e os equipamentos foram adquiridos com recursos de uma instituição ligada à igreja católica italiana. (MIAGUSKO, 2000)

No início, a produção local não era suficiente para atender à demanda dos moradores. Uma padaria do entorno fornecia a quantidade necessária de pães para complementar a produção local e a revenda desses produtos era feita a preço de custo. (MIAGUSKO, 2000, p.55) Entretanto, a padaria se transformou, assim como a cozinha coletiva de Solano Trindade, em um importante espaço de formação dentro do empreendimento. Além dos cursos de formação em panificação, o espaço foi palco de uma estratégia de aproximação campo-cidade entre os assentamentos rurais e as comunidades da Zona Leste. O sacolão comunitário, como ficou conhecido, consistia na comercialização, dentro da padaria, dos alimentos provenientes de assentamentos. Entretanto, o projeto do sacolão foi interrompido seis meses depois por conta de dificuldades logísticas para a chegada dos alimentos (MIAGUSKO, 2000, p.55). A organização do trabalho na padaria foi protagonizada por quatro mulheres. Os turnos de trabalho eram flexíveis, pois havia um revezamento das trabalhadoras a fim de viabilizar a conciliação com as atividades domésticas. A organização dos turnos foi pensada para ter mais gente trabalhando nos horários de mais movimento. Assim, como na cozinha de Solano Trindade, percebemos que as necessidades domésticas orientavam as atividades produtivas e não o contrário.¹⁰¹

¹⁰¹ Não foi possível identificar os motivos para a interrupção das atividades da padaria que funcionou por mais de dez anos no espaço do antigo galpão de obra.

A **creche comunitária**, por sua vez, inicia suas atividades em 1995, através de uma parceria com o poder público municipal e, atualmente, atende 110 crianças em período integral. O **projeto Sonho Jovem** se iniciou em 2002 e foi transformado em um CCA, que atende diariamente 180 crianças e adolescentes com atividades artísticas, culturais e socioeducativas. Além disso, a associação União da Juta protagonizou a fundação do Centro Cooperativo Irmã Dorothy, transformado em 2016 em um **Centro Dia para Idosos (CDI)**, que atende 30 idosos diariamente. O CCA e o CDI são administrados através de parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). A creche funciona através de convênio com a Secretaria Municipal de Educação. Na Figura 14, os equipamentos se localizam na parte superior do desenho. Nota-se a integração com o conjunto, ao mesmo tempo que possuem acesso independente para a rua.

Figura 14: Implantação do conjunto União da Juta



Fonte: Acervo Usina CTAH.

(<https://www.archdaily.com.br/br/767411/usina-25-anos-mutirao-uniao-da-juta>.) Acesso em: 07/08/2019

Para além do espaço do antigo galpão de obra onde se encontram os equipamentos comunitários mencionados acima, a Associação é responsável pela administração de outros equipamentos no bairro onde se localiza o conjunto, são esses: O **CCA Semeando Esperança**, que inicia suas atividades em 2001; O **CCA Margarida Maria Alves**¹⁰², fundado em 2013; o **Ponto de Cultura**, criado em 2016 com a finalidade de formar agentes culturais no bairro, em parceria com a Secretaria de Cultura. Os três equipamentos estão em funcionamento e atendem cerca de 400 crianças e jovens no bairro. As imagens abaixo ilustram atividades

¹⁰² Em 2018, o CCA passou a se chamar “Margarida e Mariele” em homenagem à vereadora do Rio de Janeiro, defensora dos direitos humanos e das minorias, assassinada em 14 de Março de 2018.

realizadas pela Associação nos equipamentos, no bairro e em eventos culturais no centro da cidade de São Paulo.

Figura 15: Atividades realizadas pela Associação União da Juta nos equipamentos comunitários



Fonte: Associação União da Juta – Página do Facebook
(<https://www.facebook.com/uniaodajuta/>) Acesso em:
07/09/2019

Figura 16: Atividades realizadas pela Associação União da Juta no bairro e no centro de São Paulo.



Fonte: Associação União da Juta – Página do Facebook
(<https://www.facebook.com/uniaodajuta/>) Acesso em:
07/09/2019

Uma liderança do Movimento entrevistada durante uma das visitas de campo é moradora do Conjunto Paulo Freire e coordena a obra de outros dois grandes empreendimentos na Zona Leste de São Paulo. Na entrevista, perguntamos se o Movimento costuma discutir com as famílias ou com a assessoria técnica

sobre o formato “loteamento ou condomínio” durante o processo de elaboração de um projeto. Ela respondeu:

Não chegamos a discutir alternativa ao condomínio não. Devido à escassez de terra aqui na cidade de São Paulo nós somos obrigados a verticalizar para atender a demanda. Também tem uma cultura do muro representar segurança para as famílias. Assim a cidade vai se fechando e se fechando...A gente não consegue fugir disso. (Liderança da UMM. Entrevista concedida em setembro de 2018)

Como podemos identificar no trecho acima, o Movimento opta diretamente pela modalidade de condomínio e não há debates sobre o tema com as famílias ou com a assessoria técnica. A liderança do Movimento atribui esse fato à alta densidade da Zona Leste, à necessidade de verticalização devido à dificuldade de acesso à terra e, sobretudo, à questão da segurança que é sempre vinculada a existência de um muro.

No que diz respeito à organização para o trabalho coletivo, fica claro na entrevista que o arranjo estabelecido pela associação União da Juta com a prefeitura de São Paulo é o modelo no qual o Movimento aposta, em muitos dos empreendimentos, para um projeto de sustentabilidade socioeconômica.

Nos novos projetos do movimento nós sempre buscamos prever já um edifício que tenha acesso direto para a rua também, que seja independente do acesso do condomínio, para garantir a questão da segurança e buscar futuramente a implementação de equipamentos públicos como a Creche e o Centro Dia para Idosos. Que nem acontece na Juta. A ideia é pensar parceria com o Estado.

(Liderança da UMM. Entrevista concedida em setembro de 2018)

Podemos perceber, portanto, que há uma relação **dos espaços de trabalho coletivo com os espaços comuns do empreendimento**, mas o objetivo é impedir o acesso público aos outros espaços do condomínio para além dos equipamentos comunitários. Sobre a necessidade dos equipamentos serem independentes do condomínio, perguntamos o motivo determinante para essa escolha:

Agora a gente já sabe nos novos como que a prefeitura aprova para ser equipamento. Não pode só abrir para dentro do condomínio, tem que ter acesso universal. Nos novos a gente já faz considerando isso. Aqui no José Maria Amaral [Empreendimento em construção] o centro comunitário tem acesso para rua ou pelo condomínio. Aqui tem uma discussão grande, porque é a ideia de que vamos dar pros outros. Aí dizem: Ah, mas é nosso, vamos dar pros outros? Mas aí a gente conversa né: Fechado vai ser só pra vocês? Vocês vão conseguir manter? Espaço vazio a gente sabe o que acontece, não vai ser nem de vocês nem dos outros. Aí tem muita discussão né, pro entendimento. Agora tá tendo uma discussão do que poderia ter aqui, do que é possível. Ou CCA, ou biblioteca. Algo que seja bom para eles e para o entorno. (Liderança da UMM. Entrevista concedida em setembro de 2018)

A resposta à nossa pergunta deixa claro que o acesso independente para os equipamentos está relacionado não somente à questão de segurança, mas também ao enquadramento do projeto na legislação da

prefeitura para funcionar como equipamento comunitário. Nota-se também o esforço das lideranças para estabelecer uma relação com o resto do bairro e como nem sempre tal relação é bem vista pelos moradores.

De toda forma, o caminho trilhado pela associação União da Juta após a finalização da construção do empreendimento extrapola a produção habitacional autogestionária. **Tanto a aposta nos equipamentos comunitários conveniados com o poder público municipal, como a aposta na padaria comunitária** são exemplos de uma articulação direta entre o direito ao trabalho digno e o direito à cidade. Importante destacar que **o Estado tem um papel central na garantia da sustentabilidade socioeconômica** dessas experiências, ainda que tenha havido uma combinação de recursos do poder público municipal com o de igrejas, ONGs e outras organizações.

No contexto acima apresentado cabe analisarmos as condições de sustentabilidade oferecidas pelos editais da SMADS¹⁰³. É fato que os convênios com o governo municipal possuem um papel importante no que diz respeito à geração de trabalho e renda para os associados, sobretudo, no caso da creche onde a relação com o empreendimento e a Associação é mais estreita por estar dentro do centro comunitário e ter sido construída durante a obra. Entretanto, algumas ressalvas devem ser feitas sobre a parceria com a SMADS.

Edson Miagusko (2011) faz uma análise crítica sobre o fato dos editais da SMADS¹⁰⁴ se concentrarem

¹⁰³ O convênio se dá através de editais lançados anualmente pela SMADS que garantem um repasse mensal de recurso para o funcionamento dos equipamentos.

¹⁰⁴ Ver artigo “Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado” (MIAGUSKO, 2011)

majoritariamente no campo do “acolhimento a jovens e adolescentes em situação de risco social”. Para o autor, há uma definição prévia da situação problema a ser tratada no bairro por causa dos altos índices de homicídio e violência entre jovens. Essa definição vai pautar não só os editais da SMADS, mas também o sentido das atividades desenvolvidas pelas ONGs, igrejas e projetos de cooperação internacional. Para atender os pré-requisitos das instituições que financiam iniciativas no território, a associação União da Juta mudou seu estatuto social, que passa a indicar como atividade principal o trabalho com jovens e adolescentes e não mais a produção de moradia.

Miagusko (2011) é bastante crítico à reorientação do objetivo principal da associação. De fato, é curioso notar que só sobreviveram a longo prazo as iniciativas e equipamentos geridos pelo Movimento que atuam no campo do atendimento à criança e ao adolescente. A padaria comunitária, o sacolão (alimentos provenientes de assentamentos da Reforma Agrária) e outras iniciativas produtivas não foram adiante. Não encontraram políticas que as apoiassem. Acreditamos que o problema, todavia, não está na reorientação da atividade principal da associação. Ao contrário, esperamos que as práticas autogestionárias e os associativismos se multipliquem para além da produção habitacional. A questão, a nosso ver, é o quanto as políticas promovidas pelo poder público municipal e pelas organizações sem fins lucrativos retiram da associação qualquer grau de autonomia na identificação dos problemas a serem combatidos no território e, mais ainda, na formulação dos meios para combatê-los.

Coraggio, ao analisar políticas semelhantes às da SMADS na Argentina, afirma que é importante considerar

o fato de serem oferecidas através da Secretaria de Desenvolvimento Social. Especialmente porque “tem uma história assistencialista que está institucionalizada e enraizada nas bases de sua burocracia e na maioria de seus agentes no território” (CORAGGIO, 2006). No caso da Juta, entendemos que a lógica imposta pelos programas que atendem os jovens não rompe com a racionalidade vigente de competição comercial e empreendedorismo, além de não abarcar princípios de reciprocidade e redistribuição estrutural que poderiam compor um caminho promissor de transformação social.

É inegável que o modelo de parceria com o Estado para viabilizar os equipamentos comunitários apresenta vários avanços, como por exemplo, o fato de se iniciar dentro dos espaços comuns do empreendimento e extrapolar seus muros para distribuir-se na escala do bairro. Entretanto, é fundamental apontarmos a possibilidade das políticas estatais abarcarem também as iniciativas produtivas e empreendimentos populares para além das políticas de assistência que estão consolidadas no bairro. Sobretudo, dando aos grupos de trabalhadores organizados alguma autonomia para formularem as soluções para os problemas identificados no território.

Finalmente, cabe ressaltar as potencialidades das ações mobilizadas pela Associação União da Juta no âmbito dos equipamentos comunitários. Ainda que as políticas do poder público no território sejam direcionadas majoritariamente ao atendimento de “jovens em situação de risco social”, a Associação União da Juta promove uma série de atividades que questionam o sentido da produção hegemônica da cidade como, por exemplo, a peça de teatro “Há Lugar”, dos CCAs Sonho Jovem e Margarida Maria, sobre a luta pela moradia digna, que pode ser vista nas imagens abaixo.

Figura 17: Peça de teatro “Há Lugar



Fonte: Associação União da Juta – Página do Facebook
(<https://www.facebook.com/uniaodajuta/>) Acesso em:
07/09/2019

3.2.2 Paulo Freire

O Conjunto Paulo Freire é um empreendimento habitacional popular construído em processo de autogestão e mutirão, entre 2003 e 2010, no distrito de Cidade Tiradentes, São Paulo. A **Associação de Construção Comunitária Paulo Freire** se forma em 1999, ano de assinatura do contrato para a construção de 100 unidades habitacionais com a prefeitura municipal, através do Programa de Mutirões Autogeridos da COHAB¹⁰⁵. Cidade Tiradentes, localizada na Zona Leste, é ainda mais afastada do centro de São Paulo que a Fazenda da Juta. Abriga, atualmente, cerca de 40 mil unidades habitacionais construídas majoritariamente por empreiteiras, através de programas habitacionais municipais, estaduais e federais. O projeto teve assessoria técnica da Usina e conta com quatro tipologias distintas, distribuídas em edifícios de estrutura metálica e alta qualidade arquitetônica. Entretanto, o que nos interessa nessa análise é a experiência do **Banco Comunitário Paulo Freire**, entendida aqui como uma possibilidade para pensar a ampliação da agenda da Reforma Urbana a partir das práticas concretas dos movimentos populares de moradia.

Os bancos comunitários¹⁰⁶ são instituições que se baseiam nos princípios da Economia Solidária e prestam

¹⁰⁵ Programa de Mutirões, destinado à produção promovida por associações e cooperativas habitacionais, gerido pela COHAB-Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo. Até o ano de 2012, foram aprovados projetos de 123 empreendimentos, sendo 14 mil unidades para cerca de 60 mil pessoas. (LOUREIRO, 2013, p.111)

¹⁰⁶ No Brasil, o primeiro Banco Comunitário foi criado em 1998, na periferia de Fortaleza, Ceará. O Banco Palmas foi fundado pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP). O instituto Palmas, criado em 2003 pela associação, é o principal

serviços voltados à geração de trabalho e renda, sobretudo, em regiões com altos níveis de exclusão e desigualdade, a fim de criar uma rede local de produção e consumo e estimular o desenvolvimento endógeno do território. Normalmente, as principais atividades dos bancos comunitários são: a concessão de crédito solidário para produção e consumo; a criação de uma moeda local para fortalecer a economia endógena dos territórios; apoio à comercialização no âmbito dos empreendimentos populares através de feiras e lojas solidárias.¹⁰⁷

O Banco Comunitário Paulo Freire foi implementado em 2009 com recursos de uma Emenda Parlamentar¹⁰⁸ que viabilizou a implementação de outros bancos comunitários no mesmo ano, todos inseridos em empreendimentos habitacionais ligados a movimentos de moradia. Em 2010, quatro bancos passaram a integrar a Rede Paulista de Bancos Comunitários (RPBC). O projeto “Moradia Solidária”, como foi nomeada a emenda, teve os recursos executados através da Secretaria Nacional de Economia Solidária¹⁰⁹ (SENAES) a nível nacional e através do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP) a nível regional¹¹⁰. O projeto é resultado de uma articulação entre alguns movimentos

difusor dos bancos comunitários através da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

¹⁰⁷ Instituto Palmas. O que é um banco comunitário? Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org>

¹⁰⁸ Emenda Parlamentar “Moradia Solidária” do ex-deputado federal Roberto Gouveia.

¹⁰⁹ Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (SNAES/MTE), criada em 2003, primeiro ano do governo Lula.

¹¹⁰ A NESOL-USP passa a ser a entidade executora nacional a partir do Edital de 2013 (Edital 001 de 2013). Até então, a responsabilidade era do Instituto Palmas. (DE PAULA, 2015, p.58)

sociais de luta por moradia¹¹¹ com apoio da ITCP-USP, que já atuava nesses territórios. Os bancos foram implementados nas quatro regiões periféricas de São Paulo: Banco Comunitário Apuanã, na Zona Norte; Banco Comunitário Autogestão, na Zona Sul; Banco Comunitário Vista Linda, na Zona Oeste; e o Banco Comunitário Paulo Freire, na Zona Leste. Todos eles ligados a movimentos populares de moradia.

No conjunto Paulo Freire, as discussões a respeito da organização coletiva para o trabalho se iniciaram em 2006, em função de uma demanda recorrente nas assembleias que tinha como foco os jovens com dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. No início foram debatidas possibilidades como a formação de uma cooperativa e outras ações que visavam a sustentabilidade socioeconômica. Entretanto, optou-se por integrar o projeto “Moradia Solidária”¹¹², de forma que em 2008 foram iniciados os cursos de formação em Economia Solidária oferecidos pela ITCP-USP e pelo Laboratório de Extensão da Escola de Artes e Ciências Humanas USP Leste (LABEX). Segundo Garcia (2010), as atividades consistiram no “mapeamento dos estabelecimentos comerciais locais e na elaboração do planejamento estratégico de um banco comunitário — o Banco Paulo Freire”. Além disso, no desenvolvimento das atividades do curso “foi feito um levantamento sobre as habilidades e experiências profissionais dos participantes

¹¹¹ Movimento de Moradia do Movimento Sem Terra da Zona Norte, Associação Paulo Freire (UMM - Zona Leste) e União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul (UMMIZS).

¹¹² Ver pequeno documentário sobre a formação do Banco Comunitário Paulo Freire para mais detalhes: <https://www.youtube.com/watch?v=U99m8lM35gc>

para que a ITCP-USP e o LABEX pudessem assessorar a criação de empreendimentos¹¹³.” (GARCIA, 2010, p. 87).

O banco comunitário iniciou suas atividades em junho de 2009, quando foi criada também a moeda social “Paulo Freire”. O banco foi alocado em uma pequena sala de 6m² no térreo de um dos edifícios do conjunto. A sala era voltada para os espaços de circulação interna do condomínio, sem abertura para a rua, de forma que havia um acesso público para o banco que passava por dentro do condomínio.

Inicialmente, trabalhavam no banco três moradores eleitos em assembleia, um deles como coordenador da associação e gerente. Logo nos primeiros meses, a moradora responsável pelo caixa se afasta e sua função é acumulada pela pessoa que já desempenhava a função de analista de crédito. Nos doze primeiros meses de funcionamento do banco, entre junho de 2009 e maio de 2010, o principal serviço prestado foi o de correspondente bancário para o pagamento de contas, que configura a principal transação bancária realizada pelas famílias (GARCIA, 2010, p. 89). É importante ressaltar que, em 2009, todo o distrito de Cidade Tiradentes¹¹⁴ abrigava aproximadamente 210 mil habitantes e contava com apenas uma agência bancária (PAULA, 2015, p. 118).

Segundo dados levantados por Garcia (2010), no primeiro ano de funcionamento do banco só foram realizadas operações relativas ao serviço de

¹¹³ Nesse contexto, alguns empreendimentos foram cogitados, dentre eles uma padaria comunitária, mas nenhum deles foi levado adiante.

¹¹⁴ A população de Cidade Tiradentes era de 211.501 habitantes em 2010, segundo dados da Prefeitura de São Paulo. Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_tiradentes/historico/

correspondente bancário. Não foi prestado o serviço de crédito utilizando a moeda social.¹¹⁵ Entre 2011 e 2014, embora o serviço principal oferecido pelo Banco Paulo Freire ainda fosse o de correspondente bancário, um valor total de 11 mil reais foi oferecido em crédito, sendo 62,91% em crédito de consumo e 37,09% em crédito produtivo. Dos 11 mil reais da carteira de crédito, apenas mil reais foram inseridos em circulação através da moeda social (PAULA, 2015, p.156). Além disso, nesse mesmo período, a RBPC organizou feiras solidárias para a comercialização de produtos da região, como bijuterias, artesanatos, bebidas, comidas, tecidos de cama e vestuários. Os eventos foram realizados em uma paróquia no complexo Inácio Monteiro, vizinho ao condomínio.

Em visita realizada ao empreendimento em agosto de 2018, foi constatado que o Banco Comunitário Paulo Freire não está mais em funcionamento. Suas atividades foram interrompidas aproximadamente um ano antes da nossa visita. Uma liderança local entrevistada relatou que antes de encerrar as atividades o banco foi transferido de dentro do condomínio para o Conjunto Habitacional Prestes Maia, vizinho ao Paulo Freire, e alocado no espaço de uma biblioteca comunitária. A entrevistada informou que no início das atividades do Banco Comunitário, o açougue e outros pequenos comércios locais aceitavam a moeda social, assim como também ocorria com o vendedor de gás e o supermercado. Quando questionada sobre os motivos para o fechamento do banco, nos respondeu que nunca houve unanimidade entre os moradores quanto à localização de um banco dentro do condomínio:

¹¹⁵ “Foram 115 operações como correspondente, totalizando o valor de R\$ 13.539,90” (GARCIA, 2010, p 88)

Quando as famílias se mudaram para o prédio começaram alguns conflitos. A ideia de banco transmitia insegurança para as pessoas, pois o banco se localizava dentro do condomínio. As pessoas se sentem seguras quando estão fechadas. Pura ilusão, né? (...) As pessoas não se sentiam confortáveis de manter um acesso sempre aberto para o banco. Só pelo fato de ter o nome banco já transmitia a ideia de que tem dinheiro, e ainda que não fosse o caso do nosso, os moradores se sentiam ainda mais inseguros. O tema foi muito debatido na época, mas não conseguimos desconstruir essa noção de insegurança. (Liderança da UMM e moradora do Paulo Freire. Entrevista concedida em 25/08/2018)

Novamente, o medo das famílias de manter um acesso para o condomínio aberto ao público aparece no discurso das lideranças. Nesse caso, essa questão é apontada como a causa principal para a não consolidação do Banco Comunitário Paulo Freire. A liderança entrevistada relata que os conflitos se acirram quando, após a conclusão da obra, as famílias se mudam para os novos apartamentos.

O nosso projeto inicial do banco era separar e ter uma entrada independente para entrada ser por outro lado, mas por questões financeiras não deu. O espaço do banco acabou sendo muito dentro do condomínio, aí qualquer coisa que acontecesse era dentro do condomínio (Liderança da UMM e moradora do Paulo Freire. Entrevista concedida em 25/08/2018)

Mais uma vez, aparece na fala das lideranças o projeto do Movimento de criar os espaços de trabalho conectados diretamente com a rua, sem que o

condomínio tenha um acesso público. Quando perguntamos sobre outras tentativas no campo da geração de trabalho e renda ligadas aos espaços comuns, fomos informados sobre experiências de comercialização de produtos dentro do condomínio, como roupas, artesanato e comida que foram interrompidas pela mesma questão da “segurança dentro do condomínio”.

No início teve mais, hoje nós não temos. Como tinha isso de cada família tá vindo de um lugar e nem todas tinham emprego a gente tentou (...) Hoje não temos, hoje as regras do condomínio estão mais severas. Não pode, não pode ter comércio dentro do condomínio. A gente conversa com as famílias na assembleia, mas a televisão conversa todo dia. Medo, medo medo. Essa falsa sensação de que você tá protegido é muito forte nas pessoas. Medo, medo medo. Não pode entrar ninguém de fora. Isso eu acho um problema como moradora. Tem tanta gente que faz coisa legal, eu queria poder comprar o pão do vizinho. (Liderança da UMM e moradora do Paulo Freire. Entrevista concedida em 25/08/2018)

Ainda sobre os espaços coletivos, a entrevistada informou que o centro comunitário existente dentro do condomínio abriga, atualmente, “reuniões de condomínio, festas, além de algumas atividades do movimento”. Complementou falando das dificuldades do contexto local.

A gente queria muita coisa para esse nosso espaço né, inclusive de equipamentos para o bairro, como lá na Juta. Mas a gente tem a questão do CEU Inácio Monteiro que tá bem do lado e uma creche. A gente não consegue concorrer com esses

equipamentos, tem muita coisa concentrada lá e a metros de distância de nós. A gente ainda sonha em ter uma coisa a mais, mas estamos em um momento difícil aqui... (Liderança da UMM e moradora do Paulo Freire. Entrevista concedida em 25/08/2018)

Interessante notar no relato acima que a liderança/moradora aponta como uma dificuldade para a associação o fato de já existirem equipamentos comunitários no bairro, sobretudo, no Centro Educacional Unificado (CEU) ¹¹⁶ Inácio Monteiro, que se localiza a poucos metros do conjunto Paulo Freire. A presença do CEU anulou o principal projeto de sustentabilidade econômica do Movimento que se dá através de parcerias com o poder público municipal para a administração de equipamentos.

A partir da entrevista e dos dados levantados, podemos estabelecer algumas reflexões sobre o encerramento das atividades do Banco Comunitário e de sua possibilidade enquanto estratégia no campo da Economia Solidária para a produção habitacional autogestionária. ¹¹⁷ A primeira questão aponta novamente a importância do papel do Estado na sustentabilidade

¹¹⁶ Os Centros Educacionais Unificados (CEU) são equipamentos públicos de educação criados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e que se localizam na periferia de São Paulo. Os CEUs oferecem educação infantil e fundamental, bem como equipamentos voltados às práticas esportivas, recreativas e culturais. O CEU Inácio Monteiro foi inaugurado em 2003, mesmo ano em que se iniciou a obra do conjunto Paulo Freire.

¹¹⁷ De Paula (2015) aponta uma série de outros possíveis aspectos relacionados às atividades principais dos bancos comunitários estabelecidas pela RPBC, bem como aspectos da economia inferior urbana que inviabilizaram a sobrevivência do Banco Comunitário Paulo Freire. Ver *“Do Território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP”*

socioeconômica dos empreendimentos. Ou seja, assim como é fundamental a presença da SMADS para o funcionamento dos equipamentos comunitários, o Banco Comunitário Paulo Freire não encontra meios de sobreviver com o fim das políticas da SENAES. De Paula (2015) identifica como uma das principais dificuldades para a implantação da moeda local o fato dos bancos comunitários integrantes da RPBC não terem encontrado outra forma de acessar dinheiro líquido para garantir seu autossustento com o fim chamadas públicas da SENAES¹¹⁸.

Figura 18: Acesso ao Banco Comunitário Paulo Freire pelo condomínio



Fonte: DE PAULA, 2014. P.160.

Outro ponto importante apareceu em uma conversa informal com uma liderança da UMM, quando nos revelou que após a abertura de um grande supermercado próximo ao empreendimento, com caixa eletrônico 24 horas e serviço de correspondência bancária, houve uma grande queda na procura pelo

¹¹⁸ DE PAULA, 2015, p.157

banco comunitário. Essa informação reafirma como a principal função do Banco Comunitário durante a sua existência foi mesmo a função de correspondente bancário, ou como não conseguiu incorporar efetivamente suas funções mais importantes ligadas à escala local. Esse fato, segundo entendimento da liderança da UMM e também nosso, possui forte relação com sua inserção dentro do condomínio, fechado por muros. A violência no bairro e o decorrente “medo do entorno” fez com que os muros e portões fossem sempre mantidos fechados, de forma que o banco não era visível aos moradores da região.

Considerações finais

A luta pela desmercantilização da cidade construída pelos movimentos populares de moradia exigiu dos trabalhadores organizados insurgências e inovações de diferentes ordens (LAGO, 2015), dentre as quais destacam-se os associativismos que combinam as diversas dimensões da vida urbana, como moradia e trabalho dignos. Nesse sentido, as análises realizadas nesse trabalho tiveram como objetivo, a partir do estudo aprofundado do caso de Solano Trindade e da identificação de outros exemplos brasileiros, ampliar a visão sobre as práticas concretas dos movimentos sociais no campo da autogestão habitacional e apontar caminhos para lutas futuras no âmbito do projeto político da reforma urbana.

O trabalho como tema estratégico para as lutas futuras

Como vimos nos capítulos 1 e 2, os campos de luta anticapitalista da reforma urbana e da economia solidária compartilham práticas autogestionárias e princípios ligados ao “comum” na disputa por uma cidade e uma economia não mais orientadas pela acumulação, mas pelo bem-estar de todos. As práticas concretas dos movimentos de moradia, que articulam iniciativas de trabalho associativo em outros setores para além da produção da casa, evidenciam que o direito ao trabalho digno é um aspecto central para que seja exercido o direito à cidade.

As experiências estudadas indicam que as lutas por moradia e trabalho se potencializam quando

articuladas por um mesmo grupo em um mesmo território. Por exemplo, a atuação nas frentes de trabalho aumenta o engajamento nos processos coletivos de luta pela moradia seja no âmbito institucional da luta pela reforma urbana (participação em atos políticos, audiências públicas, ocupações de órgãos públicos) seja no que se refere à mobilização nas ações de transformação e melhoria do próprio território (espaços comuns). Isso se revela, especialmente, nos longos intervalos de espera pelos recursos impostos aos empreendimentos habitacionais autogestionários. **O trabalho associado teve um papel central nos processos de formação e para evitar a desmobilização das famílias durante os longos tempos de espera.** Não por acaso, após a conclusão das casas, os moradores engajados nas iniciativas de trabalho são, muitas vezes, aqueles mobilizados também nos processos coletivos de luta por direitos na cidade.

Outro exemplo da complementariedade entre as duas lutas é que a mobilização para a produção do espaço urbano por autogestão também contribui para a formação de **grupos de trabalho autogestionário que se conformam ao longo do processo de produção das moradias e continuam desempenhando um papel importante na replicação e produção de outros empreendimentos que se somam à luta pela desmercantilização das cidades,** como é o caso da cooperativa de mestres de obra da COOTRAHAB.

Assim, a organização associativa do trabalho pode contribuir para recuperar no imaginário dos trabalhadores a possibilidade de soluções coletivas para os problemas cotidianos. Ou seja, se o trabalho coletivo autogestionário pode ser um meio de alcançar as condições necessária à reprodução da vida, o

engajamento na produção coletiva da casa e do espaço urbano também pode ser um caminho possível e vice-versa. Nesse aspecto, os espaços comuns dos empreendimentos conformam um local importante de encontro entre práticas autogestionárias que podem impulsionar a multiplicação de outros associativismos na escala urbana.

As constatações apontadas acima aproximam nosso entendimento da autogestão como um processo pedagógico e de politização (que se constrói cotidianamente) fundamental para a ampliação das possibilidades de tomada de consciência das formas de dominação no sistema capitalista, bem como das alternativas para a emancipação e para a elevação das condições de vida de todos os trabalhadores na escala urbana.

Mesmo com as inúmeras contradições e fragilidades que constituem os desafios que a autogestão habitacional enfrenta para criar uma “consciência de comunidade” (OLIVEIRA, 2006), as práticas concretas aqui analisadas colaboraram para o desenvolvimento de atitudes cooperativas e solidárias entre as diferentes Unidades Domésticas dos empreendimentos e, em alguns casos, também na escala do bairro e da cidade. (SOUZA, 2004),

Nesse sentido, nossas análises também confirmam o entendimento de Souza (2004) de que ao se discutir o emprego e a geração de renda na cidade é preciso incluir nessa discussão o processo de produção da cidade, assim como identificar os elementos que na sua organização e forma espacial facilitam ou dificultam as estratégias de sobrevivência.” (SOUZA, 2004, p.) O caso do Banco Comunitário Paulo Freire se destaca como

uma estratégia de trabalho que sofreu limitações determinantes por sua inserção físico-espacial na cidade.

*Elementos para pensar a ampliação da agenda da
Reforma Urbana e as lutas futuras*

O conjunto de experiências apresentado aqui aponta caminhos potentes para pensarmos a ampliação da agenda da Reforma Urbana. As práticas concretas dos movimentos de moradia no campo da Economia Solidária não compõem o ideário da reforma urbana. Resgataremos a seguir os elementos identificados nas práticas concretas que entendemos como insumos para pensar a ampliação das agendas de luta.

Nos cinco empreendimentos analisados, incluindo a Ocupação Solano Trindade, **as iniciativas de trabalho coletivo identificadas** são:

- Criação de **Banco Comunitário** ligado ao empreendimento e gerido por seus moradores para fortalecer a economia endógena do território e promover a geração de renda. É o caso do Banco Comunitário Paulo Freire e também de outros movimentos de moradia em São Paulo que constituem a RPBC.
- **Núcleo de produção de componentes construtivos para dar suporte à produção das habitações** e promover a formação de seus integrantes. Esse tipo de iniciativa promove a ampliação das capacidades de trabalho dos membros das Unidades Domésticas e viabiliza a produção de componentes a baixo custo e

que podem vir a ser comercializados. É o caso do Orquídea Libertária (Núcleo de Artefatos de Concreto) e também de Solano Trindade (Fábrica Experimental de Cidades).

- **Formação de grupos de trabalho autogestionários para atuar no setor da construção civil** durante a obra e também após a sua finalização em outras obras ligadas ao Movimento. É o caso da cooperativa COOTRAHAB
- **Formação de grupos de trabalho autogestionários para atuar em outros setores** para além da construção civil durante a e após a finalização da obra e garantir trabalho e renda para as famílias envolvidas. É o caso do coletivo de mulheres da cozinha em Solano Trindade e também da padaria da União da Juta, por exemplo.
- Parceria com o poder público local para a **administração de equipamentos comunitários** criados pelo Movimento dentro do próprio empreendimento e no bairro onde está inserido. É o caso da União da Juta e a parceria com a SMADS.

Foram verificadas diferentes **estratégias para viabilizar tais iniciativas**. São elas:

- Disputa por recursos alternativos do Estado, ou seja, para além dos programas voltados para a produção habitacional. Por exemplo, através de Emendas Parla-

mentares viabilizadas através de parcerias com a universidade. É o caso do Banco Comunitário Paulo Freire e de Solano Trindade. Ou através de editais provenientes de secretarias municipais. É o caso dos equipamentos comunitários da União da Juta.

- Acesso a recursos de editais promovidos por ONGs e outras instituições sem fins lucrativos como aquelas ligadas à Igreja Católica. É o caso do Orquídea Libertária e da União da Juta
- Cooperação entre o Movimento e a universidade voltada para a implementação de frentes de trabalho coletivo. É o caso da relação estabelecida entre a UFRJ e o MNLM em Solano Trindade.

Sobre as iniciativas de trabalho e as diversas estratégias de viabilização é importante resgatar a importância do **Estado na garantia das condições para a sustentabilidade socioeconômica** das mesmas. As experiências apresentadas no Capítulo 3, mesmo com todas as contradições inerentes às suas condições de existência, não seriam possíveis na ausência total das políticas redistributivas promovidas pelo Estado, tal como o PMCMV-Entidades e, também, as SENAES e SMADS, por exemplo. Tais políticas, cada vez mais escassas, obrigam os movimentos a buscarem financiamentos alternativos através de ONG's e outras instituições. Ainda que essa seja uma estratégia possível, como vimos em alguns casos analisados, é importante considerar o quanto a lógica desses editais voltados para empreendimentos nos territórios populares retira a

autonomia dos grupos proponentes na formulação das maneiras de “resolver” os seus próprios problemas socioespaciais, que não devem ser definidos *a priori*. Ou seja, obrigam os Movimentos a se enquadrarem numa lógica equivalente à “terceirização” através da reprodução de soluções assistencialistas para problemas já definidos.

No caso da União da Juta, as próprias políticas do poder público municipal se somam à ação do terceiro setor, ambos focados na assistência de jovens em situação de risco social e deixando de lado outras atividades produtivas. Por exemplo, as iniciativas da padaria e do sacolão comunitário não encontraram condições de sobrevivência sem nenhum apoio estatal. Só o que restou foram as possibilidades oferecidas pelos editais da SMADS. As políticas redistributivas promovidas pelo Estado podem e devem permitir que os trabalhadores organizados tenham autonomia para formular e construir soluções para os próprios problemas identificados nos territórios onde vivem. Tais políticas poderiam compor as reivindicações no campo da reforma urbana.

Os **fatores que motivaram a articulação das estratégias de trabalho coletivo** nos empreendimentos habitacionais produzidos por autogestão são, de forma geral, bastante semelhantes nos cinco casos. A dificuldade de inserção dos associados no mercado de trabalho, especialmente dos jovens, foi um dos fatores que motivou a busca por estratégias de sustentabilidade econômica que esteve presente em quase todos os casos. Os longos períodos de espera pelos recursos também foi uma das motivações para a articulação dessas iniciativas de trabalho orientadas pelo princípio da desmercantilização da cidade como forma de manter o coletivo reunido. Em alguns casos, as iniciativas de

trabalho se formaram a partir de uma mobilização para reivindicação de melhorias de infraestrutura e serviços para o bairro onde estão inseridos os empreendimentos. Por exemplo, o caso da União da Juta com a reivindicação da creche e outros equipamentos, ou o caso da COOTRAHAB com as mobilizações para realizar as infraestruturas do bairro mesmo antes de acessar os recursos do PMCMV-E. No caso de Solano Trindade, a sustentabilidade econômica e a luta pelo trabalho digno constituem o projeto político do MNLM no Rio de Janeiro.

A relação do trabalho coletivo com os espaços comuns e sua inserção no empreendimento, no bairro, ou na cidade se dá de formas bastante distintas, que podem ser agrupadas em três situações diferentes. As iniciativas produtivas aparecem, por vezes, totalmente inseridas nas áreas internas dos empreendimentos sem conexão direta com as vias que o circulam. Em outros casos, aparecem nos limites desses empreendimentos dando acesso tanto para o seu interior quanto para o bairro. Finalmente, também podem aparecer desvinculadas do empreendimento e distribuídas no bairro, na cidade ou, até mesmo, fora do município onde se originaram, conforme indicado no esquema abaixo.

Figura 19: Inserção das iniciativas produtivas na escala urbana



Fonte: Elaboração própria

No caso de Solano Trindade e da Orquídea Libertária, as iniciativas produtivas estão totalmente inseridas nos espaços internos dos empreendimentos e possuem forte relação com os espaços comuns. A cozinha agroecológica para geração de renda e o Núcleo de produção de Artefatos de Concreto se situam no coração de ambos os terrenos, sem visibilidade para os que transitam no entorno, tornando mais difícil que sejam notadas pelos moradores do bairro. Essa configuração também se repete no caso do Banco Comunitário Paulo

Freire antes de ser transferido para a biblioteca do Conjunto Prestes Maia.

A inserção das iniciativas produtivas nos empreendimentos esbarra na questão da visibilidade, ou seja, quanto mais para dentro do terreno maior a dificuldade de ser notada e frequentada por outros moradores do contexto onde estão inseridas. No entanto, como vimos em nossa análise, a visibilidade afeta de forma diferente as iniciativas produtivas de naturezas distintas, podendo ou não configurar-se como obstáculo para o “sucesso” do empreendimento.

A inserção da produção de artefatos de concreto do Orquídea Libertária dentro do condomínio, não comprometeu a iniciativa devido à rede que está sendo criada no bairro para a venda das peças, enquanto no caso do Banco Paulo Freire a falta de visibilidade foi bastante comprometedora. Em Solano Trindade, a venda de refeições poderia ser mais promissora caso estivesse exposta aos transeuntes. Ao mesmo tempo, a visibilidade muitas vezes está relacionada ao tema da segurança. Em Solano, existe o receio do Movimento de ser notado no bairro por causa das pressões relacionadas à terra. No caso do Banco Paulo Freire a preocupação era com o acesso de terceiros aos espaços coletivos dos prédios. Assim, quando existe o “medo” do entorno a visibilidade aparece como um aspecto negativo.

Por sua vez, o caso da União da Juta é único no que diz respeito à inserção das estratégias associativas no empreendimento e no bairro. O modelo de parcerias com o Estado através das secretarias municipais possibilitou a multiplicação das iniciativas de trabalho pelo bairro para além daquelas já estabelecidas no antigo galpão de obra localizado no empreendimento, ou seja, para além daquelas ligadas diretamente aos espaços

comuns do conjunto. No entanto, podemos observar que há um vínculo mais estreito entre os moradores do conjunto e membros do Movimento com os equipamentos que se situam nos espaços comuns do que com os outros equipamentos também organizados pela associação e distribuídos no bairro. Isso se deve ao fato de estarem inseridos e terem sido concebidos em espaço produzido e apropriado coletivamente desde os tempos de obra e mutirão.

O caso da COOTRAHAB também se distingue dos demais. A cooperativa não atua mais no loteamento onde foi formada. Atua para viabilizar a produção do espaço urbano de forma autogestionária em loteamentos em São Leopoldo e em municípios do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, podemos afirmar que a conexão dos espaços comuns dos empreendimentos com as iniciativas de trabalho se estabelecem em maior ou menor grau, mas mesmo quando se estabelecem fora do contexto onde foram forjadas preservam os princípios do bem-estar comum, seja no âmbito da luta pelo trabalho digno seja no âmbito da produção habitacional solidária.

Sobre a **opção por loteamento ou condomínio** é interessante notar nos discursos das lideranças dos Movimentos que o condomínio, por vezes, está associado à noção de autonomia e comunidade. Outras vezes está ligado à privatização do espaço urbano. De forma análoga, algumas vezes o loteamento aparece associado à disputa pelo Estado e por direitos. Outras vezes está relacionado à reprodução do individualismo, presente na cidade como um todo. Não há, portanto, uma fórmula ideal quanto a escolha “loteamento ou condomínio”. Essa decisão, assim como tantas outras no processo de construção desses empreendimentos, se conforma no contexto das contradições cotidianas entre as práticas

solidárias, as políticas redistributivas promovidas pelo Estado e as práticas mercantis inerentes ao sistema econômico capitalista (CORAGGIO, 1999).

Assim, é importante considerar as especificidades de cada caso, ou seja, como se dá a inserção no bairro, as características do entorno imediato, o tipo de atividade desenvolvida pelos coletivos de trabalho, o projeto político do movimento social organizador, entre outras variáveis. Por exemplo, no caso da Orquídea Libertária a principal liderança do Movimento afirma que o condomínio contribui para que o coletivo se mantenha engajado e evite a construção de muros nos espaços individuais, enquanto que a mesma solução foi totalmente descartada no caso da experiência de São Leopoldo por romper com as características do entorno e com a expectativa das famílias. Nesse caso, a presença do MNLM em diversas ocupações no bairro possibilitou a opção pelo loteamento sem muros em São Leopoldo. Não existe o medo do entorno como acontece, por exemplo, em Cidade Tiradentes.

Figura 20: Inserção dos empreendimentos nos bairros.
Orquídea Libertária e COOTRAHAB



Fonte: Imagens de satélite do Google (intervenção da autora)

Ao observarmos na Figura 20 a inserção dos dois terrenos em seus contextos, as próprias características de cada um já conformam uma configuração mais fechada e uma mais aberta, respectivamente. O terreno do Orquídea é cercado por uma massa verde que constitui uma área de preservação ambiental e possui apenas uma face voltada para uma via de acesso. O loteamento COOTRAHAB, por sua vez, encontra-se

totalmente inserido na malha urbana e é circundado por vias públicas de todos os lados, bem como atravessado pelas mesmas. Fato é que em ambas as configurações, loteamento e condomínio, em todas as experiências analisadas aqui encontraram brechas no modelo hegemônico de produção do espaço urbano capitalista para estabelecer formas alternativas de moradia e trabalho alinhadas com os princípios do bem-estar comum.

Essa pesquisa buscou destacar as potencialidades das práticas concretas protagonizadas pela classe trabalhadora no campo da autogestão habitacional. A “autogestão real” pressupõe as contradições e fragilidades que atravessam as experiências e são inerentes ao contexto de acumulação capitalista onde estão inseridas. Assim, essas experiências reafirmam a cidade como produtora e resultado do conflito entre diferentes modos de vida e interesses de classe (LAGO, 2016). Como vimos, as estratégias da vida cotidiana nos espaços populares periféricos são definidas a partir da interseção de três sistemas: a **vida privada** (onde são articuladas as estratégias domésticas, com trabalho reprodutivo e trabalho mercantil, orienta-dos pela reprodução da vida dos membros da UD), a **vida pública** (permeada pelos conflitos de classe e pelas políticas redistributivas do Estado) e a **vida coletiva** (que abriga as práticas associativas e solidárias que analisamos nessa pesquisa. (CORAGGIO, 1999).

Incorporando as contradições, buscamos iluminar como os associativismos urbanos podem potencializar a luta pela desmercantilização da cidade. Nessa luta

construída com base nas práticas cotidianas, os espaços comuns podem apresentar configurações mais ou menos conectadas ao bairro onde estão inseridos, mais ou menos apropriados coletivamente e individualmente, mais ou menos atrelados às iniciativas produtivas. Como afirmado anteriormente, o “comum” como categoria alternativa para os espaços urbanos deve pressupor as contradições, os conflitos, as tensões e até mesmo as apropriações individuais desses espaços, considerando que estão inseridos em uma cidade capitalista. O que significa compreendê-los em diferentes estágios na direção da construção de uma outra cidade.

Assim, é imprescindível que o campo analítico do planejamento urbano crítico abarque a esfera da produção e, sobretudo, o campo da economia popular e seus associativismos urbanos como tema central de seus estudos. (SOUZA, 2004) A integração das estratégias de produção e reprodução é imprescindível para uma transformação socioespacial alinhada com o princípio político do “comum”, não só no campo analítico mas também nas agendas de luta. Nesse sentido, é importante uma atualização do ideário da reforma urbana que incorpore as práticas concretas dos movimentos de moradia na produção autogestionária do espaço urbano, bem como os seus desdobramentos produtivos para além da produção da casa. Nessa atualização, a dependência recíproca entre o direito ao trabalho e o direito à cidade se estabelece como tema estratégico para lutas futuras.

Referências

ALVES, Rafael. **Fazer-comum e direito à cidade: elementos para o debate e ação.** In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR, São Paulo, 2017.

ANDRADE, Luciana da Silva. **Espaço público e favela: uma análise da dimensão pública dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha.** 2002. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente; HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanessa Moreira; POMPEU, Lucca Pérez; ATOLINI, Tarcila Mantovan. (Org.) **Dialética da autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil.** 1ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019, p. 393-410.

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Questão da Ação Política na Regionalização Produtiva.** In: VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade, 2010, Marília. Anais do VII Seminário do Trabalho. Marília: UNESP, 2010.

BARROS, Luís T. **Política Habitacional em Goiás: do Mutirão ao Cheque Moradia**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BONDUKI, Nabil. **Da experiência com os movimentos para a formulação de uma nova política habitacional**. In: _____. Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase, 1992. Cap. 5, p. 139-167.

BORGES, Viviane Florindo. **(Re) produzindo lugares: reflexões sobre os programas habitacionais de interesse social em comunidades do município de São Leopoldo/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS. Porto Alegre, 2011.

CALBINO, Daniel P. **Em busca de contribuições para a gestão na economia solidária: um estudo a partir da literatura e do caso cecoslovaca**. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

CORAGGIO, José Luis. **Economía Social y Solidaria: El trabajo antes que el capital**. Ediciones Abya-Yala, Quito, 2011.

CORAGGIO, José Luis. **Política social y economía del trabajo: alternativas a la política neoliberal para la ciudad**. Miño y Dávila, Madrid, 1999.

CORAGGIO, José Luis. **La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria.** Cuadernos del CENDES n° 23 (61). Universidad Central de Venezuela, Centro de Estudios del Desarrollo, 2006.

CORAGGIO, José Luis. **Economía Social y Solidaria: conceptos, prácticas y políticas públicas.** Bilbao, Lankopi, 2016.

CORAGGIO, José Luis. **Economía Social y Solidaria.** El portal de la Economía Solidaria, 2018. Disponível em: <<https://www.economiasolidaria.org/biblioteca/economia-social-y-solidaria-jose-luis-coraggio>> Acesso em: 15 jul. 2019

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade. A dinâmica econômica da Economia Solidária em quatro cidades do MERCOSUL.** Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de economia, Unicamp, 2006

CRUZ, Mariana. **O novo vocabulário do Comum – ensaio para uma leitura pós-colonial.** In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DE PAULA, Carolina Gabriel. **Do território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo-SP.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

DINIZ, Sibelle. **Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural.** In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR, São Paulo: 2017.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimentos sociais, autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil.** In: LAGO, L. (org) Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro, 2012.

FERRO, Sérgio. **Nota sobre a usina.** Salvador, 2004. Disponível em:
<<http://www.usinactah.org.br/notasobreausina.html>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2019

FERRO, Sérgio; LEFÈVRE, Rodrigo; IMPÉRIO, Flávio. Arquitetura experimental. In: _____ (Org.). **Sérgio Ferro: Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 37-44.

GARCIA, Daniel Bruno. **Bancos comunitários de desenvolvimento: um estudo sobre a implementação dos bancos comunitários ligados ao movimento de moradia no município de São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. FGV-Fundação Getúlio Vargas, 2010.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração – isto não é um manifesto**. São Paulo: n°1 edições, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?** Latitude, 2014. Vol. 8, n° 1, pp. 63-91.

HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanessa M.; ARAÚJO, Fernanda S.; NEPOMUCENO, Vicente. **Autogestão a partir da prática nas empresas recuperadas brasileiras**. In: ARAÚJO, Fernanda S.; NEPOMUCENO, Vicente; HENRIQUES, Flávio C.; SÍGOLO, Vanessa M.; POMPEU, Lucca P.; ATOLINI, Tarcila M. (Org.). *Dialética da autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil*. 1ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019, p. 393-410.

LAGO, Luciana C. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

LAGO, Luciana C. **Economia Solidária e reforma urbana: Caminhos para uma interação político territorial das práticas associativas.** In: XVI ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. Anais do XVI Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2015

LAGO, Luciana C. **A produção autogestionária do habitat popular e a requalificação da vida urbana.** In: Adauto Lucio Cardoso; Samuel Thomas Jaenisch; Thêmis Amorim Aragão. (Org.). Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 129-150.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. **O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica.** In: Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda [S.l: s.n.], 2006

LOUREIRO, Joisa M. B. **As comunidades frutos do cooperativismo habitacional.** Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MAX-NEEF, M. **Human scale development.** New York: The Apex Press, 1991.

MELLO, Irene de Queiroz e. **Trajetórias, cotidiano e utopias de uma ocupação no Centro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MIAGUSKO, Edson.; BARROS, Joana. **Mutirão da Juta: do ‘fim do mundo’ à padaria comunitária**”. In: Usina: Entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

MIAGUSKO, Edson. **Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado**. In: Cadernos CRH. Salvador, vol.24, n.º61, 201, 2011.

MIRANDA, Ana Clara M. **Autogestão Habitacional no Rio de Janeiro. O acúmulo de experiências e a influência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

MOTHÉ, Daniel. **L’autogestion gouthe a gouthe**. Paris: Editions du Centurion, 1980.

NASCIMENTO, Cláudio. **A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”**. Texto para discussão. MTE: Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil**. Novos Estudos, São Paulo, n. 74, p. 67-95, mar. 2006.

PAZ, Rosângela. **Fundo nacional de moradia popular: marco histórico de participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

PETRUS, Fernanda; ANDRADE, Luciana. S. **O Morar além do Estado e do Mercado: o espaço comum e as ocupações urbanas de moradia.** In: Urbanismo na Bahia urbBA[17]. Salvador, 2017. Anais do Seminário Urbanismo na Bahia urbBA[17] – Urbanismo em comum: Novas formulações do urbanismo enquanto tecnologia social. Salvador, 2017.

PETRUS, Fernanda; ANDRADE, Luciana. S. **O comum e as ocupações urbanas de moradia: reflexões a partir da Ocupação Solano Trindade.** In: II Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, 2018, Belo Horizonte. Anais do II Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte: Fluxos, 2018.

RIZEK, Cibele. **A política de produção habitacional por mutirões auto gestores: construindo algumas questões.** In: XV ENANPUR, 2013, Recife. Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR, 2013.

SANTO AMORE, Caio. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco, São Paulo, anos 90 e atualidade.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.

SANTOS JUNIOR, O. **Políticas Públicas, Arenas e Atores Sociais: o Fórum Nacional de Reforma Urbana e a agenda pelo direito à cidade.** In: Jorge Natal. (Org.). **Território e Planejamento.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, p. 279-301.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Reforma urbana, orçamentos participativos e economia popular: relações de complementaridade.** In: Ciência e Cultura. vol.56 n°.2 São Paulo Abril/Junho 2004

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. **Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e ‘lugares’ do movimento dos sem-teto.** Revista Cidades – Ativismos Sociais e Espaço Urbano, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009.

TARTUCE, Flávio. **A lei da regularização fundiária (Lei 13.465/2017): análise inicial de suas principais repercussões para o direito de propriedade.** In: Pensar: Revista de Ciências Jurídicas v. 23, n. 3. 2018

TONUCCI FILHO, João B. M.; MOURA COSTA, Heloísa. **O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana?** In: Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo, 2017.

TONUCCI FILHO, J.; COSTA, H. S. M. **O comum urbano: Cidade além do público e do privado.** Tese de Doutorado. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

WARTCHOW, Julia. **Formas de provisão da moradia nas metrópoles brasileiras: O caso COOTRAHAB.** Relatório de pesquisa INCT – Observatório das Metrópoles/ CNPq. 2014.

Documentos

____. **Autogestão urbana no estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ, 2015 (Programa de Extensão).
____. **Caderno de Projeto Orquídea Libertária.** Versão final. 2018.

Legislação

Lei Nº 13.465, de 11 de Julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal.

Lei Nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

Lei Nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias